

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITECTURA

# Os bairros do *paternalismo industrial*. O caso do Vale do Ave (1900-1974).

LUÍSA SOUSA RIBEIRO

M

2017

Orientação científica:

Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Co-orientação científica:

Professor Doutor Eliseu Manuel Vieira Gonçalves

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Projecto de investigação Mapa da Habitação PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Cofinanciado por:





*Aos meus pais e irmãs.*

*Às minhas avós.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Virgílio Borges Pereira e ao Professor Doutor Eliseu Gonçalves, pela disponibilidade e orientação.

Ao grupo de investigação *Mapa da Habitação*, inserido no *Atlas da Casa*, do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, pela possibilidade de concretizar este trabalho.

Aos funcionários de todas as bibliotecas, arquivos e fundações consultados, bem como a todos os autarcas e funcionários de Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, pela competência e simpatia na resposta a todas as minhas questões.

Aos moradores de todos os bairros visitados, pela memória e cooperação.

Aos meus pais, pela formação e apoio.

À Inês, ao João, às Saras, à Mariana, ao Igor, ao Josué, ao Ricardo, ao Diogo e ao Hugo, pela amizade e companhia. Ao Aitor, por tudo.

Nota: Neste documento não se adoptam as alterações introduzidas no último Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

## RESUMO

Esta dissertação centra-se na análise do desenvolvimento de novas formas de habitação dirigidas a classes operárias, decorrentes de um novo conjunto de exigências instigados pela Revolução Industrial, que, desde a segunda metade do século XVIII, provocou mudanças na organização social e nas dinâmicas laborais e económicas das cidades. A emergência de novos centros urbanos e o crescimento não controlado dos mesmos, pela deslocação de grandes massas de população de regiões rurais para os contextos industrializados, provocou uma elevada procura de habitação e uma consequente deterioração das condições de habitabilidade das classes operárias, o que, pela ameaça à saúde pública que representava, deu início ao movimento reformista do século XIX. Através deste movimento, baseado sobretudo no higienismo, importantes transformações foram introduzidas na estrutura urbana e na própria arquitectura da casa, marcando de forma indelével o processo de difusão da casa digna.

Este estudo, através da consulta de processos de obra e frequentes visitas ao local, foca-se na análise dos processos de formulação e construção de conjuntos de habitação operária no Vale do Ave, promovida ou por industriais da região, em iniciativas de carácter paternalista, ou por iniciativas de carácter privado. Procura-se entender de que forma as alterações na organização de uma nova estrutura urbana, em que a fábrica assume um papel preponderante, influenciaram a arquitectura da casa. A premissa da economia, aliada à salubridade e à comodidade, bem como a introdução de normativas no desenho do espaço doméstico, irão alterar radicalmente o modo de pensar a arquitectura da casa e são fruto de uma consciencialização que abrange várias escalas: a casa (a opção uni ou plurifamiliar) e a cidade, o espaço privado e o público, o indivíduo, a família e a comunidade. Estes foram temas importantes no debate que procurava novas soluções para a problemática do acesso a habitação e que lançam as bases para que a difusão da habitação digna fosse mais possível.

*Palavras-chave:* território; Vale do Ave; arquitectura; indústria têxtil; reformismo social; paternalismo industrial; alojamento operário; espaço doméstico; higiene.



## ABSTRACT

This dissertation focuses on the analysis of the development of new forms of housing focused on the working classes. Instigated by the Industrial Revolution, from the second half of the eighteenth century onwards a new set of demands created change in societal organisation as well as the labour and economic dynamics in cities. The emergence of new urban centres and their uncontrolled growth, created by the displacement of large masses of population from rural to industrialised contexts, led to a high demand for housing. One of the major consequences of this demand was the deterioration of the living conditions of the working classes. This, in turn, led to the creation of the reformist movement of the nineteenth century; due to the threat to public health which it represented. Through this movement, based mainly on hygiene, important transformations were introduced in the urban structure and in the architecture of the house itself, leaving its indelible mark on the the process of diffusion of the decent housing.

This study, through consultation of work processes and frequent visits to the site, focuses on the analysis of the processes of formulation and construction of worker housing in the Vale do Ave. These sites were promoted in paternalistic initiatives by industrialists in the region or by private initiatives. One seeks to understand how changes in the organisation of a new urban structure, in which the factory assumes a preponderant role, influenced the architecture of the house. The premise of economy, combined with healthiness and comfort, as well as the introduction of regulations in the design of the domestic space, would radically alter the way of thinking about the architecture of the home. These are the result of an awareness that encompasses several scales: the house (both the single or multi-family option) and the city, the private and the public space as well as the individual, the family and the community. These were important themes in the debate that sought new solutions to the problem of access to housing and laid the foundations for which the diffusion of decent housing could be made possible.

*Key-words:* territory; Vale do Ave; architecture; textile industry; social reformism; industrial paternalism; labor accommodation; domestic space; hygiene.

\_00

ÍNDICE

_01	PREMISSAS DE INVESTIGAÇÃO	11
1.1.	Introdução ao tema	12
1.2.	Problema	13
1.3.	Enquadramento	14
1.4.	Objectos de estudo	18
1.5.	Objectivos	19
1.6.	Metodologia	20
1.7.	Estrutura	23
_02	O VALE DO AVE	
	Uma leitura do território e do contexto sócio-cultural e económico da região	25
2.1.	A indústria têxtil disseminada no território	26
2.2.	A tradição linheira e a indústria algodoeira	30
_03	HABITAÇÃO OPERÁRIA NO VALE DO AVE	
	Da urbanidade à arquitectura do espaço doméstico	41
3.1.	A crise na habitação: contextualização nacional	44
3.2.	Os bairros do paternalismo industrial e de rendimento imobiliário no Vale do Ave	52
3.3.	A fábrica como indutor de urbanidade	62
3.4.	A arquitectura do bairro e o ideal rural	78
3.5.	A normalização do desenho do espaço doméstico na casa operária	86
_04	LEITURA FINAL	119
_A	FONTES E BIBLIOGRAFIA	125
_B	CRÉDITOS DE IMAGEM	135
_C	BAIRROS DE PROMOÇÃO FABRIL E DE RENDIMENTO IMOBILIÁRIO NO VALE DO AVE	
	Fichas de identificação e caracterização	141



\_01

PREMISSAS  
DE INVESTIGAÇÃO

## 12 | 1.1. INTRODUÇÃO AO TEMA

A temática da presente pesquisa parte de um interesse pessoal, estimulado pela realização de uma reunião promovida pelo projecto de investigação *Mapa da Habitação*, do grupo de investigação *Atlas da Casa*, do Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade do Porto, no sentido de avançar para uma dissertação que pudesse partilhar as intenções do projecto apresentado.

O *Mapa da Habitação* pretende, através da análise de fontes primárias (arquivos documentais) e da consulta de fontes secundárias (material escrito sobre a temática), promover um estudo sobre a habitação de iniciativa pública em Portugal e criar uma base de dados que permita relacionar toda a informação. Na reunião promovida, foram apresentados um conjunto de casos de interesse que não haviam sido ainda explorados e um deles, o Bairro Delfim Ferreira, em Vila do Conde, foi o mote da presente investigação.

Partindo do carácter particular do seu financiamento, sendo um bairro construído num contexto de *paternalismo industrial*, procedeu-se à identificação deste tipo de promoção como algo que se poderia verificar um pouco por todo o território do Vale do Ave, revelando-se então pertinente a identificação e caracterização de todos os bairros de promoção fabril da região.

No entanto, é imprescindível reconhecer a problemática que desencadeou a promoção da construção destes conjuntos de habitação destinada a operários e promovida por industriais, que identificamos como sendo o processo de industrialização do território em estudo. Reconhecendo as mudanças que este processo desencadeia na região, a nível socio-económico e cultural, bem como na própria urbanização do território, percebe-se a pertinência do estudo destes mesmos acontecimentos por toda a Europa, aquando da Revolução Industrial, por forma a obter uma análise mais abrangente da questão.

Da análise de um caso particular, partiu-se então para a identificação da génese do problema, a nível europeu, para ser possível avançar no sentido de perceber o contexto nacional e logo analisar especificamente o território em estudo: o Vale do Ave.

## 1.2. PROBLEMA

O século XVIII é, na Europa, época de profundas alterações nas vivências quotidianas. A ascensão da classe média mercantil, essencialmente em Inglaterra e França, pelo crescimento do seu poder económico, proveniente do comércio, assim como o desenvolvimento científico e cultural, conduziram a transformações económicas e sociais profundas, que a nível do entendimento e organização do espaço terão repercussões irreversíveis, directamente relacionadas com o fenómeno da Revolução Industrial.

A transformação de manufacturas e de pequenas empresas em grandes indústrias, pela criação de postos de trabalho que promove, atrai populações rurais para as grandes cidades que se desenvolvem nos centros industriais; o traçado das cidades mais antigas não corresponde às condições que exige uma cidade industrializada, pelo que se alargam arruamentos existentes, abrem-se novos, e expande-se o caminho de ferro. Mas precisamente quando os operários afluem em grande número às grandes cidades, numa explosão demográfica sem precedentes, muitas das habitações existentes são demolidas, criando um grave problema de acesso a habitação, o que, segundo Engels, acontece nas cidades adaptadas à indústria e não nas que, desde a sua génese, foram criadas a partir dela, como Manchester, Leeds, Bradford ou Barmen-Elberfeld.<sup>1</sup> Já em Londres, Paris, Berlim ou Viena, este é um problema grave e que persiste. Os operários são, nestas cidades, “empurrados” do centro para a periferia, onde muito dificilmente a indústria de construção optará por construir habitações operárias, pelos lucros que pode obter muito mais facilmente noutro tipo de mercado. Vivem em zonas de crescimento da cidade industrial não planeadas, em condições precárias, espaços exíguos e sobrelotados, com graves deficiências a nível de ventilação, iluminação, abastecimento de água, num ambiente pestilento, sendo estes bairros muitas vezes focos de epidemias como a cólera, o tifo ou a febre tifóide, presença mais ou menos constante nestes alojamentos insalubres. No entanto, estas epidemias não afectavam apenas o proletariado, propagando-se dos focos iniciais para o resto da cidade, tendo uma incidência colectiva.

Assim, e intrinsecamente ligada às questões higienistas, começa a surgir

---

1 ENGELS, Friedrich, *A Questão do Alojamento*. Porto : [Editora Poveira], 1971 [1872].

- 14 | a discussão em torno da questão da habitação. Fazem-se inquéritos, escrevem-se livros, e a legislação criada tem um sentido reformista. As condições sanitárias das habitações dos operários foram assim apuradas e, nomeadamente em Inglaterra, onde se situavam a maioria destas grandes cidades que apresentavam estas condições precárias a nível do alojamento das classes trabalhadoras, e onde a partir de 1840 esta crise começa a ter grande visibilidade, foram nomeadas comissões governamentais para fazer essa análise. Os relatórios elaborados foram a base para o *Housing Reform Movement*, legislação pioneira que visava aumentar a oferta de habitação salubre e acessível aos parques rendimentos do operariado.<sup>2</sup>

A visibilidade que ganha a questão da habitação espoleta então acções no sentido de promover casas dignas, a baixo custo e durante muito tempo as iniciativas paternalistas, filantrópicas, de caridade cristã ou corporativistas foram as principais promotoras deste tipo de habitação. É na promoção paternalista que nos focamos nesta investigação.

Assim como em Inglaterra, esta situação repete-se noutros países, onde o processo de industrialização desencadeou os mesmos problemas no âmbito da habitação; na necessidade da sua reforma, urgia pensar o desenho de novas formas de habitar, considerando dois parâmetros fundamentais, sendo um deles a higiene e o outro, a economia.

### 1.3. ENQUADRAMENTO

Portugal não é excepção neste panorama de transformações que conduziram a uma acentuada crise no acesso a habitação digna, resultante do processo de industrialização, ao longo dos séculos XIX e XX. O foco na região do Vale do Ave surge pela importante acção da indústria aí implantada, essencialmente têxtil, de grande importância a nível nacional.

Na ausência de acções estatais capazes de resolver o problema, desde

---

2 ROMÓN, Maria A. Castrillo, *Reformismo, vivienda y ciudad: orígenes y desarrollo de un debate: España 1850-1920*. Valladolid: Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 2001, p. 16-19.

logo no Porto e em Lisboa e de forma ainda mais acentuada em contextos descentralizados, como o Vale do Ave, são essencialmente as promoções paternalistas de industriais da região ou a promoção privada, em habitações de rendimento imobiliário, que darão resposta a esta problemática.

A higiene e a economia serão os critérios que irão encabeçar as reformas na habitação a nível europeu e nacional, e consequentemente também no Vale do Ave; dado a universalidade do problema e a urgência da sua resolução, procuravam-se soluções que redesenhassem as formas de habitar. Neste debate, do qual participam higienistas, reformistas, arquitectos, teóricos sociais, opõem-se essencialmente duas visões sobre o mesmo problema. Discutem-se, assim, dois modelos que podem ser usados para resolver o problema do acesso a habitação salubre por classes mais desfavorecidas: a solução unifamiliar ou plurifamiliar. Entre as duas vertentes, a discussão eleva-se a um plano político e ideológico: “[...] *uma, de tradição socializante, enraizada no saintsimonisme e no socialismo utópico de Robert Owen (1771–1858) ou de Charles Fourier (1772–1837); e outra, socialcristã, alicerçada sobretudo na ética religiosa de Frédéric Le Play (1806–1882)*”.<sup>3</sup>

Os ideais do socialismo utópico materializam-se no falanstério, “*paradigma progressista das comunidades rurais autónomas de propriedade colectiva*”<sup>4</sup>, que consiste numa grande construção comunal, auto-suficiente, com acesso a terras para agricultura e outras actividades económicas, baseados numa organização social favorável à plena realização da natureza humana. Segundo Fourier, não deveriam ser habitados por mais de 1500 pessoas, que se associariam voluntariamente e nessa organização cada indivíduo teria a liberdade de escolher o trabalho que queria desempenhar, não obtendo, no entanto, todos os indivíduos um salário equivalente. No entanto, na prática, esta solução teve pouco sucesso, e quase todas as experiências neste sentido pereciam pouco tempo depois, pelo

---

3 GONÇALVES, Eliseu, “As errâncias do Carré Mulhousien. Novas práticas no desenho da casa operária no Porto”. in MONTEIRO, Bruno, PEREIRA, Joana Dias (ed.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e Movimento Operário em Portugal*. Porto: Universidade Popular do Porto, 2013, p. 96.

4 *Ibidem*.

16 | menos na europa.<sup>5</sup> Nos Estados Unidos, numa época de depressão económica, a promessa de uma vida cooperativa atraiu muita gente, mas o facto de os falanstérios crescerem rapidamente e com indivíduos pouco comprometidos ou menos preparados, para além das dificuldades inerentes ao próprio modelo, ditaram o fim rápido de muitas das experiências.

Seguindo esta ideologia, no contexto do grande centro urbano, os edifícios de habitação colectiva eram construídos em parcelas livres da cidade consolidada ou então em terrenos ocupados, posteriormente libertados por conterem construções insalubres, opção esta validada pela sua economia e também pela proximidade que permite da casa ao local de trabalho.<sup>6</sup>

Já Le Play apresentava um visão diferente. Para ele, a harmonização social e económica deveria ser um esforço colectivo baseado numa hierarquia, como antes em comunidades rurais, em que a igreja assume o papel cimeiro da organização, seguido do patrão e, por fim, o operário, numa moral rural, que pretende atingir o progresso económico e a paz social, e que no novo contexto se aplicaria a comunidades urbanas. É através da casa unifamiliar, isolada ou agregada, com horta e/ou jardim como espaços complementares, de sustento ou ócio, através da propriedade individual, que possibilita a garantia de um património transmissível, que se fortalece a sedentarização da família. Segundo Le Play, a família é a célula base da sociedade, que se entende como um factor indispensável para a estabilidade física e emocional do operário, que é, no fundo, o motor da fábrica, pelo que o seu bem-estar é do interesse do patrão, do ponto de vista produtivo. No entanto, este processo de aquisição da propriedade pode ser também entendido como um meio de controlo das práticas quotidianas e do espaço doméstico, na medida em que promove o operário obediente, que

---

<sup>5</sup> A este propósito, deve registar-se que o Familistério de Godin, em Guise, França, foi uma experiência que teve uma duração alargada, entre 1859 e 1968. Sobre este assunto, consultar: BÉDARIDA, Marc, PAQUOT, Thierry, *Habiter l'Utopie. Le Familistère Godin à Guise*. Paris: Éditions de La Villette, 2009 [1982].

<sup>6</sup> GONÇALVES, Eliseu, “O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário”. in PEREIRA, Virgílio Borges (ed.), *O Estado, a habitação e a questão social na cidade do Porto*, volume 2, Porto, Edições Afrontamento, 2015, p. 126.

cumprir, e não necessariamente o mais necessitado, na obtenção de alojamento.<sup>7</sup> A possibilidade de acesso a habitação salubre, com espaço exterior próprio, numa ocupação extensiva do território, em assentamentos de baixa densidade e de renda económica está então intrinsecamente relacionado com formas de controlo e moralização social, por parte do patronato que as promove.

Nesta última corrente podemos fazer referência à construção da cité ouvrière de Mulhouse <sup>8</sup>, entre 1853 e 1870, que foi subsidiada e controlada essencialmente por um patronato industrial sob influência do pensamento de Le Play, onde o modelo da casa quadripartida merece um particular destaque e onde se pode observar a clara preferência pela casa unifamiliar com acesso a espaço exterior. Este é, também, o modelo urbano de cidade operária que se pode considerar antecessor do movimento das *garden cities*.

O conceito de cidades-jardim, ou *garden cities*, é um conceito que surge com o inglês Ebenezer Howard, com o livro *To-Morrow: a Peaceful Path to Real Reform*, em 1898, reeditado como *Garden Cities of To-Morrow*, em 1902. É uma proposta que pretende dar uma solução ao problema da habitação, consequente do aumento demográfico visível na Inglaterra industrial. Estas cidades pensadas por Howard seriam desenhadas de raiz, num estreito contacto com a natureza e deveriam ser independentes umas das outras, tanto a nível estrutural como económico e seriam o símbolo da salubridade, paz, tranquilidade e a solução para encontrar a qualidade de vida desejada para os operários que viviam em condições miseráveis nos subúrbios. Identificava as características e vantagens da vida no campo e na cidade e com esta proposta pretendia criar um terceira opção - cidade-campo - fundindo deste modo o que há de melhor nos dois espaços. Com ruas arborizadas e sinuosas, com casas individuais integradas em harmonia com a natureza, com hortas e jardins e grandes cinturões verdes que limitassem o crescimento da cidade, pretendia-se atrair as populações mais pobres que

---

<sup>7</sup> ROMÓN, María A. Castrillo, *Reformismo, vivienda y ciudad: orígenes y desarrollo de un debate: España 1850-1920*. Valladolid: Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 2001, p. 264.

<sup>8</sup> De notar que a experiência em Mulhouse foi contemporânea do Falantério de Guise. A uma distância de quinhentos quilómetros, mas no mesmo espaço temporal, estas duas experiências fazem-nos perceber a dualidade do pensamento estruturador das opções para a construção de casas para o operariado neste período.

18 | habitassem as grandes cidades.<sup>9</sup> A hipótese da obtenção da casa pelos moradores era também equacionada, permitindo a já referida estabilidade pela promoção da sedentarização. Sendo o operário detentor de património que poderia ser transmitido, esta era uma importante contribuição para o equilíbrio emocional familiar, de acordo com o pensamento de Le Play.

Este modelo tem repercursões noutros países europeus, uma vez que os problemas decorrentes da industrialização eram transversais a todas as cidades europeias nesta situação e, especificamente em Portugal, o tema da cidade-jardim foi utilizado essencialmente no plano das políticas higienistas, nas acções para solucionar as carências de habitação para classes pobres. O modelo de bairro-jardim permitia a baixa densidade, utilizando igualmente casas individuais, com jardim frontal e horta na retaguarda e não requeria o desenho de raiz que propunha Howard, facilitando assim a integração dos operários, uma vez que muitos deles proviam de regiões rurais e se deslocavam para as grandes cidades.

Percebemos, assim, as correntes que inspirarão a discussão em torno do tema da habitação em território nacional e, simultaneamente, a ideologia que se começará a difundir.

#### 1.4. OBJECTOS DE ESTUDO

A presente dissertação centra-se no estudo de bairros promovidos por industriais ligados à indústria no Vale do Ave, com destaque para a acção particular da têxtil, no contexto do desenvolvimento da indústria na região, durante os séculos XIX e XX.

De um modo geral, todos os bairros carecem de informação publicada que informe sobre a sua génese, e de todos os dados mais básicos a eles relativos, sejam elementos gráficos ou de carácter bibliográfico. Debruçaremos-nos então, ao longo deste trabalho, no estudo destes bairros, procurando o entendimento das motivações para a sua construção, no contexto das políticas sociais da época e da forma como estas eram interpretadas e adaptadas pelos constructores e na análise

---

<sup>9</sup> HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of To-Morrow*. London: Faber and Faber, 1970.



da evolução das propostas de reforma do espaço doméstico na habitação operária ou destinada a classes pobres.

| 19

## 1.5. OBJECTIVOS

A investigação pretende identificar os bairros de promoção fabril projectados e os efectivamente construídos no início e meados do século XX, no Vale do Ave. Considerando a falta de dados sobre estas soluções, pretende-se a construção de um inventário no qual constem todos os conjuntos identificados, que sintetize todos os dados possíveis sobre os mesmos, nomeadamente registos gráficos existentes (plantas, cortes, alçados, fotografias), promotores, projectistas, valores de arrendamento, etc. Paralelamente ao estudo do contexto do Vale do Ave, com base na ampla bibliografia existente sobre o tema, pretende-se igualmente colmatar o vazio existente no que respeita a habitação popular e operária na região, profundamente relacionada com o património industrial existente, mas que nunca foi alvo de um estudo aprofundado numa abordagem do campo da arquitectura. O estudo destes casos tem presente o contexto nacional e europeu em que se inserem e procura deste modo promover uma leitura ampla que confronte as características formais e funcionais do espaço doméstico nas soluções europeias com as realizadas em território nacional e, especificamente, no Vale do Ave. Para esse efeito, estudam-se os modelos de habitação mais utilizados, bem como as características do tecido urbano envolvente, marcado por iniciativas de promoção fabril de equipamentos importantes para o desenvolvimento das relações sociais na região e da própria urbanização das localidades. Espera-se, deste modo, construir uma análise que permita complementar a história da habitação operária digna, *económica, saudável e cómoda*, em contexto nacional. A este propósito, será importante encontrar respostas para o seguinte conjunto de questões: De que forma os modelos estrangeiros influenciaram as políticas estatais e consequentemente as opções na reforma do espaço doméstico no contexto específico do Vale do Ave? Quais as razões que explicam a tendência para a escolha da casa unifamiliar? Que preocupações estiveram por trás dessa escolha e de que forma o desenho do espaço doméstico as reflecte? Qual a influência do debate da Casa Portuguesa e dos ideais modernos internacionais na

- 20 | definição da casa operária? Quais as características comuns das relações urbanas entre as fábricas e os bairros, a sua implantação no território, e o desenho da casa entre todos os bairros estudados?

Fazer um enquadramento económico, social, político, ideológico e legislativo dos projectos mencionados e reuni-los num só documento será um estímulo para uma discussão sustentada sobre questões mais abrangentes da evolução da arquitectura da casa.

## 1.6. METODOLOGIA

O método de investigação dinamizado no presente trabalho baseou-se numa análise crítica de informação previamente publicada, essencialmente no que à crise da habitação na europa e em Portugal diz respeito, bem como quanto ao contexto económico-social e cultural da região do Vale do Ave. Desenvolveu-se, igualmente, um inventário de bairros, recorrendo a uma investigação directa com base em fontes primárias, nomeadamente com recurso aos arquivos existentes no Vale do Ave com informação acessível e pertinente, nomeadamente o Arquivo Municipal de Vila do Conde e Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, gabinetes de arquitectura e urbanismo, como o da Câmara Municipal de Fafe, bem como em bibliotecas municipais, Biblioteca José Régio, em Vila do Conde e Biblioteca Municipal de Fafe, com informação monográfica ou periódica relevante. Através destas fontes, a recolha de plantas, cortes, alçados e memórias descritivas, bem como fotografias aéreas, foram elementos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Logo, a impossibilidade de aceder a informação existente em alguns municípios, por falta de organização e tratamento de informação, ou por escassez ou inexistência de documentação relevante, foi necessário desencadear uma acção mais próxima junto de algumas entidades. Os contactos estabelecidos através da Fundação Narciso Ferreira, na pessoa do Dr. Nestor Borges e também pela Biblioteca Municipal de Santo Tirso, na pessoa do Dr. Nuno Olaio, foram um meio muito importante no reconhecimento do território e na aproximação às populações, especificamente a antigos operários e autarcas, nomeadamente

actuais ou antigos presidentes de juntas de freguesias, detentores de conhecimento muito útil para o entendimento da região, das relações sociais nela presentes e no próprio reconhecimento, nas freguesias, dos objectos de estudo, sendo bairros operários ou equipamentos relacionados com o desenvolvimento da indústria e a acção de industriais na região, contributos fulcrais para o desenvolvimento deste trabalho. Neste contacto próximo com os habitantes nas localidades, que tenta colmatar a parca bibliografia sobre o tema, a experiência empírica foi essencial, com visitas a bairros já documentados e a outros dos quais tivemos conhecimento pelos próprios habitantes e nos quais se procedeu a um levantamento fotográfico e medições de alguns elementos importantes para o levantamento de todo o bairro e do interior das habitações. Pela quantidade de bairros catalogados e pelas suas dimensões, estes foram levantamentos muito impressionantes, que tentaram ser fiéis às dimensões gerais dos objectos de estudo, com apoio de fotografias aéreas, mas que no interior das habitações tiveram como principal objectivo perceber tipologias e a distribuição dos espaços nas casas, com apontamentos básicos de acessos e aberturas e outros elementos essenciais para a compreensão do espaço doméstico. Os casos em que este levantamento não pôde ser efectuado prende-se com a não permissão dos próprios moradores em aceder às habitações ou pelo facto de se encontrarem abandonadas, em avançado estado de degradação, sendo perigoso ou mesmo impossível aceder às mesmas, por se encontrarem emparedadas. Algumas das plantas desenhadas foram fruto da descrição oral dos moradores, uma vez que muitas são as habitações que se encontram totalmente alteradas em relação ao projecto inicial, pela apropriação do espaço doméstico pelas famílias. Visitas a fábricas e outros equipamentos de promoção fabril em toda a região foram igualmente elementos de muita importância para a recolha de dados pertinentes. Por estes meios, conseguiu-se então uma reunião de informação gráfica inédita muito relevante, sobre os bairros de promoção fabril e de rendimento imobiliário na região do Vale do Ave.

Importa ressaltar que a investigação se fez, cronologicamente, de jusante a montante do rio Ave e, numa primeira fase, o foco da investigação eram os bairros de promoção fabril no vale deste rio. Esta informação é pertinente pelo facto de ter sido o município de Guimarães o penúltimo a ser estudado e o que revelou, simultaneamente, um arquivo mais completo mas proporcionalmente

22 | mais complexo de consultar. Apenas neste arquivo foi possível perceber que não só os bairros de promoção fabril mas também os de rendimento imobiliário foram de extrema importância na região, o que justifica a disparidade de número de bairros desta categoria no concelho de Guimarães comparativamente aos bairros de rendimento imobiliário apresentados nesta dissertação, que se localizam nos demais concelhos abrangidos por esta investigação.

Optou-se, por forma a sistematizar e catalogar todos os bairros identificados e informação pertinente sobre os mesmos, pela criação de uma base de dados de fácil consulta para futuras investigações sobre o tema, que, em fichas individuais para cada bairro identificado, compostas por duas páginas cada, reúnem, na primeira, a caracterização do bairro pela selecção de alguns elementos gráficos recolhidos ou produzidos no decorrer da investigação e, na segunda, listam-se diferentes tipos de informação pertinente obtida, como a sua localização e caracterização urbana, os agentes intervenientes no projecto e natureza da operação, valor de renda e características particulares da associação e caracterização dos fogos, bem como o faseamento das suas construções e materiais usados. Referências bibliográficas e arquivísticas estão também contempladas nestas fichas de catalogação bem como comentários pertinentes para o entendimento de algum dado que seja necessário referir e que não tenha lugar noutra parte da ficha, por não ser de carácter tão objectivo. As fichas encontram-se referenciadas e através dessa referência são convocadas no decorrer do texto, entre parêntesis rectos (ex.: [BPF\_1]), para uma consulta de informação mais sistematizada sobre o bairro em questão. Os bairros de promoção fabril são identificados com a sigla [BPF] e os de rendimento imobiliário identificados com a sigla [BRI].

Assim, pretende-se a obtenção de um registo sólido e rigoroso, inexistente até à data, de modo a construir uma base consistente para possíveis futuras investigações, contribuindo assim para a valorização do património ligado à indústria da região.

## 1.7. ESTRUTURA

| 23

Este trabalho organiza-se em três partes essenciais, em capítulos e subcapítulos que pretendem dar respostas às questões anteriormente enunciadas. As fichas de identificação e caracterização dos bairros de promoção fabril e de rendimento imobiliário no Vale do Ave apresentadas no final, em anexo, devem ser utilizadas como elementos a consultar durante a leitura do trabalho.

Parte-se do reconhecimento das alterações que a Revolução Industrial provocou nas dinâmicas das cidades por toda a Europa, nomeadamente no que à habitação diz respeito. A crise no acesso a habitação digna na Europa é o mote para o estudo dessa mesma problemática em território nacional e consequentemente na região que analisamos, o Vale do Ave, percebendo características comuns nas soluções adoptadas nestes espaços e tempos distintos.

O capítulo que se segue foca-se na análise da região do Vale do Ave, pela sua importância no contexto da industrialização em Portugal, assim como pelas suas características socio-económicas e culturais particulares, com ênfase particular na indústria têxtil e no seu papel de motor do processo de industrialização no país e consequentemente de instigador da economia nacional.

O capítulo 3 foca-se na questão da habitação no Vale do Ave e parte de um contexto nacional, que informa e justifica as opções tomadas em Portugal para tentar solucionar a crise no acesso a habitação digna no país. Depois do reconhecimento da mesma problemática no Vale do Ave, a análise do contexto nacional revela-se importante para a compreensão das opções tomadas particularmente nesta região, nomeadamente nas escolhas de modelos de habitação nele observadas, que se materializam em bairros de promoção fabril e de rendimento, como consequência da (in)acção do Estado nesta região em específico. Com uma visão que parte do geral para o particular, do país para a região do Vale do Ave em específico, segue-se a mesma lógica quanto à análise do território, da escala urbana e do papel da fábrica na construção da urbanidade ao estudo dos bairros; desde a sua envolvente, nas relações que estabelece com o entorno ao estudo de unidades habitacionais particulares, com a análise do interior do fogo da casa operária, numa análise das características comuns dos

24 | casos de estudo às diferenças reconhecidas entre eles.

Pretende-se, ao longo desta narrativa, pela análise da crise habitacional resultante da industrialização do Vale do Ave, proporcionar uma leitura que informe sobre as soluções de promoção de habitação digna que foram encontradas, neste espaço e tempo particulares, para resolver essa problemática.

## O VALE DO AVE

UMA LEITURA DO TERRITÓRIO E DO CONTEXTO  
SÓCIO-CULTURAL E ECONÓMICO DA REGIÃO

## 2.1. A INDÚSTRIA TÊXTIL DISSEMINADA NO TERRITÓRIO

Estudar o Vale do Ave, leva-nos, forçosamente, a referir, “*o carácter impressivo e marcante do verde da sua paisagem e dos seus campos*”<sup>1</sup>, que não reflecte apenas uma sociedade rural, ligada unicamente à agricultura como meio de subsistência, mas que está intrinsecamente ligado à particular implantação da indústria na região.

Enquanto a Revolução Industrial estalava na europa, em Portugal a indústria nunca se revelou a actividade dominante da economia nacional, muito pela dependência da exploração comercial do império colonial, nomeadamente as colónias africanas e o Brasil. Durante todo o século XIX, a indústria nacional desenvolvia-se apenas quando as condições para estas trocas comerciais não eram favoráveis, num processo lento. Mas, na segunda metade do século, o panorama começa a alterar-se: apostava-se já na construção de caminhos de ferro e estradas, que fomentaram a expansão da produção e o crescimento do mercado interno. O incremento da indústria nas últimas décadas do século XIX correspondia paralelamente a transformações tecnológicas no sector e em 1898 a indústria contribuía já em 36% para o produto nacional e a agricultura em 64%, comparativamente aos valores de 1891, em que a indústria contribuía em 25% e a agricultura em 75%.<sup>2</sup>

Neste contexto, a indústria têxtil pode ser considerada como o mais importante motor para o processo de industrialização do país: “[...] *a têxtil tornou[-se] desde a segunda metade do século XIX no primeiro sector industrial português, numa expansão produtiva que ajudou a criar consumo e a configurar o mercado.*”<sup>3</sup> O Vale do Ave é uma região onde esta indústria encontrará factores determinantes para a sua implementação e expansão pelo território, dos quais as

---

1 PEREIRA, Virgílio Borges, “Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respectivas propriedades sociais.” in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p. 59.

2 TEIXEIRA, Manuel C., “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, vol. XXVII, (115) 1992, (1º), p. 66.

3 ALVES, Jorge Fernandes, *Fiar e Tecer - uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999, p.6.





\_Fig.1 Serra da Cabreira.

28 | próprias características geográficas são um factor de destaque.

Prolongando-se por aproximadamente 90 quilómetros, desde a Serra da Cabreira até à costa, marcando profundamente o desenvolvimento e ocupação territorial na sua envolvente, o rio Ave é um elemento estruturante da região. O rio banha, sucessivamente, os concelhos de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde e é um dos factores que incentivou a implementação e fixação do tecido industrial na região. A bacia hidrográfica do Ave tem o rio Vizela e o Este como principais afluentes, e é ainda complementada com rios de menor dimensão, como os rios Pelhe, Pele e Selho, entre outros ribeiros e riachos (consultar cartografia p.63). Este é o eixo natural que estrutura o território, território que para ser estudado não pode deixar de parte a análise da história da sua indústria, predominantemente ligada à têxtil. No entanto, para a compreensão da industrialização do Vale do Ave é fundamental referir a indústria no norte de Portugal, nomeadamente no que ao Porto diz respeito.

O Porto cedo se assumiu como um centro comercial e marítimo; pela sua localização geográfica, para além da função portuária, afirmou-se como um local de confluência de mercadorias da região norte de Portugal, nomeadamente das regiões de Entre Douro e Minho, Alto Douro e Trás-os-Montes, para consumo próprio ou para exportação. Esta plataforma comercial permitia uma relação de proximidade com importantes centros industriais europeus e territórios ultramarinos portugueses, facilitando o contacto com as experiências industriais de outros países, nomeadamente Inglaterra, país para o qual Portugal exportava algodão em rama, proveniente do Brasil, pelos portos do Porto e Lisboa, em plena Revolução Industrial.<sup>4</sup> Deste modo, os industriais portuenses percebem a importância desta matéria-prima, de origem colonial, no desenvolvimento da indústria europeia e, no final do séc. XVIII, o algodão está no centro das inovações tecnológicas características da Revolução Industrial. Os portuenses usufruem, então, de um contacto bastante próximo com os progressos tecnológicos de Inglaterra e começa a assistir-se a uma proto-industrialização mais complexa em território nacional, ainda que de carácter manufactureiro. Cresce a indústria, a

---

4 ALVES, Jorge Fernandes, *Fiar e Tecer: uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave, Vila Nova de Famalicão*: Câmara Municipal, 1999, p. 29-30.

população activa e no próprio território se dissemina a indústria.

| 29

O arranque do processo de industrialização em Portugal é, no entanto, fortemente marcado pelo clima de instabilidade política e social dos inícios do séc. XIX e só depois da sua estabilização se intensifica o processo de industrialização e se verifica um crescimento significativo no número de indústrias. Cria-se um ambiente propício à formação de novas empresas e à circulação de capital, pelo investimento nas obras públicas, proveniente do clima de pacificação política e os industriais portuenses não são alheios a esta conjuntura favorável. Essencialmente no sector da tecelagem, com tecidos mistos e de algodão, verifica-se uma maior dinamização da produção e do comércio e aumenta a procura do algodão. Inicia-se, por isso, um período de importação desta matéria prima, também pelo facto do processo de modernização das fiações não estar a ser bem sucedido em território nacional. Esta dependência dos mercados externos dificulta o desenvolvimento industrial e neste clima de necessidade de unidades de fiação de algodão é fundada, em 1845, a partir da união de um grupo de investidores, uma sociedade que pretendia estabelecer uma unidade de fiação de algodão no Vale do Ave, em Negrelos, Santo Tirso: a Fábrica de Fiação do Rio Vizela.<sup>5</sup>

O processo de industrialização do Ave data, fundamentalmente, da segunda metade do século XIX, consolida-se ao longo do século XX e pode entender-se como uma primeira extensão do Porto enquanto centro industrial. O Vale do Ave, lentamente, transformar-se-à também num pólo industrial de relevância a nível nacional e a inauguração da primeira unidade industrial moderna na região, a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, marca o arranque do processo de industrialização na região, que se entende tardio em comparação ao panorama mundial.<sup>6</sup> A indústria moderna dissemina-se, até ao final do século XIX, pelos restantes concelhos do Vale do Ave e o sucesso de fiações, como a do rio Vizela, é um dos motivos que justifica esta dinâmica.

---

5 Para um conhecimento profundo desta unidade industrial em particular, consultar: ALVES, Jorge Fernandes, LACERDA, Silvestre, “Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela - As origens.” in *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV (1995), nº 1-2 (Janeiro/Fevereiro), p. 41-46, e nº 3, p. 84-88 e FERREIRA, Diana Vanessa, *Paisagem Industrial do Vale do Ave. Da energia hidráulica à energia eléctrica*. Porto, FCTUC, Janeiro 2014.

6 PEREIRA, Virgílio Borges (org.), *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*. Edições Afrontamento, 2012, p.17.

30 | 2.2. A TRADIÇÃO LINHEIRA E A INDÚSTRIA ALGODOEIRA

Mas antes da referência ao algodão, no Vale do Ave é também imprescindível referir a ancestralidade da cultura do linho, que marca a proto-industrialização da região, sendo esta actividade desempenhada num clima de arcaísmo produtivo e tida como um importante complemento de uma economia familiar predominantemente agrícola. O Inquérito Industrial de 1890 confirma a indústria linheira como actividade complementar no Vale do Ave, mas disseminada por toda a região, principalmente nos concelhos de Guimarães, Fafe, Vila Nova de Famalicão e Vila do Conde; a indústria do linho apresentava valores de produção mais elevados em períodos em que a produção agrícola não atravessava um período favorável, ou quando as condições climatéricas não eram as mais indicadas. Na segunda metade do século XIX assiste-se a uma crise na agricultura, com a descida dos preços dos cereais e uma quebra na exportação de gado, que se reflecte na economia familiar do camponês e cria-se, pela fome, um padrão de complementaridade entre agricultura e indústria, procurando o agricultor no tear os rendimentos que não consegue obter do trabalho da terra, tornando-se esta a configuração típica da têxtil nortenha.<sup>7</sup>

O Vale do Ave era, então, uma amálgama de oficinas domésticas de artesãos e fabricantes, que evoluem depois para pequenas fábricas de fiação e tecelagem manual. Com o nascimento de empresas artesanais, há pequenos projectos que se afirmam e se tornam, mais tarde, casos de sucesso, passando muitas vezes de uma pequena produção a grandes indústrias têxteis, por acção de operários empreendedores e visionários.<sup>8</sup> Esta produção estava muito dependente de comerciantes dos centros urbanos e era praticamente destinada ao consumo interno e evolui depois para fábricas de maior dimensão, aumentando significativamente o ritmo e volume de produção, por começarem a ser equipadas com máquinas, maioritariamente inglesas.

A antiga tradição local de cultivo, fiação e tecelagem do linho, será de

---

<sup>7</sup> ALVES, Jorge Fernandes, “Uma nebulosa a noroeste. A indústria algodoeira.” in *Ler História*, 36, 1999, p. 99.

<sup>8</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Fiar e Tecer: uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999, p. 57-60.



\_Fig.2 Fábrica de Fiação do Rio Vizela, década de 80 do século XIX.

\_Fig.3 Etiqueta de tecidos da mesma fábrica, década de 20 do século XX.

32 | extrema importância para a indústria algodoeira, pois dela saberá tirar proveito, utilizando o saber-fazer difundido na região, do qual restou uma memória colectiva com um importante valor simbólico. Do linho, transformam-se então as estruturas em consumidoras de algodão, verificando-se um período de expansão assinalável. Adoptam-se novos modelos de organização produtiva e é introduzido neste contexto o conceito de trabalho assalariado, sem que isso signifique o abandono ou desaparecimento imediatos dos princípios da economia rural. Altera-se a estrutura produtiva, baseada na introdução da maquinofactura e deste modo aumenta-se a competitividade e mudam também as próprias relações sociais e as condições de trabalho. De uma indústria artesanal intrinsecamente ligada ao núcleo familiar faz-se a transição para a indústria mecanizada, na qual os empresários representam uma libertação relativamente ao trabalho agrícola no campo, mas também um importante complemento económico para a sobrevivência e maior bem-estar da família.<sup>9</sup>

Realizado por uma comissão de patrões e operários, o Inquérito Industrial de 1888, sobre a indústria da tecelagem, explica a difusão da indústria algodoeira pelo facto dos operários serem mal pagos, ou terem salários muito baixos no início da sua aprendizagem, o que os leva, depois de algum tempo, a iniciar uma produção caseira, criando um mercado paralelo, de forte concorrência ao já existente, pela baixa sucessiva de preços.<sup>10</sup> Uma mão-de-obra mais barata, abundante pela densidade populacional e pacata, comparativamente à da cidade, sempre mais reivindicativa dos seus direitos, aliada à própria água como força motriz, leva à emergência e estabilização das indústrias e oficinas domésticas. A criação de uma rede produtiva dispersa por todo o vale é também consequência da proximidade territorial, onde a especialização produtiva e a subcontratação imperam como divisão de trabalho, transformando a região num *distrito industrial* e a introdução de infra-estruturas como o caminho de ferro e estradas facilitou também essa difusão.<sup>11</sup> O Vale do Ave dispôs de uma conexão férrea entre o

---

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> Inquérito sobre o Estado da Industria de Tecelagem na Cidade do Porto e situação dos respectivos operários, Lisboa, 1889. Citado em ALVES, Jorge Fernandes, “Fundação Narciso Ferreira – Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha”, in *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV, nº8, p. 242-248.

<sup>11</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira*, 1999, p. 99.





\_Fig.4 Produção de algodão, década de 1760.

\_Fig.5 Espadela do linho.

- 34 | Porto e Guimarães, iniciada em 1871, com prolongamento a Fafe em 1907, que permitia rapidez de transporte das matérias primas necessárias para a laboração e, logo obtido o produto, a sua fácil distribuição.

O período das guerras mundiais é também um momento relevante, que fomenta as exportações, devido à escassez de produtos têxteis manufacturados na europa e contribui para o nascimento de inúmeras empresas e expansão de muitas outras, beneficiárias de uma economia de guerra. Assiste-se, então, a uma massiva edificação de fábricas que, retalhando os campos, se agregam em pequenos núcleos industriais e contribuem para a estruturação, aos poucos, da *industrialização difusa no meio rural*.<sup>12</sup>

Não podemos, contudo, referir uma distribuição igualitária da indústria pela região, sendo os concelhos de industrialização mais consolidada Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Guimarães. Vila do Conde surge também como um importante pólo industrial, ligado à têxtil mas com uma forte relação com o mar, com indústrias de conservas a assumirem um papel relevante na economia da região. Os restantes concelhos, nomeadamente Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, apresentam situações menos industriais, ou pelo menos marcadamente influenciadas pela agricultura e sector terciário. Fafe assume um papel intermédio entre o núcleo mais industrializado e o que revela menos essa tendência.<sup>13</sup>

Como factores importantes para a dispersão das indústrias, para o aparecimento das tecelagens e mais tarde das confeções, bem como da evolução técnica, com a substituição dos teares manuais por mecânicos estão também as próprias energias hidráulica e eléctrica, afirmando a indústria algodoeira como motor da industrialização portuguesa, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. A água como força motriz fica indiscutivelmente ligada à primeira fase de industrialização do Vale do Ave, à qual recorreram as primeiras grandes empresas algodoeiras da região, como por exemplo a Fábrica de Fiação e

---

12 PEREIRA, Virgílio Borges, “Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respectivas propriedades sociais”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p. 59.

13 MENDES, José Amado, “A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.14.



Tecidos do Rio Vizela (Santo Tirso, 1845), a Fábrica de Fiação do Bugio (Fafe, 1873), a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (1890), a Fábrica de Tecidos de Santo Tirso (1896) e a Fábrica de Tecidos e Fiação de Riba d'Ave (Famalicão, 1896). Por 1881, a máquina a vapor, no Porto e arredores, começou a ser introduzida mas, na verdade, a energia hidráulica no Ave continuava a ser a escolha mais frequente, uma vez que trazia enormes vantagens, nomeadamente a nível de custos. O carvão nacional era de baixa qualidade e havia que proceder à sua importação; já a energia hidráulica era abundante, gratuita e não implicava gastos de transporte. A predominância da energia hidráulica acontece até aos inícios do século XX, mas, complementarmente, pelo menos no final da década de 80 e 90 do século XIX, algumas fábricas começaram a usar a máquina a vapor, em alturas do ano em que a água era insuficiente. Com esta introdução tardia e pontual, o tempo da máquina a vapor, característica da 1ª Revolução Industrial, fica, no Vale do Ave, reduzida a alguns anos, suplantada pela electricidade, marcante na 2ª Revolução Industrial. Passou-se, praticamente, da energia hidráulica à eléctrica, o que permitia às fábricas libertarem-se dos cursos de água, facilitando a sua expansão, aumentar o fluxo de produção e melhorar o ambiente de trabalho em termos de iluminação, ventilação e limpeza.<sup>14</sup> Este investimento na energia eléctrica tem muitas vezes na sua génese os próprios industriais da têxtil, lançados na aventura da electrificação, destacando-se aqui as unidades fabris de Riba d'Ave, com uma acção bastante relevante de Delfim Ferreira nesse sentido.<sup>15</sup>

Além das tecnologias, o capital é um factor imprescindível a qualquer processo de industrialização e importa perceber quem financiou a industrialização do Vale do Ave. Diversos comerciantes do Porto faziam parte das sociedades que instalaram as primeiras fábricas têxteis no Vale do Ave, o que se compreende pelo forte conhecimento do ramo (juntamente com técnicos) e pela facilidade em ter capital disponível. Como exemplo, a já mencionada Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela tinha como maioria dos fundadores comerciantes do Porto. Pode-se afirmar que uma das fontes mais importantes do capital industrial

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.21-22.

<sup>15</sup> PEREIRA, Virgílio Borges (org.), *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*. Edições Afrontamento, 2012, p. 54.

36 | do Vale do Ave foi o comércio, exercido essencialmente na cidade do Porto.<sup>16</sup> De salientar, igualmente, o capital de emigrantes que voltavam ao país, os chamados “brasileiros”, que em muitos dos concelhos da região tiveram um papel de extrema importância no desenvolvimento da indústria local.<sup>17</sup>

Não se pode igualmente descrever a industrialização de uma região sem atentar à força de trabalho que a fez acontecer e descrever a mão-de-obra no Vale do Ave implica referir a maioria de população iletrada que a formava; não obstante, o saber adquirido ao longo de gerações quanto ao cultivo, fiação e tecelagem do linho é um factor assumidamente decisivo para que a indústria no local comece a ser implementada. O facto de ser uma população fortemente ligada à agricultura, mas paralelamente conjugar este universo de trabalho artesanal, permite que a adaptação à fábrica se revele menos complexa, comparativamente a uma transição directa de trabalho exclusivo da terra para a fábrica. Contudo, o operariado da região revela características muito particulares relativamente ao panorama geral desta classe social, não se enquadrando no modelo tradicional de afirmação de classe; constituído essencialmente por muitas mulheres e crianças, é considerado submisso e *dócil* pela imprensa da época, sem nunca se constituir verdadeiramente como uma classe, “*porque estavam mais divididos na disputa dos favores dos mesmos patronos do que estavam unidos pela sua posição comum na estrutura social*”<sup>18</sup>. Essa dependência de patronos ou intermediários é marcante, já que o camponês está enraizado numa agricultura de subsistência de escala reduzida, numa área geográfica também ela reduzida, e é através desses intermediários que tem a sua vida controlada para lá dos limites do seu pequeno meio. Assim se conseguia a transição do campo para os trabalhos nas fábricas

---

16 “*De facto, dos onze sócios (...), somente cinco não eram oriundos do comércio. Todavia, para que estes integrassem a sociedade, também havia motivos de sobra: três deles eram industriais da tecelagem; outro era Eugene Cauchois, engenheiro francês, que era não só detentor da participação mais elevada no capital da empresa (cerca de 1/3), como foi o primeiro director técnico e “a alma da fábrica no seu arranque” (...)*o último, era proprietário dos terrenos onde a fábrica viria a ser construída.” MENDES, José Amado, “A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.23-24.

17 Sobre este assunto, tendo como exemplo o caso específico de Fafe, consultar: MONTEIRO, Miguel, *Migrantes, emigrantes e Brasileiros* (1834-1926). Fafe, 2000.

18 INGERSON, Alice, “Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão”, in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, p.878.

e trabalhar nelas era sinónimo de ascensão social na comunidade local. Não era fácil, mesmo com o grande movimento industrial registado na região em todo o século XX, encontrar trabalho na fábrica e era necessária a acção de algum familiar ou de alguma pessoa influente no meio ou na própria fábrica para o conseguir. No fundo, a indústria caseira, aliada ao conhecimento da pessoa certa, funcionava como um meio para encontrar trabalho e a família revela-se, neste contexto, como uma organização individual e colectiva fundamental, uma vez que não existiam estruturas de apoio em situações de imprevistos da vida quotidiana, desenvolvendo-se assim um sentido de protecção e responsabilidade colectivas, onde *“a solidariedade e a entreaajuda são [...] imprescindíveis à sobrevivência, pois fora delas não existe nada que possa automaticamente enfrentar a doença, o acidente, o desemprego; há que gerir, pois, colectivamente as eventualidades.”*<sup>19</sup>

Vive-se num clima de protecção tanto a nível político como económico e ele traduz-se igualmente nas relações com o patronato; alia-se a dependência económica que obriga à obediência ao patrão e mistura-se com uma dependência paternalista, que encontra a nível espacial muitos apoios, pois muitas vezes o patrão é o proprietário dos equipamentos e das próprias habitações dos operários.<sup>20</sup> Isto reflecte o discurso do Estado na descrição das relações de trabalho em termos de respeito pela autoridade e caridade cristã para com os dependentes, incluindo os empregados e a própria imprensa da época a essa postura faz propaganda: *“[...] entre os industriais e os operários, os comerciantes e os empregados, os proprietários rurais e os camponeses, deve haver uma ligação de interesses que torne indispensável e imprescindível o auxílio mútuo, que instigue o amor ao trabalho e apego à organização e estimule a vontade de produzir mais e aperfeiçoar sempre a produção.”*<sup>21</sup>

No fundo, para atingir os objectivos produtivos das empresas, o que se pretende é formar uma mão-de-obra disciplinada e minimamente comprometida, havendo a necessidade de transformar o camponês, sem cultura industrial, num

---

19 RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Edições Afrontamento, 1994, p.55.

20 *Ibidem*, p.54.

21 *Revista Conservas*, Ano V, nº 54, Junho de 1940, p.14.

38 | operário capaz. O próprio regime disciplinar específico da fábrica, bem como os regimes de pagamento personalizados, ajudam no sentido de moldar o operário e as fábricas criam uma teia de integração e protecção dos assalariados e das suas famílias, existindo inclusivamente um controlo moral da vida familiar e pessoal.

A política de alojamento para operários, o fomento da prática religiosa regular e a própria escolarização podem ser entendidas como um investimento com retorno, numa estratégia de formação de mão-de-obra de uma comunidade “*que vive na fábrica, da fábrica e para a fábrica*”<sup>22</sup> e que consegue, ao mesmo tempo, um controlo total da força de trabalho. A passagem do trabalho do campo para a fábrica era inevitável se se almejava fugir das privações associadas ao trabalho no campo; o facto de existir um salário fixo, um horário de trabalho constante e uma estrutura de apoio social mais ou menos capaz de apoiar operários e famílias, ainda que num sentido disciplinador, era visto como uma progressão relativamente às condições de trabalho ligadas à agricultura. Começar a trabalhar numa fábrica era considerado por muitos como *uma benção*. O Estado espera que os seus industriais dêem assistência à família operária e no Vale do Ave, pela parte dos trabalhadores, não se procura propriamente reivindicar uma melhoria nas suas condições de trabalho e vive-se essencialmente num ambiente de aceitação dos benefícios sociais que estes promovem; existem escolas, infantários, cantinas, serviços médicos, dos quais operários e famílias podem usufruir e “*os filhos dos operários estão todos calçados, usam meias, batas, disfrutam de colónias de férias*”.<sup>23</sup>

---

22 SEIXAS, Paulo Catro, SEABRA, Daniel, “Centro Residencial Conde de Riba d’Ave: a produção simbólica de um espaço”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE p. 169-170.

23 SERÉN; Maria do Carmo, “A indústria, os industriais e os operários através da imagem fotográfica”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.109.



\_Fig.6 Cartaz de propaganda que instiga a colaboração entre operários e patrões, durante o Estado Novo, 1936.



\_Fig.7 Cartaz de propaganda ao Estado Novo, resalvando as acções desenvolvidas pela melhoria das condições de vida da classe operária, 1938.



\_03

# HABITAÇÃO OPERÁRIA NO VALE DO AVE

DA URBANIDADE À ARQUITECTURA  
DO ESPAÇO DOMÉSTICO

A habitação operária torna-se um tema de reflexão, abordado por diferentes áreas disciplinares, aquando do processo de industrialização e, sendo esta uma nova temática a abordar, pressupõe, também, novos conceitos, um novo léxico a ela associado, na procura de soluções formais para o alojamento desta classe. A diversidade de termos associados à arquitectura da casa revela a multiplicidade dos interesses envolvidos na discussão, de onde emerge um vocabulário mais politizado do que aquele que caracteriza o discurso sobre a casa burguesa e aristocrática. Pelo envolvimento dos movimentos sociais, reivindicativos da reorganização do mundo do trabalho e de alterações sociais, bem como da necessidade de reformar a cidade industrial e das preocupações higienistas e sanitárias a ela associados, assim como da acção dos interessados em promover casas simples e económicas de modo pragmático e utilitário emerge, então, um conjunto de novos conceitos sobre os quais será importante reflectir.

O termo *bairro*, a que recorremos com muita frequência no decorrer deste texto, se a nível sociológico implica as relações entre os habitantes de um determinado espaço, bem como as suas memórias e interesses partilhados, é aqui essencialmente usado no sentido de fazer referência a um conjunto que se insere num espaço fisicamente delimitado e que revela determinadas características tipológicas e morfológicas comuns, num processo repetitivo de construção, que é pertinente analisar na medida em que cria uma estrutura urbana que se relaciona com uma envolvente específica. O objecto de estudo desta dissertação é o *bairro operário*, ficando, deste modo, imediatamente esclarecido a quem se destinavam os conjuntos construídos. Neste estudo, consideram-se *bairros*, todos os conjuntos que apresentam uma associação mínima de quatro fogos, o que se revela pertinente quando analisamos as características relacionadas com questões formais, bem como problemáticas ao nível da composição dos conjuntos, recorrendo a ferramentas úteis como o uso de eixos de simetria. Existem duas excepções: [BPF\_13 (3 fogos) e BPF\_25 (2 fogos)], justificadas por conterem características pertinentes na análise em questão.

Os termos *classes pobres* ou *classes desfavorecidas* são também importantes de esclarecer, estando associados à questão do tipo de promoção. As soluções para o problema da crise no acesso à habitação tiveram, no Vale do Ave, duas vertentes de promoção às quais dedicamos mais atenção: a acção de



industriais e também a de particulares, com a construção de bairros de rendimento imobiliário, dois tipos de iniciativa que destacaremos nesta dissertação em relação às promoções camarárias ou estatais, que se revelam pontuais na região.

O uso do termo *habitação operária* reflecte o segmento da população mais visível que é afectado pelo problema no Vale do Ave, enquanto que a expressão *habitação popular*, para *classes pobres* ou *desfavorecidas*, tem um significado mais abrangente e inclui todos os que experienciam essa realidade. No entanto, este estudo foca-se, essencialmente, em bairros de promoção fabril, financiados por empresários ligados a determinadas fábricas e que se destinam a operários desses mesmos estabelecimentos. Torna-se então relevante o uso do conceito *habitação operária*, sem deixar, no entanto, o reparo de que alguns destes bairros operários eram também muitas vezes ocupados por indivíduos sem relação com as fábricas promotoras dos conjuntos, sendo designados como pertencentes a *classes pobres* ou *desfavorecidas*. São, aliás, estes dois conceitos os mais utilizados nas memórias descritivas de bairros de rendimento imobiliário, revelando a necessidade da acção da promoção particular para a resolução da questão da habitação na região. Focamo-nos, então, no conceito de *bairro operário*, de promoção fabril, não deixando de convocar os exemplos de bairros de rendimento imobiliário sempre que se revele pertinente na sequência desta investigação.

Quanto aos padrões relativos à qualidade constructiva destes conjuntos, os vocábulos *barata* e *económica* podem, inocentemente, ser encarados como sinónimos, e uma análise mais atenta desvenda a grande diferença do seu significado. A *casa barata* associa-se a uma construção que recorre a materiais de pouca qualidade e, por isso, mais perecíveis, enquanto que *casa económica* pressupunha um cuidado na escolha dos materiais, os quais teriam de obedecer aos critérios de economia sem no entanto apresentarem deficiências em termos de qualidade e sempre associados a uma cuidada mão-de-obra.<sup>24</sup> O alcance da expressão *casa económica*, usado de forma mais consensual, ganhou relevo acrescido com a instauração da Ditadura Nacional e com o Estado Novo,

---

24 “Casas Baratas”, in *Arquitectura*. Revista Mensal. Lisboa: Grupo Editor de “Arquitectura”, 1931, nº 20, p. 74. Citado em GONÇALVES, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933, A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*. Tese de doutoramento, FAUP, 2014, p.123.

44 | reforçado com a utilização da expressão em legislação específica homónima, entendendo-se que esta é também uma questão política, em que durante décadas se usaram indiscriminadamente tanto o termo *barata* como *económica*. Nas memórias descritivas dos projectos analisados neste estudo, recorre-se sempre ao vocábulo *económica*, não sendo nunca visível a palavra *barata* e assiste-se ao uso frequente da palavra *simples*, quando se quer fazer referência à economia da construção do conjunto.

### 3.1. A CRISE NA HABITAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL

*Crise de habitação [...] define-se como falta de espaço habitacional em face da procura, para os níveis de rendimento disponíveis existentes, determinantes únicos da qualidade e quantidade de habitação procurada.* <sup>25</sup>

Manuel C. Teixeira <sup>26</sup> identifica três períodos políticos na história de Portugal que julgamos ajudarem bastante na compreensão das políticas para a habitação adoptadas no final do século XIX e início do século XX. As características sociais e económicas de cada um destes períodos estiveram profundamente relacionadas ao tipo de abordagem feita relativamente à questão da habitação, sendo o primeiro período identificado as últimas décadas da Monarquia no país, até 1910, o segundo, a primeira República, até 1926, e por último, o Estado Novo. Destacamos algumas acções particulares que consideramos relevantes para o entendimento da situação em território nacional, tendo em conta a tendência generalizada para a escolha da casa unifamiliar como instrumento para solucionar os problemas de acesso a habitação digna no país.

No final do século XIX, nas décadas que antecederam a implantação da República “*não existia um sector industrial alargado e vigoroso, muito menos uma economia firme e estabilizada que justificasse a produção em massa de casas*

---

25 CARDOSO, Abílio, *Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*, Edições Afrontamento, 1996, p.112.

26 TEIXEIRA, Manuel C., “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, vol. XXVII, (115) 1992, (1º).

*para o operariado.*”<sup>27</sup> Neste sentido, as opções tomadas para o alojamento da classe operária nunca assumiram as dimensões que se podiam observar noutros modelos europeus, como os franceses ou ingleses.

Nas principais cidades do país, Porto e Lisboa, na segunda metade do século XIX, o processo de industrialização fez com que a procura por habitações de baixo custo disparasse, pelo facto de grande parte da população ser constituída por pessoas oriundas de meios rurais que se mudavam para a cidade para procurar trabalho nas indústrias então em desenvolvimento. Se numa primeira fase houve uma sobreocupação dos edifícios existentes, logo a promoção de habitação de baixo custo fica a cargo de privados, sendo a filantropia e a promoção fabril iniciativas pontuais ou a promoção estatal ou camarária algo que apenas começou a acontecer no início do século XX.

Tanto no Porto como em Lisboa, as soluções para a carência de habitação foram, neste período, colmatadas pela iniciativa privada de pequenos promotores, que viam uma oportunidade de rendimento complementar fora da sua actividade principal. Eram investimentos de baixo custo que criavam invariavelmente habitações precárias, de baixa qualidade e que, no Porto, depois da sobrelotação dos prédios já existentes, se materializaram na construção das *ilhas*, casas isalubres, de pouca qualidade construtiva, que ocupavam o interior dos quarteirões. Este tipo de solução começa a perceber-se essencialmente depois de 1850, com a construção destas linhas de casas no interior dos logradouros, com habitações de um piso, de áreas muito reduzidas, com escasso acesso a água e com sanitários comuns a todas as habitações, ao fundo dos corredores.

Paralelamente, os *pátios* foram a solução encontrada em Lisboa; espaços no interior dos quarteirões, mais ou menos regulares, com casas no perímetro que se abrem depois para o espaço central comum que, assim como as *ilhas* no Porto, eram promovidos pela iniciativa privada de pequenos comerciantes, pois o pequeno investimento que requeriam adaptava-se ao pouco capital disponível por parte dos promotores, que viam nestas formas de habitação uma oportunidade

---

27 GONÇALVES, Eliseu, “As errâncias do Carré Mulhousien. Novas práticas no desenho da casa operária no Porto”, in MONTEIRO, Bruno, PEREIRA, Joana Dias (ed.), *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e Movimento Operário em Portugal*. Porto: Universidade Popular do Porto, 2013, p. 91.

46 | de investimento seguro e lucro garantido, como um rendimento alternativo à sua actividade principal.

É com o *Inquérito Industrial de 1881* <sup>28</sup> que se toma consciência no país das condições precárias em que muitos cidadãos viviam e é a partir desse momento que a habitação económica se torna num tema de debate em território nacional, procurando-se soluções para colmatar a visível precariedade na habitação para classes pobres. As taxas de mortalidade alarmantes e uma série de epidemias forçaram o reconhecimento destas graves condições de habitação mas, até ao final do século XIX, nem o governo nem as câmaras consideravam ser da sua responsabilidade a construção de baixo custo. Não se discutia quem deveria levar a cabo esse tipo de promoção; atribuíam-se directamente esse papel aos promotores privados e as iniciativas estatais eram no sentido de os incentivar a construir casas para classes pobres, apenas controlando essa actividade. No entanto, apesar dos incentivos do Estado à promoção privada, as respostas foram parcas e muitas vezes as rendas praticadas eram superiores àquelas que os operários poderiam pagar e muitos continuavam a viver em habitações de péssima qualidade construtiva e insalubres. <sup>29</sup>

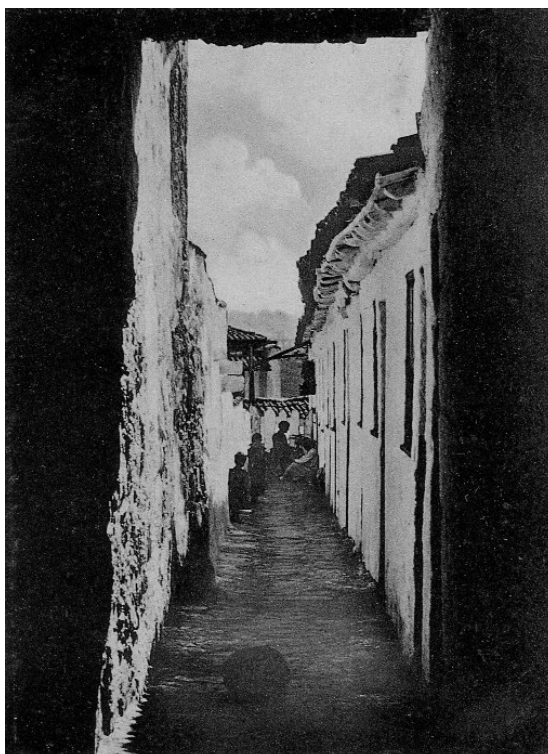
Na legislação oitocentista aprovada no sentido de tentar solucionar a carência de habitação para classes pobres, as questões do higienismo revelam-se indissociáveis do problema do alojamento, sendo de extrema importância a publicação, em 1903, do *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, legislação que mudará a configuração do espaço doméstico. <sup>30</sup> Neste período, nota-se claramente a tendência tipológica da casa individual de um piso, com jardim, embora fossem também aceites casas geminadas ou habitações em banda. No entanto, cada habitação deveria sempre apresentar um jardim frontal e horta na parte de trás do terreno, mas as soluções de aglomeração, como os falanstérios, eram evitadas.

---

28 *Inquerito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

29 TEIXEIRA, Manuel C., “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, vol. XXVII, (115) 1992, (1º), p. 74.

30 A Construção Moderna – Revista Ilustrada. “Regulamento de salubridade das edificações urbanas. Condições higiénicas a adoptar na construção dos prédios”. Volume IV, nº 103, Agosto de 1903.



\_Fig.8 Uma ilha na rua de S. Víctor, Porto.

\_Fig.9 Pátio do Carrasco, Lisboa.

Mas para que o tema da habitação se tornasse um tema político relevante, foram igualmente muito importantes os movimentos operários que se começaram a formar desde a década de 1840, e que em 1875 eram já uma força política importante que, entre outros temas, reclamavam o aumento salarial e a redução da carga horária da jornada de trabalho. Estes movimentos sindicais deram uma contribuição notória na luta política que levou à queda da Monarquia e, em 1910, à consequente implantação da República. É neste contexto que a questão da habitação se torna num tema político relevante; uma vez que os movimentos sociais e as greves eram crescentes, o novo regime viu a necessidade de ceder a algumas das exigências das classes mais pobres.

A procura de uma Identidade Nacional a nível cultural e na arquitectura foi uma das questões que marcou as duas primeiras décadas do século XX português, o que no campo da arquitectura se materializa no debate em torno da *Casa Portuguesa* - “a consolidação de um gosto pelo tradicional, como parte de uma moral assente nos valores da família e na hierarquia do poder.”<sup>31</sup> É uma época em que se vive a dicotomia da procura do progresso e ao mesmo tempo se vive na nostalgia do passado. O debate centra-se, como no resto da Europa, na procura de uma solução para o problema da habitação e materializa-se em duas vertentes de pensamento bastantes distintas, já antes expostas: a habitação colectiva e a habitação unifamiliar isolada e “ambos os casos constituem leituras sobre a unidade de habitação mínima com claras divergências quanto ao entendimento da cidade como realidade social e física.”<sup>32</sup> A opção unifamiliar era defendida em Portugal por Raúl Lino, opção que abordaremos com mais pormenor por ser, apesar de todas as divergências, a opção que domina em território nacional, pelo menos nas primeiras décadas do século XX.

Para uns, a solução do problema da carência de habitação para as classes pobres passava por dispor das inovações técnicas imprescindíveis para que se realizassem construções em altura de edifícios de habitação colectiva,

---

31 RAMOS, Rui Jorge Garcia, *A casa - arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século xx português*, Porto, FAUP, 2010, p.35.

32 GONÇALVES, Eliseu, “O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário”, in PEREIRA, Virgílio Borges (ed.), *O Estado, a habitação e a questão social na cidade do Porto*, volume 2, Porto, Edições Afrontamento, 2015, p. 126.

que apresentam vantagens a nível económico enquanto outros defendem que a resposta é “*primordialmente um problema humano*” e que deveria defender “*uma identidade portuguesa ameaçada*”, apresentando a casa unifamiliar como resposta, num “*estímulo para a formação e enriquecimento dos seus habitantes*”.<sup>33</sup> O gosto pela casa unifamiliar com jardim é evidente, em oposição ao bloco de habitações.

Com o início da Ditadura Nacional, em 1928, depois do golpe militar de 1926 e a instauração do Estado Novo em 1933, embora o discurso do Estado, nacionalista, social e corporativo, se dirigisse às classes trabalhadores, as acções no campo da habitação eram na verdade dirigidas às classes médias. Em 1933, com a criação do programa das Casas Económicas, definiu-se um claro modelo de habitação, no qual (uma vez mais) se evidencia a preferência pela casa unifamiliar, de um ou dois pisos, isolada ou geminada, mas sempre com jardim particular. O novo regime defendia que “*a família exige por si mesma duas outras instituições: a propriedade privada e a herança. Primeiro a propriedade – a propriedade de bens que possa gozar e até a propriedade de bens que possam render. A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa.*”<sup>34</sup>

A família, um dos pilares do regime, poderia assim ter acesso e ser proprietária da casa, depois de pagas as prestações mensais, ao longo de 25 anos. A construção destas casas era feita directamente pelo Estado e destinava-se a funcionários públicos ou trabalhadores que fizessem parte dos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime. Estas políticas revelam o controlo que o Estado queria ter sobre a população, ainda que de uma forma dissimulada; a opção unifamiliar e o afastamento da opção de habitação colectiva evitava a concentração do povo, concentração essa temida pelo Estado. Mais do que perseguir o objectivo de solucionar os problemas da carência de habitação, o programa das Casas Económicas revela-se um mecanismo que demonstra a posição política e ideológica do Estado. As soluções apresentadas eram baseadas

33 RAMOS, Rui Jorge Garcia, *Modernidade inquieta. arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português*. Porto: Edições Afrontamento, 2015, p.59.

34 SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos (1928 - 1934)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935, p.202.



50 | no suposto modo de vida tradicional da população portuguesa, que transferiam um certo modo de viver rural para o contexto urbano e as experiências de blocos de habitação colectiva levados a cabo pelo regime republicano eram fortemente repelidas:

*É naturalmente mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob tecto próprio. Eis porque nos não interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com seus restaurantes anexos e sua mesa comum (...) nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família.* <sup>35</sup>

Inicialmente, existiam no programa das Casas Económicas dois tipo de casas (A e B), com variação em áreas e qualidade de acabamentos e, dentro destes, três variações que dependiam do número de quartos. Raúl Lino é o arquitecto escolhido pelo Estado, em 1934, para dar forma à casa económica do tipo A. Este substitui Pardal Monteiro, que pelos seus ideais modernistas não servia as intenções do regime e Raúl Lino havia já demonstrado o entendimento que tinha da *Casa Portuguesa*: casas de um só piso, telhados de duas águas, alpendres sobre a porta de entrada e janelas pequenas são as características que Raúl Lino considerava que deveriam estar presentes.

Em 1943 são introduzidos outros dois tipos (C e D) no programa das Casas Económicas, claramente orientados para a classe média, com áreas mais generosas e acabamentos de melhor qualidade. A atribuição de cada tipo de casa era feita dependendo do rendimento de cada família, bem como da composição do agregado familiar. De novo, as rendas praticadas neste tipo de solução eram normalmente superiores às que uma família pobre poderia financiar, ficando estas, por esse motivo, de novo excluídas. <sup>36</sup>

Em 1946, e paralelamente ao programa das Casas Económicas, num contexto em que jovens arquitectos estudam soluções para o problema da habitação no período da reconstrução da Europa pós-guerra, torna-se possível

---

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> TEIXEIRA, Manuel C., “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, vol. XXVII, (115) 1992, (1º). p. 81



a construção de obras sociais pelas instituições de Previdência Social, nomeadamente a construção de Casas Económicas e Casas de Renda Económica, criando-se, assim “*as condições para que meses depois sejam fundadas as HE com o objectivo de contribuir para o fomento da habitação, com a aplicação dos capitais da Previdência na construção de Casas de Renda Económica*”. Este seria o esforço de adaptação do Estado Novo “*às novas condições políticas decorrentes da derrota dos regimes fascistas na 2.ª Guerra Mundial*”.<sup>37</sup>

O ano de 1948 é marcado pelo 1º Congresso Nacional de Arquitectura, no qual Nuno Teotónio Pereira e Costa Martins lançam a proposta de se debater as questões da habitação em altura, analisando as características sociológicas das populações em questão. “*O moderno bloco de habitação colectiva deixa de ser proposto como uma peça isolada na cidade*”<sup>38</sup> podendo repetir-se nesta, em função dos valores urbanos. No fundo, podemos afirmar que as décadas de 50 e 60 se enquadraram numa revisão de conceitos em que o discurso arquitectónico se altera ou adapta, no que diz respeito ao estatuto da casa económica, na medida em que até esse momento se aceitava um modelo “atado” a um discurso ideológico ruralizante, o da casa própria e modesta, *bem portuguesa*, de promoção Estatal. Como balanço, o plano das Casas Económicas constrói, em 33 anos (1934-1967) uma média de quatrocentos fogos por ano, num total de cerca de 13500 habitações<sup>39</sup>; um número residual, tendo em conta os números de pessoas alojadas em *ilhas, pátios*, ou alojamentos insalubres em todo o país.

Com capitais da Caixa de Previdência, de 1946 a 1972 debate-se no país a questão do habitar e estuda-se um modelo baseado no bloco de habitação colectiva, sempre com a devida distância ao falanstério, *potenciadores da subversão social*, com um máximo de quatro pisos e sofrem neste período pequenas alterações as políticas de habitação, nomeadamente no papel do cliente de passivo a activo no processo do projectos das habitações.

---

37 TAVARES, Maria. “Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência”. in PORTAS, Nuno (ed.) *Habitação para o maior número. Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa: CML, IHRU, 2013, p.6.

38 *Ibidem*, p.4.

39 *Ibidem*.

52 | 3.2. OS BAIRROS DO PATERNALISMO INDUSTRIAL E DE RENDIMENTO IMOBILIÁRIO NO VALE DO AVE

À medida que crescem as cidades industriais por toda a Europa, o problema da carência de habitação operária acentua-se no Vale do Ave nos inícios do século XX, quando a indústria se começa a propagar nos meios rurais. Com o incremento e a disseminação da indústria no Vale do Ave, muitos foram os que migraram das zonas menos industrializadas para os focos onde a possibilidade de encontrar trabalho no sector se revelava mais provável e nestes movimentos, os grandes aglomerados que se formam ao redor desses núcleos tornam difícil encontrar alojamento disponível para todos os que o procuram, levando a que muitas destas famílias vivessem em condições muito precárias, espaços exíguos, “barracas” ou “pocilgas”, como descrevem antigos operários da região. Segundo um jornal de Santo Tirso, *Semana Tirsense*, em 1931, 10% dos operários da região viviam em cabanas no exterior da fábrica, em divisões baixas e frias, num espaço que muitas vezes se reduzia a uma ou duas divisões, sendo uma delas a cozinha, com funções polivalentes, separada de uma outra divisão, que poderia ter acesso independente, que completava os espaços de dormir, juntamente com a cozinha.<sup>40</sup>

Estas populações que se aglomeravam nos focos industriais eram compostas essencialmente por famílias que se moviam das suas aldeias em busca de melhores condições de vida e que cortavam, por esse motivo, as relações com a sua comunidade, que exercia o controlo normativo sobre a família e que era o berço da sua segurança.<sup>41</sup> Esta ruptura, bem como a insegurança económica e muitas vezes a própria instabilidade ao nível do espaço, resultante das situações habitacionais precárias atrás descritas, juntamente com a desadequação das rendas estabelecidas ao diminuto salário do operário, culminam em meios onde diversos problemas sociais associados ao alcoolismo e distúrbios na própria dinâmica saudável da família estão muito presentes, tendo tudo isto uma clara influência

---

40 *Semana Tirsense* (1 Nov. 1931). Santo Tirso. Citado em FERREIRA, Augusto Castro, “O Operariado do Vale do Ave”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.131.

41 RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Edições Afrontamento, 1994, p.56-57.

no desempenho do trabalhador no seu plano profissional. Estes comportamentos *impróprios e indesejados* reflectem-se também na frequência do operário na taberna, considerada “*um dos maiores devoradores das classes proletárias*”, onde o operário, numa tentativa de afastamento da própria realidade, consome o “*veneno que conforta*”.<sup>42</sup>

Nestas condições de vida precárias, que já vimos serem transversais a muitos países europeus, começam a existir movimentos operários que lutam pelos direitos de classe e na transição do século XIX ao século XX, a nível nacional, as reivindicações do operariado, repetidas insistentemente no seu quotidiano, na luta pela sobrevivência e por melhores condições de vida, sintetizam-se no termo “questão social”.<sup>43</sup> No entanto, a questão da habitação não parece figurar nos tópicos prioritários pelos quais se debatiam as classes mais desfavorecidas. Se nos focarmos na síntese elaborada por Villaverde Cabral, baseada na análise da Inquirição pelas *Associações de Classe sobre a situação do Operariado - Apuramento das Respostas ao questionário da Repartição do Trabalho*, citada por Eliseu Gonçalves, são apontados quatro temas centrais: “*condições de trabalho e salários; empregabilidade e mecanização da produção; proteccionismo e fomento estatal da indústria; e, finalmente, um grupo de questões tão diversas, como as relativas ao ensino técnico ou às “universidades populares”*. Do conjunto de reclamações directamente associadas à vida quotidiana do operariado sublinha-se, a par do salário mínimo garantido, da higiene e segurança no trabalho, e da redução dos impostos sobre o consumo, a anulação do imposto sobre rendas de casa.”<sup>44</sup> Verifica-se então que este é o único tópico referente ao alojamento e que a questão da renda é referida de forma contínua, percebendo-se a larga fatia que esse gasto implicava na economia familiar, sempre bastante difícil de gerir.

---

42 FERREIRA, Augusto Castro, “O Operariado do Vale do Ave”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.133.

43 Sobre movimentos associativos e sindicais na europa, consultar: MAGRI, Susanna, TOPALOV, Christian, *Villes ouvrières 1900-1950*, Éditions L’Harmattan, 1989. Sobre o mesmo assunto, em Portugal e no Vale do Ave, consultar: PATRIARCA, Fátima, *A questão social no salazarismo (1930-1947)*, 2 volumes, Lisboa, IN/CM, 1995.

44 GONÇALVES, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933, A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*, Tese de doutoramento, FAUP, 2014, p.239-240.

54 |

No fundo, é a decomposição da harmonia que se observa no sistema hierárquico que leva os operários a organizarem-se no sentido de lutar contra aqueles que os exploram: o patrão e o proprietário (apesar de os conhecerem intimamente).<sup>45</sup> Mas se estas reivindicações se observavam a nível nacional, no Vale do Ave o panorama das lutas das classes pobres era bastante diferente. O espírito associativo na região andava bastante longe dos movimentos observados por toda a Europa, ou mesmo comparado ao panorama nacional. Para esta situação contribuía também a acção do Estado, que incentivava os industriais a promover assistência à família operária estimulando, deste modo, o “familismo”, que acenta na ideia de que os trabalhadores deveriam confiar no próprio Estado, ou nos patrões, como entidades defensoras dos seus interesses, como “figuras paternas” e não em organizações baseadas na classe.<sup>46</sup> Ao mesmo tempo, a confiança na iliteracia dos operários, bem como no controlo que exerciam sobre eles os seus representantes tradicionais (sendo estes padres ou professores) eram a garantia de que os trabalhadores não seriam capazes de exigir os seus direitos legais. Quando efectivamente os trabalhadores começam a ser conscientes dos seus direitos corporativos, uma vez mais recaí sobre os patrões, ou mesmo sobre a polícia, o controlo da situação, evitando reclamações por escrito ou simplesmente usando a intimidação como meio de dissuadir os operários a assinarem as cartas que escreviam, uma vez que cartas anónimas não eram encaradas como algo sério.<sup>47</sup>

Com a predominância de um operariado feminino, muitas vezes infantil e inclusivamente descrito como dócil pela imprensa da época, os movimentos de luta contra as figuras de poder praticamente não se verificam no Vale do Ave,<sup>48</sup> sendo muito mais comum a aceitação dos benefícios que poderiam advir de uma relação positiva para com estes indivíduos.

---

45 MAGRI, Susanna, TOPALOV, Christian, *Villes ouvrières 1900-1950*, Éditions L’Harmattan, 1989.

46 INGERSON, Alice, *Contos, cartas e conversas: três histórias de família e classe no vale do Ave do Estado Novo*. Instituto de Sociologia – Universidade do Porto, Dezembro de 2012, p.5.

47 *Ibidem*, p.19.

48 MENDES, José Amado, “A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.30

No entanto, mesmo não existindo uma luta muito visível por parte do operariado no Vale do Ave por melhores condições de habitabilidade nos seus alojamentos, surgem acções moralizadoras por parte quer do Estado, quer de patrões ou de líderes de movimentos operários (sendo a acção destes últimos mais visível em contexto europeu, no sentido de devolver ao trabalhador a dignidade e desenvolver a consciencialização de classe), em que a habitação assume um papel preponderante. No Boletim do Trabalho de 1912, os higienistas declaram que *“melhorar a habitação e baixar o seu preço é aumentar o salário do operário; é derramar parte desse salário pela sua família; é diminuir a mortalidade infantil; é prevenirmo-nos contra as moléstias infecciosas e os horrores das epidemias”*, revelando assim o que consideravam ser a solução a adoptar para conseguir resolver muitos dos problemas da época.<sup>49</sup>

Considera-se, então, que o que mais influi na moralidade e no bem estar da família operária são as condições das suas habitações, uma vez que estas, se limpas e arejadas, convidam a usufruir desse espaço familiar, desviando o operário dos comportamentos considerados inadequados, nomeadamente o frequentar constante da taberna, evitando desse modo todos os problemas que advêm dessa actividade.

Assim, por uma acção insuficiente do Estado a nível nacional, ainda mais sentida em zonas descentralizadas como o Vale do Ave, e pela inexistência de iniciativas por parte de líderes de eventuais movimentos operários, estas acções moralizadoras partiram essencialmente de alguns industriais da região, pela promoção da construção de casas para os seus operários e de alguns dos equipamentos de apoio necessários à vida quotidiana do trabalhador e da sua família, como escolas, creches ou hospitais. Nestes bairros operários de promoção fabril existe um intenso desenvolvimento do sentido de protecção e responsabilidade colectivas, sendo crescente uma *solidariedade lateral* em que o apoio e a entreaajuda são muito importantes, por não existir uma assistência institucional capaz. Mas, simultaneamente, convive-se com a supervisão constante do patrão, que controla as acções dos operários e, deste modo, a figura

---

49 *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa:Imprensa Nacional.vol.66 e (1912). Citado em ALVES, Jorge Fernandes, “Estruturas do patronato e do operariado no Vale do Ave”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.120.

56 | do patrão é também a de proprietário, reflectindo-se na vida social os conflitos e a própria hierarquia da vida profissional.<sup>50</sup> Esta relação de trabalho-habitação-lazer era ainda mais estreita no sentido em que o horário laboral se estendia por muitas horas e os transportes eram escassos e muito dispendiosos: “*O trabalho impregna assim toda a vida, e isso tanto mais quanto o patrão, que é também proprietário das habitações e dos equipamentos, for um líder polivalente. O “paternalismo”, como ulteriormente se designará este tipo de poder, encontra assim múltiplos suportes ao nível do espaço.*”<sup>51</sup>

Assim, pela acção do chamado paternalismo, os industriais obtêm o controlo da população obreira: donos das fábricas e das habitações, estes são quem domina a esfera laboral e social, e as obediências estão dominadas pelo factor económico, “*está tudo centrado no trabalho, na população – o que acarreta o desenvolvimento de regulamentos aplicáveis não só ao trabalho, mas também à habitação, ao uso dos equipamentos.*”<sup>52</sup> Consegue-se, assim, o controlo da moralidade das populações; uma vez que a promoção de habitações era uma iniciativa pontual, teriam acesso a alojamento de promoção fabril apenas os operários considerados exemplares, que agradassem ao patrão. Inclusivamente, por vezes, nesta dinâmica de relações de poder, uma parte mais ou menos significativa do salário do operário era dada sob a forma de bens de consumo imediato, como pão ou carvão, com mais ou menos validade para serem consumidos, sobrepondo-se a dependência salarial a uma dependência paternalista, que se queria, como já referido, educativa.

Ao mesmo tempo, o facto dos industriais promoverem habitação operária, para além das vantagens já expostas ao nível do controlo da moralidade do operariado, acrescenta-se o facto de que poderiam ter facilidades a nível de impostos:

*Obras públicas de carácter ostentatório ou monumental, tais como escolas ou hospitais, asseguravam, nalguns casos, a isenção de impostos e*

---

50 RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Edições Afrontamento, 1994, p.56.

51 *Ibidem*, p.54.

52 *Ibidem*, p.55.

*podiam, noutros casos, ter assegurado que as autoridades locais ou mesmo nacionais não insistissem rigidamente no cumprimento dos salários mínimos, tectos de importação, contribuições industriais ou prediais, etc. Algumas das firmas mais importantes forneceram electricidade às municipalidades regionais e mesmo ao Porto, e nestes casos era ainda menos provável que os governos locais implementassem regulamentos financeiros ou laborais susceptíveis de causar embaraços.*<sup>53</sup>

Estes dados foram obtidos, segundo Alice Ingerson, em cartas escritas por industriais, existentes nos arquivos do Ministério do Trabalho em Braga, em que se confirma que com a construção de equipamentos públicos ou habitações operárias as fábricas ficavam “*isentas de alguns dos impostos para a previdência social*”, impostos estes decretados pelo Estado Novo, “*referindo-se correntemente essas empresas a tais projectos, como prova da sua «boa fé», ao pedirem a absolvição em acções judiciais por violação a regulamentos do trabalho em vigor.*”<sup>54</sup>

Assim, embora o Estado Novo pretendesse garantir a sobrevivência digna dos operários forçando os industriais ao cumprimento das suas obrigações sociais, a relação entre o Estado e os industriais seguiu as regras do mercado de contratação. Com a construção de cantinas, escolas ou habitações para os operários, os industriais tentavam também evitar a agitação operária ou mesmo falta de mão-de-obra, consequente de ondas de emigração, como por exemplo a observada nos anos 60 do século XX.

As iniciativas filantrópicas de construção de bairros operários por promoção fabril existiam, mas paralelamente este tipo de iniciativas tinha também objectivos muito claros: a obtenção do máximo domínio sobre a força de trabalho disponível, através da acumulação do estatuto de patrões e proprietários das habitações, controlando assim duas das dimensões fundamentais do quotidiano das regiões industriais e simultaneamente usufruir de benefícios económicos a longo prazo desse investimento prévio.

---

53 INGERSON, Alice, “Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no Vale do Ave”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, p.1489.

54 *Ibidem*, p.1489-1490.



No entanto, este movimento de construção de bairros operários promovidos por industriais nunca foi muito expressivo, tratando-se de uma excepção no panorama nacional as empresas que criaram alojamento operário com alugueres a preços acessíveis. Os exemplos existem, mas foram sempre em número muito reduzido, face às necessidades e ao volume de operariado que empregavam, ainda que se encontrem disseminados um pouco por todo o território do Vale do Ave, como se pode verificar na consulta da cartografia elaborada (fig.10).

No Vale do Ave, foram algumas as companhias que desenvolveram iniciativas de carácter paternalista no sentido de procurar dar uma resposta às denúncias públicas; por serem pontuais, estas experiências adquiriram também um carácter restritivo, levando a fenómenos de discriminação, pois apenas alguns operários conseguiam ter acesso a habitação de promoção fabril, muito cobiçada por ser de melhor qualidade constructiva, com áreas mais generosas, com acesso a água e luz; salubres, em comparação às habitações precárias anteriormente descritas. Na restrição de acesso à habitação promovida, a preferência era dada ou pela posição do trabalhador na hierarquia da fábrica ou mesmo pela sua relação pessoal com o patrão. Uma declaração dos *Operários tecelões mecânicos do Porto*, em resposta a um inquérito sobre as condições de vida, em que sete das questões listadas se referiam ao problema do alojamento, atentando à acção d'O Comércio do Porto, alertavam que “*erroneamente [se] denominam operários, quando é certo que a estes nada aproveitam em virtude de lá serem apenas admitidos empregados, mestres de fábrica e outros que pela sua posição especial poderiam sem sacrifício pagar maior aluguer*”<sup>55</sup>, deixando muito clara a discriminação que se verificava na atribuição das casas financiadas por industriais. Esta citação refere-se à situação observada num caso específico no Porto, mas que sem dificuldade pode ser transposta e aplicar-se também no contexto do Vale do Ave.

Conclui-se que o paternalismo industrial, ao nível da promoção de

---

<sup>55</sup> *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 49. Lisboa: Imprensa Nacional, Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, repartição do trabalho industrial, 1910, p.143. Citado em GONÇALVES, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933, A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*, Tese de doutoramento, FAUP, 2014, p.239-240.







habitação teve então, quer a nível nacional quer especificamente na região do Vale do Ave, pouca expressão e um alcance relativamente curto e colmatando esta falha, o mercado abre espaço para os bairros de rendimento imobiliário, de promoção privada, em que “*o motor da oferta privada de habitação é o lucro*”.<sup>56</sup> Esta é uma oportunidade de negócio que muitos não deixaram escapar; no contexto da carência de habitação de baixo custo em que nem as iniciativas do Estado, nem as dos próprios industriais conseguiam solucionar as lacunas verificadas, este é um caminho para a obtenção de um rendimento que é muitas vezes exterior à actividade principal do proprietário e que abre portas ao operário, no sentido de ter mais opções de acesso a habitação, sendo de ressaltar que não se traduz esta oportunidade necessariamente em oferta viável, no que diz respeito às rendas estabelecidas em comparação ao salário auferido pelas classes mais desfavorecidas.

*Ao lado do patrão, o proprietário surge, desde logo, como outra figura de exploração que, na situação de penúria gerada por essas deslocações maciças, vê a possibilidade não apenas de multiplicar as construções de habitações em espaços reduzidos (bairros operários) mas também e essencialmente de multiplicar a ocupação dessas habitações, dividindo-as ao máximo ou alugando-as à hora ou ao meio-dia quartos ou simplesmente camas.*<sup>57</sup>

O Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica (fig. 11 e 12) é um dos exemplos de edifícios alugados por industriais a operários da própria fábrica, mas que dos três volumes que o compunham, um era para aluguer diário ou por meio dia. Era também comum proprietários de fábricas promoverem a construção de bairros mas com o objectivo de os alugar como bairros de rendimento imobiliário: não se destinavam aos operários da própria fábrica e nas memórias descritivas dos projectos referem-se a estes como destinados a *classes pobres*. [BRI\_6 ; BRI\_12]

Os bairros de rendimento imobiliário são, então, uma outra iniciativa que pretende tirar proveito da situação vulnerável de muitos operários, nos

---

56 CARDOSO, Abílio, *Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*, Edições Afrontamento, 1996, p.115.

57 RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Edições Afrontamento, 1994, p. 56.

62 | quais muitas vezes as situações de discriminação são igualmente verificadas, com rendas que frequentemente não eram adequadas aos minguados salários auferidos pelo trabalhador.

No levantamento efectuado ao longo desta investigação e presente em anexo, identificam-se quarenta e cinco bairros no Vale do Ave, dos quais trinta e dois se identificam como bairros de promoção fabril, incluindo adaptações de edifícios pré-existent e projectos não construídos. Os restantes treze são bairros de rendimento imobiliário. (fig.10)

### 3.3. A FÁBRICA COMO INDUTOR DE URBANIDADE

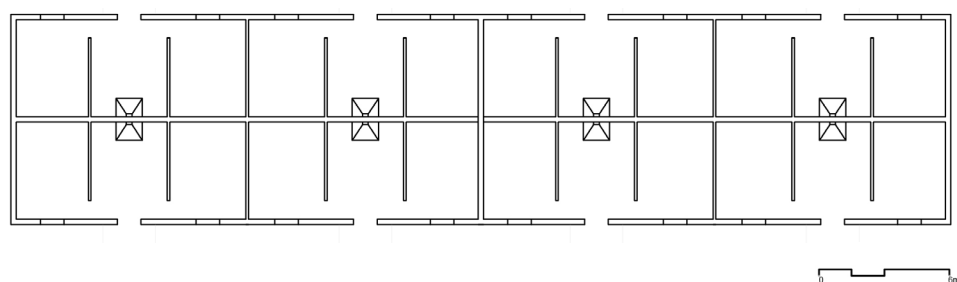
*Para uma grande parcela do Noroeste português, particularmente para o Vale do Ave, a indústria têxtil algodoeira representa hoje um património profundamente identificado com a sua história. A fábrica têxtil, tendo marcado profundamente o vivido de sucessivas gerações no crescimento pessoal, na cultura do trabalho, nos espaços de sociabilidade, nos momentos de luta e de sacrifício, funciona como uma memória comum e gera sentimentos de identidade e de territorialidade.*<sup>58</sup>

Percebe-se o quão forte é a presença da indústria no território do Vale do Ave quando se percorrem quilómetros entre o verde da sua paisagem, com o rio a acompanhar esse percurso, e o pano de fundo se compõe por chaminés e construções que se dispersam pelo território, em que a cadência repetitiva dos telhados de duas águas ou em “shed” nos fazem reflectir e compreender a importância da região no incremento da indústria a nível nacional e no desenvolvimento da própria região. Estas fábricas, muitas já abandonadas e das quais resta apenas o seu “esqueleto” ou “carcaça”, outras que sofreram intervenções e se recuperaram no sentido de lhes ser dada uma nova vida, atribuindo-lhes novas funções, salvaguardando o património industrial da região e do país, são, pela sua presença imponente e constante no percurso da bacia hidrográfica do rio Ave, *templos* que nos servem de testemunhos da crença no progresso; o industrialismo

---

<sup>58</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Fiar e Tecer - uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999, p.8.





\_Fig.11 Planta de um dos três volumes que compõem o Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica, destinada a operários da fábrica.

\_Fig.12 Vista entre dois dos volumes do bairro, com a vista ao fundo da outra margem do rio Ave. À esquerda, o volume ao qual corresponde a planta da figura anterior e à direita o volume usado para alugueres diários. Note-se a diferença das aberturas na fachada dos dois volumes, sendo o da esquerda composto por um ritmo de “janela, porta, janela”, correspondente a “quarto, cozinha, quarto” - um fogo, e o da direita, em que se verifica que todas as aberturas são portas. Não foi possível fazer o levantamento dos espaços interiores deste volume, devido ao elevado nível de degradação em que se encontra, mas percebe-se que nos dois outros volumes existem três divisões por fogo e que neste os espaços se revelam ainda mais exíguos, compondo-se um fogo por duas divisões ou apenas uma. Percebe-se igualmente a flexibilidade pretendida: com portas que permitem o acesso do exterior a todas as divisões, pode-se simplesmente fechar as portas divisórias e fazer de cada espaço um quarto individual, sem ter de passar pela cozinha. Quando necessário, o acesso ao exterior pelas três divisões é possível, mas encontram-se igualmente conectadas pelo interior.

64 | encarava-se como a solução para a criação de postos de trabalho e para a própria fixação das populações na região, contribuindo assim para o desenvolvimento da tecnologia e da economia em todo o território nacional.<sup>59</sup>

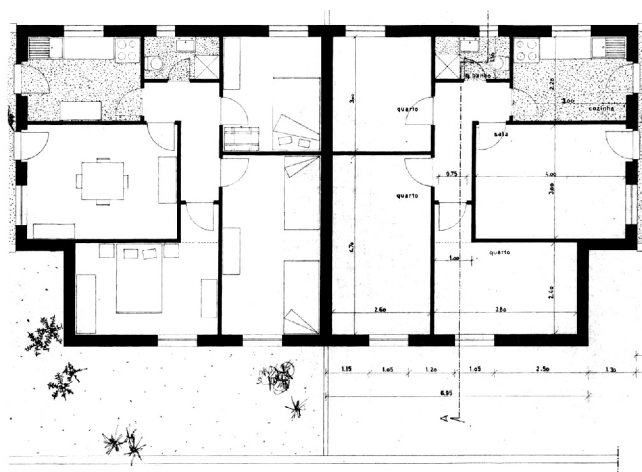
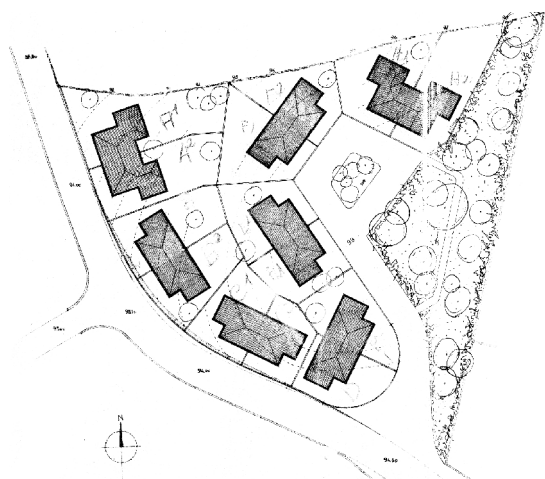
A par das acções de disseminação da indústria no território, vimos já que os industriais eram por vezes os promotores de habitação destinada aos próprios operários das suas fábricas, em movimentos paternalistas, moralizadores e de controlo do operariado, em terrenos pertencentes às empresas e aos empresários. Curiosamente, do património industrial da região do Vale do Ave que chegou até aos dias de hoje, são essencialmente esses bairros, a par de alguns equipamentos públicos de promoção fabril, que se mantêm em boas condições constructivas, ou pelo menos que desempenham ainda a função para a qual foram designados. A situação verificada é importante no sentido de nos dar indicações que possam facilitar o entendimento das mudanças económicas e sociais na região, em que se a indústria perde força e muitas das companhias antes existentes entram em processos de falência, ou se reinventam e procuram novos mercados, os bairros permanecem com a sua mesma função, testemunhos primeiramente da estratégia de aproveitamento extremo do espaço disponível à medida que a industrialização avançava na região, que se traduziu na divisão intensiva do espaço habitacional, produzindo densidades habitacionais elevadas, e, mais tarde, testemunhos da mudança das vivências no território ao longo de largas décadas, pelas alterações dos ritmos de produção associados às indústrias da região.

Será, por isso, bastante pertinente a análise das características que definem as relações urbanas entre as fábricas e a sua envolvente, atentando também na forma como estas se conectavam com os bairros operários, na medida em que estas características nos darão pistas relevantes para o entendimento das relações espaciais e sociais existentes na área e período em estudo.

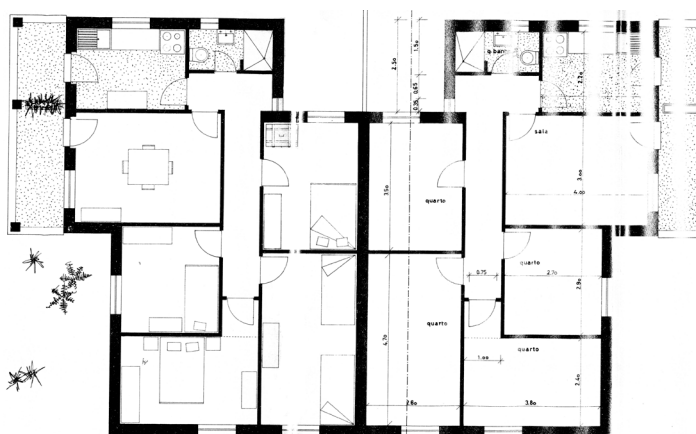
Numa análise geral, e focando-nos no levantamento efectuado no decorrer desta investigação de bairros de promoção fabril no Vale do Ave, importa frisar que nenhum dos bairros identificados se localiza a mais de vinte minutos a pé da fábrica para a qual se teriam de deslocar os operários (fig.10). Afinal, entre outros objectivos já enumerados, o propósito da construção de bairros para os operários

---

<sup>59</sup> *Ibidem*.



Tipo 1



Tipo 2

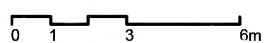


Fig.13 Planta de implantação e plantas Tipo 1 e Tipo 2 do Bairro da Soalheira, Guimarães, 1968. O bairro encontra-se a menos de dez minutos a pé da Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda., local de trabalho dos moradores.

66 | das fábricas era também o de se melhorar as suas condições de vida:

*[...] como complemento do notável incremento verificado nos últimos anos nas suas instalações fabris, a Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda., de Pevidem, prevê a construção a partir de agora de vários grupos de habitações para benefício dos seus operários, muitos dos quais vivem presentemente em moradias ou parte de moradias, insalubres, acanhadas e não raras vezes bastante afastadas do local do trabalho, obrigando-os a penosas deslocações, especialmente nos dias invernosos ou de demasiado calor.*<sup>60</sup>

Esta citação é referente à construção do Bairro da Soalheira (fig. 13), em Selho S. Jorge, Guimarães, em 1968, promovido pela Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda., e é um dos muitos exemplos de como eram descritos nos requerimentos ou nas memórias descritivas efectuadas na época, os objectivos pretendidos com as construções das habitações. Nestes documentos de licenciamento de obra, denota-se também o discurso corporativista do Estado Novo, que promovia a boa relação entre operários e patrões. Estes, com o objectivo de amaciar essa mesma relação, melhoravam as condições de vida dos seus trabalhadores através da construção de bairros e equipamentos dos quais pudessem usufruir operários e suas famílias na tentativa de que estes, mais facilmente, conseguissem alcançar a *felicidade*, estado que se revelava proveitoso no que à produtividade do trabalhador dizia respeito, fulcral na engrenagem da fábrica e, por isso, de interesse para o empresário:

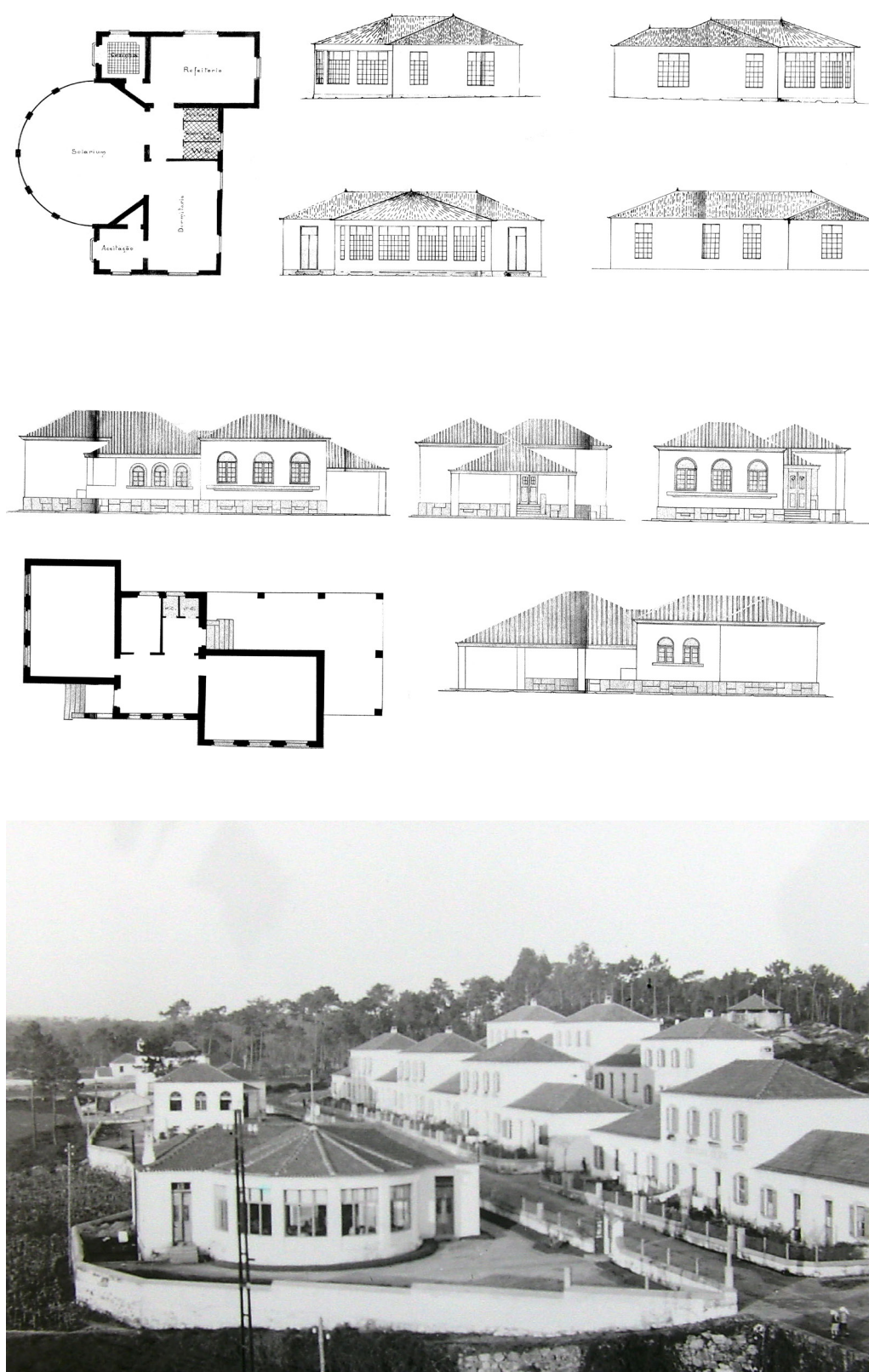
*Os terrenos a que se referem, o requerimento e planta juntos referem-se à construção de um Bairro e de uma Creche para os operários da Fabrica da Companhia Rio Ave, e de uma Escola para as creanças [crianças] que d'ela se quizerem utilizar. Trata-se de um melhoramento de largo alcance social, quer sob o aspecto de assistencia á operária e á creança [criança], quer sob o aspecto de educação cívica, como exemplo de leal cooperação entre operários e patrões, a influencia que exercerá no comercio e urbanisação do local é também importante e para considerar.*<sup>61</sup> (fig.14, 15 e 16)

---

60 Memória descritiva, licença de obra nº 872/889-68.

61 Memorial, nº Inv. 2676 e 267, 25 de abril de 1932.





\_Fig.14 Projecto da creche promovida pela Companhia Rio Ave, 1933.

\_Fig.15 Projecto da escola promovida pela Companhia Rio Ave, 1933.

\_Fig.16 Bairro (à direita) e creche e escola (à esquerda) promovidos pela Companhia Rio Ave, em Vila do Conde.

No entanto, neste tema específico do apoio a mulheres operárias e filhos de operários, será importante atentar na legislação de 1891, promovida pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria através da qual se pretendia regular o trabalho de mulheres e crianças na indústria, referindo que em cada fábrica onde trabalhassem mais de cinquenta mulheres por dia teria de existir uma creche que pudesse dar apoio a mães e crianças, com as condições higiénicas adequadas e que não poderia distar mais de 300 metros do estabelecimento fabril. Através do mesmo decreto, a lei abria também a opção de que vários estabelecimentos fabris partilhassem a mesma creche, sempre e quando esta não estivesse a mais de 300 metros da fábrica, uma vez que as mães podiam amamentar os seus filhos até aos 3 anos de idade (Decreto de 14.4.1891 – Art. nº21). Na verdade, esta legislação, quer na fase final da monarquia, como durante o período da república, na maioria das vezes não era aplicada. Assim, em 1945, através da criação do *Fundo de Socorro Social*, o Estado passou a obter receitas através de um imposto sobre, por exemplo, bilhetes de espectáculos ou sobre direitos de importação de tabaco, e este imposto era também aplicado sobre industriais que não tivessem organizado assistência à maternidade e às crianças, com a criação das já referidas creches previstas, no decreto de 1891. Complementou-se, depois, esta medida, com outras que estabeleciam normas a seguir para a construção destes equipamentos, para que os empresários pudessem estar isentos deste imposto, caso cumprissem as premissas estabelecidas.<sup>62</sup> Esta legislação revela-se então um forte motivo para que os industriais procedessem à promoção deste tipo de equipamentos, na construção da sua “obra social”, em acções muitas vezes entendidas como filantrópicas, mas com claros interesses económicos a elas associados.

Estes equipamentos faziam sentido e eram efectivamente construídos sempre e quando o volume de operariado e das suas famílias justificava o investimento, ou seja, invariavelmente estas iniciativas de promoção de equipamentos coincidem com fábricas ou bairros de maior dimensão e o facto de se construírem creches e escolas pode entender-se em si como um acto benemérito e de filantropia. Mas, ao mesmo tempo, o facto de se promover a construção

---

<sup>62</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999, p.24-25.

deste tipo de equipamentos tem o claro objectivo de formar as crianças segundo as orientações do Estado e do próprio industrial, para que logo possam vir a ser operários capazes, dessa mesma fábrica, com um comportamento já moldado para o fim pretendido. Neste sentido, atentando ao percurso do operário, é importante analisar a existência do “fenómeno” fábrica-escola; numa fábrica os operários recebem formação adequada para poderem assumir outras funções de maior responsabilidade, no mesmo estabelecimento ou em outros pertencentes ao mesmo grupo, dentro das *dinastias industriais* da região. No fundo, há um percurso delineado que os filhos dos operários podem seguir, sempre sob a protecção e orientação dos industriais, no seguimento das relações paternalistas já identificadas.

A esfera social das classes trabalhadoras na indústria da região não se revela, por isso, muito complexa; trabalha-se na fábrica, quando este existe, vive-se no bairro que foi construído a pouca distância da mesma e mesmo as festas estavam de alguma maneira relacionadas com o imaginário da fábrica ou do campo: “*O bairro é vivido com referência ao tipo de trabalho: a festa dos mineiros, a festa dos metalúrgicos, ... é a festa colectiva – o que traduz a mistura profunda do social e do cultural.*”<sup>63</sup> Nos bairros e nas fábricas produz-se então o tecido social destas comunidades e são, por isso “*contextos produtivos de uma forte aprendizagem social profundamente articulada com as estratégias de relacionamento com o trabalho desenvolvidas pelas diferentes famílias.*”<sup>64</sup>

A industrialização interfere e transforma a vida quotidiana, pela intervenção na urbanização da região. Com a construção das fábricas, dos bairros, de equipamentos públicos, as indústrias, já inseridas num tecido urbano fragmentado, apropriam-se de superfícies relativamente grandes, formando em alguns casos um grande parque industrial (como por exemplo a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso e o Bairro do Teles [BPF\_8 ; BPF\_9]), desenvolvendo-se sem “*desestruturar o antigo tecido urbano*” mas reunindo em si “*autonomia*”

---

63 RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Edições Afrontamento, 1994, p.54.

64 PEREIRA, Virgílio Borges, “Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respectivas propriedades sociais”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.66.

70 | e “*capacidades de controlo*”. A multiplicação de espaços como este, fora dos centros urbanos, contribuiu para o desvitalizar desses núcleos e também “*para fraccionar a complementariedade que os caracterizava*”.<sup>65</sup> Noutros casos, os equipamentos dispersam-se um pouco pelo território, não estando no entanto nunca muito afastados da fábrica. Entre as fábricas e as habitações ao seu redor é, ainda assim, possível perceber extensões consideráveis de campo, mas que são frequentemente “*interiorizados pela lógica dominante das fábricas*”, sendo inclusivamente muitas vezes propriedade das empresas e dos industriais, perdendo a “*antiga vocação camponesa, mas também a própria vocação agrícola, o que os coloca sob uma evidente pressão urbana (...)*”.<sup>66</sup>

Iniciada pelo reconhecido industrial Narciso Ferreira <sup>67</sup>, é imprescindível destacar a acção urbanizadora do território desta família de industriais no Vale do Ave. Para além do seu importante contributo no incremento da indústria na região e sendo um dos maiores empresários do sector têxtil em Portugal, iniciando ou fazendo parte de empresas como a Sampaio Ferreira e C.<sup>a</sup> Lda., Empresa Têxtil Eléctrica, Lda. ou Oliveira, Ferreira & C.<sup>a</sup> Lda., Narciso Ferreira assumiu também, especificamente em Riba d’Ave, o papel de urbanizador.

Natural de Pedome, filho de camponeses, Narciso Ferreira desde cedo contactou com a arte de fiar e tecer, parte integrante da educação das jovens da região. Como cedo perdeu o pai, a relação próxima com a mãe fez com que fosse um conhecedor deste legado cultural e com 14 anos era já comerciante, trazendo fio para Pedome e vendendo depois os tecidos nas feiras, prática frequente na época. Mais tarde começou a trabalhar como tecelão e a criar relações comerciais no Porto, o que iria mudar o rumo da sua vida. Muda-se de Pedome para Riba d’Ave, aquando do seu casamento e move os teares que tinha em casa da sua

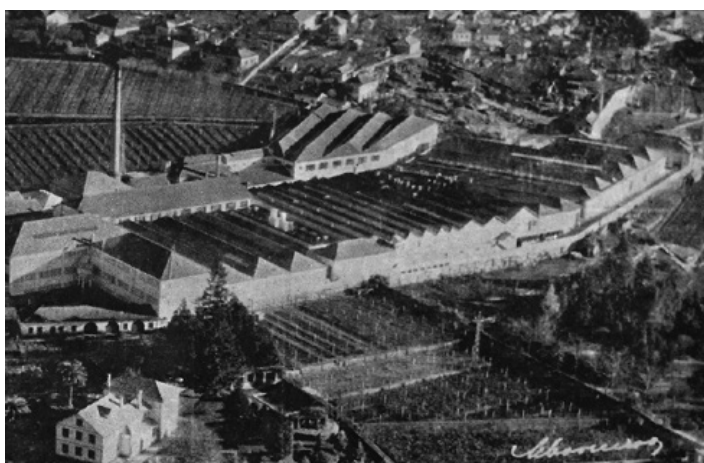
---

65 RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Edições Afrontamento, 1994, p.59.

66 PEREIRA, Virgílio Borges, “Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respectivas propriedades sociais”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.65.

67 Para uma leitura mais aprofundada sobre a vida e obra deste industrial, consultar: BORGES, Nestor Rebelo, *Narciso Ferreira, Um Contemporâneo do seu Tempo (1862-1933)*, Fundação Narciso Ferreira, 2012.





\_Fig.17 Fábrica Sampaio, Ferreira & C.<sup>a</sup> Lda., Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão.

\_Fig.18 Fábrica Oliveira, Ferreira & C.<sup>a</sup> Lda., Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão.

\_Fig.19 Avenida Narciso Ferreira, Mercado (à esquerda) e Teatro (à direita), década de 40, Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão.

72 | mãe para esta localidade, onde monta a sua pequena oficina, que, ao longo dos anos, vai aumentando em número de teares até à criação da sua primeira fábrica, já mecanizada, com teares movidos a energia hidráulica. A partir daqui, e através de sociedades com banqueiros e outros comerciantes, Narciso Ferreira começa a ser reconhecido como um importante industrial da região norte de Portugal e é a Fábrica Sampaio, Ferreira & C.<sup>a</sup> Lda. a primeira grande unidade industrial do concelho de Vila Nova de Famalicão, dotada de fiação, tecelagem, tinturaria e acabamento, que iniciou a criação do pólo industrial de Riba d'Ave.<sup>68</sup> O volume de operariado na fábrica ultrapassava os limites demográficos da freguesia e eram muitos os trabalhadores de outras localidades vizinhas que se deslocavam para trabalhar nesse estabelecimento fabril.

Percebe-se então uma alteração da morfologia de Riba d'Ave, notória nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, onde para além do desenvolvimento da estrutura urbana foram muito relevantes os avanços a nível do sistema viário. A implantação das fábricas Sampaio Ferreira e C.<sup>a</sup> e Oliveira, Ferreira & C.<sup>a</sup> Lda., criou na vila uma nova centralidade, junto ao rio, e alterações notáveis na malha urbana existente, pela necessidade de melhorar os acessos, para facilitar a entrada de matéria prima e a saída de mercadoria.<sup>69</sup> Caracterizadas como *catedrais do trabalho*, as fábricas foram, então, o motor do desenvolvimento desta vila e igualmente responsáveis pelo aumento demográfico na mesma. Estas deslocações, bem como as dificuldades inerentes às mesmas, não passavam despercebidas aos industriais da região e Joaquim Ferreira, um dos filhos de Narciso Ferreira, refere-se a essas dificuldades deste modo:

*Todos os dias, manhã cedo, eles lá vêm como enxames de abelhas invadindo as suas colmeias, retomar o seu afã quotidianano dentro de gigantescos edifícios que aqui se erguem, como autênticas catedrais de trabalho. Há nesse labor de todos os dias um aspecto que nos impressiona: as longas distâncias que muitos têm que percorrer até nós, desde os lugarejos distantes onde*

---

68 LEITÃO, Maria de Albuquerque, SARAIVA, Vânia Manuela, *Riba d'Ave industrial, Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.<sup>a</sup> Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano*. Relatório Final do Programa de Bolsas de Investigação na área da Cidade e da Arquitectura, Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974, 2012, p.10.

69 *Ibidem*, p.13-17.

*moram. Aguardamos ansiosamente o dia em que os projectos elaborados para a construção de casas e bairros para operários se transformem em maravilhosa realidade. Nessa altura, essa gente poupará muitas das suas energias e ver-se-á liberta das suas mais aflitivas canseiras.*<sup>70</sup>

É por este motivo que surgem em Riba d’Ave e Oliveira São Mateus bairros operários promovidos pelos industriais ligados a estas duas fábricas em particular [BPF\_18; BPF\_19; BPF\_21], e outros de rendimento imobiliário [BRI\_3]. Neste sentido, e sustentados pelo capital das fábricas, diversas iniciativas foram levadas a cabo no sentido de favorecer a população de Riba d’Ave com novos equipamentos de cariz social, quase todos localizados ou confluindo para a Avenida Narciso Ferreira, arruamento que passa entre as duas fábricas e traçado para estabelecer a ligação entre as duas zonas da freguesia.

O primeiro equipamento criado foi o Posto da Guarda, em 1910 e dois anos mais tarde ampliaram-se as cantinas e criaram-se creches dentro do complexo da Sampaio Ferreira. A escola primária, Escola Narciso Ferreira, foi concluída em 1917 e o Hospital de Riba d’Ave foi mandado construir em 1927, já com o apoio de um dos filhos de Narciso Ferreira, Raúl Ferreira. E é Raúl Ferreira que, depois da morte do seu pai em 1933, dará continuidade à obra iniciada por Narciso, pela criação de uma fundação, em 1945, com o nome do industrial – Fundação Narciso Ferreira – através da qual continuou o projecto de urbanização da vila. Esta fundação define-se como uma “*obra de assistência e utilidade local destinada a prestar apoio económico e moral às famílias da mesma freguesia e em especial às dos empregados e operários das fábricas pertencentes aos sócios fundadores*”<sup>71</sup> e pela sua acção construiu-se o Teatro Narciso Ferreira, em 1944, pensado como um salão recreativo para os operários e a Colónia Balnear Narciso Ferreira, em 1948, sediada num antigo palacete de Delfim Ferreira, um dos seus

---

70 SEIXAS, Paulo Castro, SEABRA, Daniel, “Centro residencial Conde de Riba d’Ave: a produção simbólica de um espaço”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.168.

71 Cf. *Regulamento da Fundação Narciso Ferreira*, Riba d’Ave, 1945. Citado em LEITÃO, Maria de Albuquerque, SARAIVA, Vânia Manuela, *Riba d’Ave industrial, Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.ª, Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano*. Relatório Final do Programa de Bolsas de investigação na área da Cidade e da Arquitectura, Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974, 2012.

74 | descendentes, na praia de Vila do Conde. Construiu-se o Mercado em 1947, urbanizou-se a Avenida da Ponte em 1949, construiu-se a Estalagem São Pedro no mesmo ano, e um novo edifício das Escolas Primárias foi feito em 1952. A Estação Telegráfica e Telefónica foi construída em 1955, e os Bombeiros dois anos mais tarde. A Igreja Paroquial foi construída entre 1938 e 1950, um Posto de Abastecimento de Combustíveis, em 1961 e o Externato Delfim Ferreira, em 1962. De 1962 a 1969 construiu-se também o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, ou Bairro do Quinteiro, em Oliveira São Mateus, o de maior dimensão no leque dos bairros estudados nesta investigação e o que se apresenta, como bairro, mais bem preparado a nível de equipamentos: uma igreja, implantada a uma cota mais elevada e com destaque no conjunto, um reservatório de água para consumo próprio, localizado na zona mais elevada do complexo, áreas verdes, um parque infantil e um espaço bastante grande reservado a práticas desportivas. Existem ainda oito espaços comerciais, inseridos em volumes que formam os lotes das habitações, em banda ou isoladas e com diferentes tipologias, adquirindo este bairro um carácter quase autónomo e isolado do resto da localidade.

Pela acção desta família de industriais e da própria Fundação Narciso Ferreira, Riba d'Ave revelava-se uma localidade com equipamentos sociais valiosos para o desenrolar da vida quotidiana dos seus habitantes e na própria toponímia se percebe a importância do envolvimento desta família no desenvolvimento não só da indústria mas da própria vida comunitária na vila. No que respeita a configuração urbana, o facto destes equipamentos se localizarem na vila, juntamente com a consequente fixação das populações na localidade gerou em torno do núcleo industrial uma grande pressão constructiva, sem critério, denotando-se, na vila, duas malhas: uma antiga que se intensificou, mas que se revela essencialmente rural, com habitações e caminhos rurais de pequena dimensão e outra junto às fábricas, na nova centralidade, marcada pela implantação das fábricas e um traçado mais cuidadoso, numa escala e carácter mais urbanos.<sup>72</sup>

Tal como em Riba d'Ave, podemos observar, a nível geográfico, que

---

72 SEIXAS, Paulo Castro, SEABRA, Daniel, “Centro residencial Conde de Riba d'Ave: a produção simbólica de um espaço”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.168.





\_Fig.20 Escola Narciso Ferreira, Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão.

\_Fig.21 Hospital Narciso Ferreira e capela, Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão.

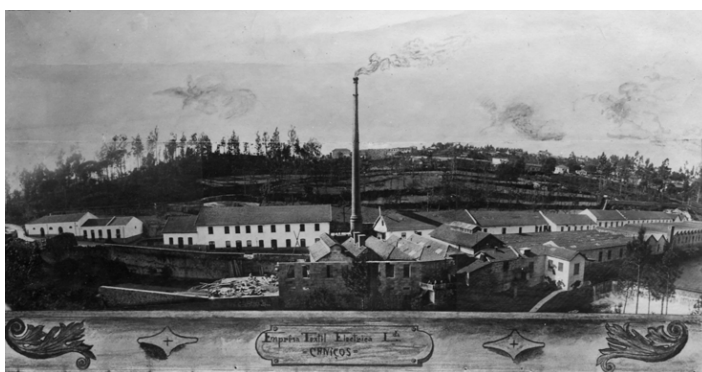
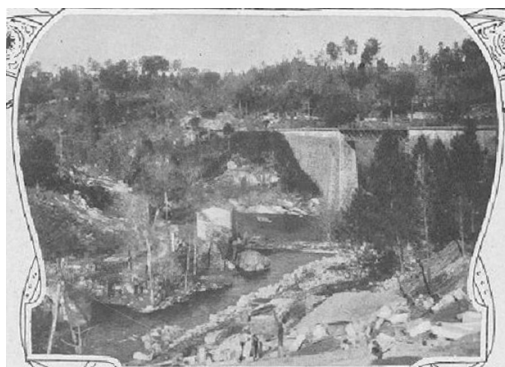
\_Fig.22 Posto da GNR, Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão.

76 | praticamente todos os bairros estudados no decorrer desta investigação revelam uma posição de relativa proximidade ao rio Ave ou aos seus afluentes, pela proximidade das próprias fábricas às linhas de água, por questões energéticas já anteriormente expostas e a nível topográfico localizam-se habitualmente a um nível superior, em relação às próprias fábricas; pelo facto de estas se encontrarem ao nível do rio, que tem o seu leito a uma cota inferior, os bairros implantam-se então numa cota mais elevada, em terrenos pertencentes às fábricas e escolhidos para que não se localizem demasiado afastados das mesmas (consultar cartografia, página 59).

A proximidade das fábricas e, consequentemente, dos bairros aos rios é também importante, na medida em que os esforços no investimento que muitos dos industriais faziam no desenvolvimento da electrificação da região eram também favoráveis aos moradores dos bairros, que podiam usufruir da energia eléctrica produzida pela fábrica, depois fornecida à região e consequentemente ao bairro. Esta era, aliás, uma situação bastante frequente e neste campo, uma vez mais, é necessário destacar a figura de Narciso Ferreira. Fundador de uma das dinastias industriais da região, foi também um dos homens pioneiros da indústria hidroeléctrica, por ser o precursor no aproveitamento deste tipo de energia na indústria têxtil, como se pode observar pela criação da Empresa Têxtil Eléctrica, em 1905, e também por ter feito parte da criação da Companhia Hidroeléctrica do Varosa, nas cercanias de Lamego, em 1907, que foi o primeiro grande aproveitamento deste tipo de energia a nível nacional. A energia aqui produzida era vendida na região e em Vila Real, depois conduzida para o Porto e também para o Vale do Ave, onde se construiu uma central térmica de apoio, em Caniços, Bairro, perto da Empresa Têxtil Eléctrica. Dos descendentes de Narciso Ferreira, Delfim Ferreira é o que se destaca no desenvolvimento deste tipo de energia, pela acção na Hidroeléctrica do Varosa, bem como na Hidroeléctrica do Ermal surgindo mais tarde, em 1942, destes dois complexos, e por pressão governamental, na tentativa de dar dimensão a este tipo de iniciativas, a CHENOP, Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal. A CHENOP foi uma das maiores produtoras de energia eléctrica no norte de Portugal e foi, em 1975, nacionalizada e integrada na EDP.<sup>73</sup>

---

73 ALVES, Jorge Fernandes, *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*. Vila Nova de



\_Fig.23 Central Termoelectrica de Caniços, Vila Nova de Famalicão.

\_Fig.24 Empresa Têxtil Eléctrica (E.T.E), Caniços, Vila Nova de Famalicão.

### 3.4. A ARQUITECTURA DO BAIRRO E O IDEAL RURAL

*A arte, a arquitectura e a cultura popular seriam, nas duas primeiras décadas do século XX e, posteriormente, em 1933 com o endurecimento da questão nacionalista, a arena onde seria travada a questão da portugalidade e da sua assunção. Embora todos estes debates e iniciativas só possam ser esclarecedores na globalidade da sua estrutura — isto é, ser observadas numa mesma série que historicamente questiona a identidade portuguesa — é na cultura popular e na idealização dos seus valores que encontram a sua legitimação.*<sup>74</sup>

Com raízes no século XIX, o debate sobre a identidade política, cultural e artística, como manifestação da procura de uma identidade própria, portuguesa, traduz-se na questão da casa portuguesa. O Ultimato Inglês, em 1890, foi o espoletar de uma forte crise de identidade em todo o território nacional, que logo se verificou numa postura pouco receptiva relativamente a influências culturais internacionais, promovendo-se o nacionalismo em todo o território e, no campo da arquitectura, o debate que inquietava a intelectualidade desde o século XIX sobre a identidade portuguesa, prendia-se com questões ideológicas e disciplinares. Punha-se em causa a adequação da “*arquitectura internacionalista beauxartiana de influência francesa*”, bem como os “*revivalismos tardios de audaciosa mistura de estilos, inicialmente ligados à retórica nacional*” como o neo-manuelino, para logo “*se contrapor um novo gosto enunciado numa atitude patriótica, assumindo a pobreza e o ruralismo como promessa de regeneração*”- o neo-românico, e questionava-se mesmo a nova expressão formal, o chalet, que caracterizava as opções adoptadas pela burguesia nas suas habitações. Defendia-se, então, um estilo nacional, do qual poderiam surgir casas simples e de baixos custos, como uma das respostas possíveis, adequadas à premência da acção no âmbito da questão da habitação no século XX em Portugal, cada vez mais exigente a nível económico, constructivo e espacial. Afigura-se, assim, uma “*arquitectura pitoresca com telhados e beirais vagamente acentuados, vãos guarnecidos com molduras, portadas e alpendres*” em que todas as edificações que revelassem

---

Famalicão: Câmara Municipal, 1999, p.17-18.

74 RAMOS, Rui Jorge Garcia, “Casa Portuguesa”. Verbete in ROLLO, Fernanda (dir.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume 1. Lisboa: Edições da Assembleia da República, 2013, p.573-576.

estas características se designariam *Casa Portuguesa*, tendência que marcaria de forma indelével a arquitectura portuguesa.<sup>75</sup>

| 79

Importa no entanto extrair da miscelânea de episódios que escrevem a história do progresso social oitocentista aqueles que revelam problemas disciplinares transversais, nomeadamente quando nos referimos a conceitos como rural/urbano ou individual/colectivo no interior das doutrinas socializantes, que no caso português serão os “*denominadores comuns que afirmam uma continuidade histórica na formulação política da casa operária ideal*”.<sup>76</sup> Percebe-se, ao longo do tempo, uma continuidade de posicionamentos, desde o socialismo oitocentista ao corporativismo exaltado por Salazar, em que o modelo da casa unifamiliar com jardim assume o papel preponderante. Com o programa das Casas Económicas do Estado Novo nos anos 30, este modelo passa a ser difundido, ainda que com uma forte concentração no Porto e em Lisboa, que se revelarão depois modelos a seguir nas construções de bairros de promoção fabril ou de rendimento imobiliário, especificamente na região focada neste estudo, o Vale do Ave.

As questões tipológicas eram também motivo de debate, e como antes já referido, opunha-se o ideal do prédio plurifamiliar, baseado na ciência e na técnica, numa acção progressista; à casa unifamiliar, que reagia à suposta perda de uma identidade cultural e defendia a tradição constructiva do país e a proximidade entre o homem e a natureza. Este debate era essencialmente protagonizado, correspondentemente, por Ventura Terra e Raúl Lino,<sup>77</sup> em território nacional, e as imagens das casas regionais do último serão símbolo do *pitoresco nacionalista*, do ideal de família, da propriedade e da herança, da ligação à terra, que servirá muito bem as ideologias promovidas pelo Estado, durante o período de ditadura no país, e que eram, ao mesmo tempo, símbolos anti-modernistas, o que se traduziu na dificuldade da afirmação da arquitectura

---

<sup>75</sup> *Ibidem*.

<sup>76</sup> GONÇALVES, Eliseu, *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933, A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno*, Tese de doutoramento, FAUP, 2014, p.123.

<sup>77</sup> Sobre este assunto, consultar: RAMOS, Rui Jorge Garcia – “Ser Moderno em 1900. A arquitectura de Ventura Terra e Raúl Lino”. In, *Actas do Colóquio “Caminhos e identidades da modernidade: 1910, o Edifício Chiado em Coimbra”*. Coimbra:[s.e.], 2009.

80 | moderna em Portugal.

Todas estas premissas defendidas por Lino, perfeitamente visíveis no programas das Casas Económicas do Estado Novo, podem igualmente ser verificadas em praticamente todos os bairros identificados no desenvolvimento desta investigação em que o *ideal rural* se manifesta e em que é uma constante a casa unifamiliar com jardim como *objecto de consumo e pedra angular* da identidade nacional <sup>78</sup>, que servia como resposta à problemática do acesso a habitação por parte das classes desfavorecidas.

Assim, partindo de uma análise das relações urbanas entre o bairro e a sua envolvência, pretende-se elencar as características comuns que mais se evidenciam nos casos estudados, bem como as particularidades que os distinguem.

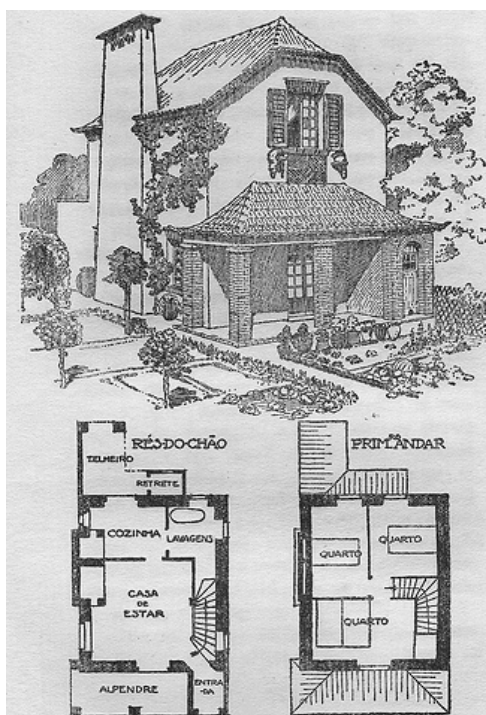
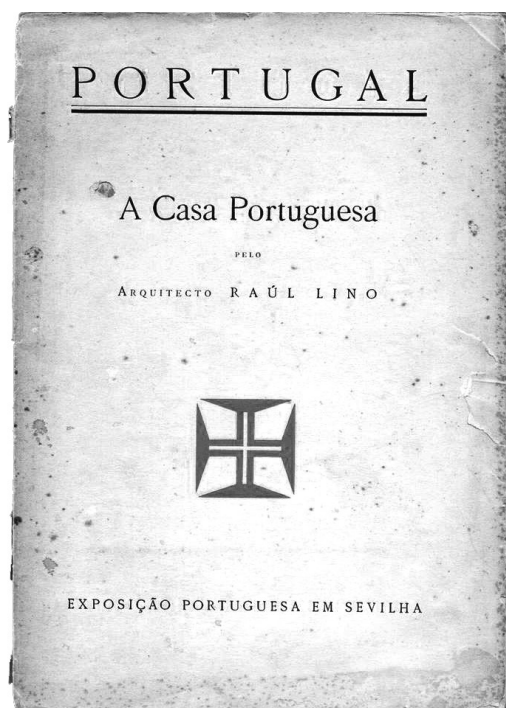
A configuração do espaço dos bairros operários identificados revelam em si um tratamento particular no que à transição dos espaços diz respeito. Os bairros implantam-se geralmente em locais relativamente planos, sem grandes declives a referir que influenciem o desenho da própria casa ou que impliquem especial cuidado na sua relação com a envolvente. Em bairros de menor dimensão, nota-se habitualmente a presença de um arruamento perpendicular ancorado a um já existente, no qual as casas se alinham, à face dessa rua particular ou então recuadas, pela existência de um pátio ou um espaço verde, geralmente um jardim, localizando-se nas traseiras das habitações as hortas, como espaço complementar. Assiste-se, assim, a uma particular transição do espaço público ao privado, em que primeiro o arruamento semi-privado e depois o pátio ou o jardim privados assumem o papel intermédio, de filtro, na passagem do espaço público ao espaço privado, no interior da habitação.

O arruamento desenhado para a construção do bairro, salvo raras excepções, era única e exclusivamente usado como acesso às habitações e, actualmente, é utilizado como estacionamento das viaturas pertencentes aos moradores do bairro, porque não têm conexão a outra via pública, apresentado somente um ponto de acesso. O facto de existirem nestes bairros um ou mais

---

<sup>78</sup> RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu, SILVA, Sérgio, “From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal”. In *DoCoMoMo Journal*. Nº 51, Novembro 2014, p. 60-67.





| 81

\_Fig.25 *A Casa Portuguesa*, do arquitecto Raúl Lino.

\_Fig.26 Ilustração do livro *A Nossa Casa* (c. 1918; 3.<sup>a</sup> edição, c. 1923).

82 | arruamentos particulares dão ao bairro um certo carácter que se entende isolado da envolvente, desenvolvendo um sentido de pertença, protegido do exterior, materializando-se esse controlo de acesso ao bairro, em muitos casos, em correntes que marcavam o limite do espaço público do que seria um espaço semi-público. Esta situação era visível também em bairros de maior dimensão, como o Bairro Manuel Cardoso Martins [BPF\_32], em Fafe, em que essa privacidade era igualmente garantida pelo uso de correntes, segundo os moradores do mesmo, nos dois pontos através dos quais se poderia aceder às habitações. Hoje em dia esta situação já não se verifica, pela incomodidade que causaria aos próprios moradores. Muitas casas têm agora garagem própria, por alterações ao traçado e tipologia inicial das habitações, e é uma vantagem a nível de comodidade poder alcançar a casa de carro, sem nenhum tipo de controlo físico. O Centro Residencial Conde de Ria d'Ave (fig. 27), em Vila Nova de Famalicão, conta inclusivamente com a presença de obeliscos que delimitam o bairro e marcam as possíveis entradas, num acontecimento característico e muito marcante em bairros ou equipamentos promovidos durante o período do Estado Novo: *“As quatro entradas no bairro estão assinaladas por dois obeliscos graníticos delimitando assumidamente um ambiente autónomo e destacável do resto dos bairros da freguesia.”*<sup>79</sup>

Já no espaço privado, na discussão sobre as qualidades da casa, o jardim e a horta merecem um destaque particular, pois, pela presença da vegetação, numa realidade pitoresca e campestre, revela-se uma ideologia antagónica à da cidade industrial e aos conjuntos habitacionais de grande dimensão e alta densidade e são por isso demonstrações da aplicação de um pensamento ideológico e político específico. O sentido da horta e do jardim expressam inclusivamente visões diferentes sobre o carácter da casa e da própria relação do morador com a habitação, e dão um carácter distinto à relação entre a casa e o seu contexto urbano. Quanto ao papel que estes espaços assumem nas casas de bairros operários, a horta coloca a casa num sistema de economia social e produtiva, como um recurso associado à subsistência através do cultivo da terra e da criação

---

<sup>79</sup> LEITÃO, Maria de Albuquerque, SARAIVA, Vânia Manuela, *Riba d'Ave industrial, Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.ª, Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano*. Relatório Final do Programa de Bolsas de investigação na área da Cidade e da Arquitectura, Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974, 2012.





\_Fig.27 A presença dos obeliscos, marcando a entrada por um dos acessos ao Centro Residencial Conde de Riba d'Ave, Vila Nova de Famalicão, com a igreja paroquial ao fundo.

84 | de pequenos animais. Assim, para além da vertente estética, a horta entra num campo de funcionalismo ideológico, uma vez que se identifica com as actividades que caracterizam a ruralidade, permitindo a quem usufrui das casas (operários deslocados de contextos mais rurais para outros industrializados e, por isso, mais urbanizados) não perder essa ligação com a terra e poder conectar-se aos valores mais tradicionais da família. Criam-se, então, hábitos de economia familiar e, simultaneamente, uma ocupação de tempo livre que de outro modo poderia ser usado pelo operário para adoptar um comportamento *moralmente* inaceitável, desviando-se para os muitos vícios presentes em núcleos industrializados.

Já os jardins podem ser interpretados como uma valência doméstica *burguesa*, na qual se faz a apropriação do espaço exterior à casa de forma lúdica e recreativa. Nos casos de estudo aqui abordados, o jardim localizado na parte frontal da habitação aparece de forma pontual, em bairros de maior dimensão ou em bairros destinados a funcionários de quadros mais elevados na hierarquia das empresas, enquanto que a horta nas traseiras é um elemento que se repete com muita frequência, revelando o carácter marcadamente rural sempre presente nos conjuntos.

A estratégia de dotar bairros operários com espaço exterior de cultivo ou de arrendar esses espaços de cultivo a operários foi amplamente utilizada e, a título de exemplo, Alice Ingerson<sup>80</sup> refere as indicações de D.C. Barnett de “*estratagemas, propostos como política estatal de 1780 a 1840, com vista ao arrendamento das terras aos operários fabris ou aos tecelões manuais*”, em Inglaterra, que através de programas de características paternalistas e filantrópicas pretendiam enraizar o camponês à terra, que consideravam ser onde encontrariam a sua identidade, verificando-se muitas vezes que estes trabalhadores se abstinham ou inclusivamente se recusavam a participar em motins de trabalhadores que não teriam sido contemplados com a distribuição de terras, na década de 1830, percebendo-se assim o carácter de controlo das massas de trabalho deste tipo de iniciativas.

---

80 INGERSON, Alice, “Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no Vale do Ave”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, p.1483.



\_Fig.28 Cartaz de propaganda do Estado Novo, incentivando o cultivo da terra por parte das populações, alusivo à “Campanha Produzir e Poupar”, do Ministério da Economia, 1939.

86 | 3.5. A NORMALIZAÇÃO DO DESENHO DO ESPAÇO DOMÉSTICO NA CASA OPERÁRIA

A discussão em torno da casa que nos séculos XIX e XX se verificou na Europa e também em Portugal, culminando num movimento reformista de grande importância, baseou-se essencialmente na emergência do higienismo, que surge como resposta à ameaça de saúde pública que o ambiente das grandes cidades representava. Através de uma convocação multidisciplinar e pela introdução de importantes transformações na arquitectura da casa e na estrutura urbana, revela-se o reconhecimento da relação entre as condições de habitabilidade e o estado físico e moral dos indivíduos que nelas habitam. É através da acção do higienismo que se procede à democratização e difusão da casa digna.

O higienismo luta contra a insalubridade, a incomodidade das habitações, através de regras mínimas de construção higiénica relativas à dimensão e ocupação dos espaços, bem como a sua localização e distribuição na habitação, não descurando as questões de renovação do ar, as problemáticas a nível térmico, da iluminação da casa, orientação solar, do desenho e da disposição do mobiliário e age também na dimensão urbana, contando com progressos técnicos valiosos para a reforma da cidade e da própria casa ao nível do saneamento, do abastecimento de água, de electricidade ou gás, a par de nova legislação, cada vez mais exigente, a nível de todos os requisitos que os edifícios deveriam cumprir, para que pudessem ser aprovados pelas entidades competentes.

Em Portugal, e particularmente no Porto, importa destacar a figura de Ricardo Jorge, médico, professor e higienista, com acções de enorme valor no progresso das condições de habitabilidade das casas construídas para classes desfavorecidas e da própria cidade, num processo que estabilizou instrumentos operativos com capacidade para controlar as condições sanitárias dos edifícios existentes e melhorar a cidade a nível de infra-estruturas. Surge, neste contexto, o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas* (RSEU)<sup>81</sup>, em 1903, regulamento de particular importância na alteração do desenho da casa simples e que atestava um maior controlo sobre a concessão de licenças de construção, que perdurou por quase meio século, até 1951, aquando da entrada em vigor do

---

81 Diário do Governo, nº 53, 09 de Março de 1903, pp. 790-792.



\_Fig.29 Ricardo Jorge exaltado pela imprensa como “uma das nossas mais puras glorias nacionaes” pela sua acção no campo da ciência, no *Almanaque Illustrado d’O Século*, em 1900.

88 | actual *Regulamento Geral das Edificações Urbanas* (RGEU).<sup>82</sup>

Importa, então, proceder à análise das características gerais das casas promovidas por industriais no território específico do Vale do Ave, bem como nas das habitações construídas por iniciativa privada, de rendimento imobiliário, percebendo de que modo o higienismo influenciou a normativa exigida e esta, o desenho do espaço doméstico, uma vez que ambas as iniciativas se socorreram de modelos importados, que em si já incorporavam a normativa depositada no RSEU.

Uma das preocupações de engenheiros, arquitectos ou mestres de obra, bem como dos próprios promotores das habitações, no desenho das casas operárias prendia-se, para além do higienismo, com a sua economia; uma vez que eram destinadas a classes desfavorecidas, as rendas que iriam pagar seriam, em princípio, relativamente baixas, sendo por esse mesmo motivo uma premissa reduzir ao máximo o custo de cada habitação.

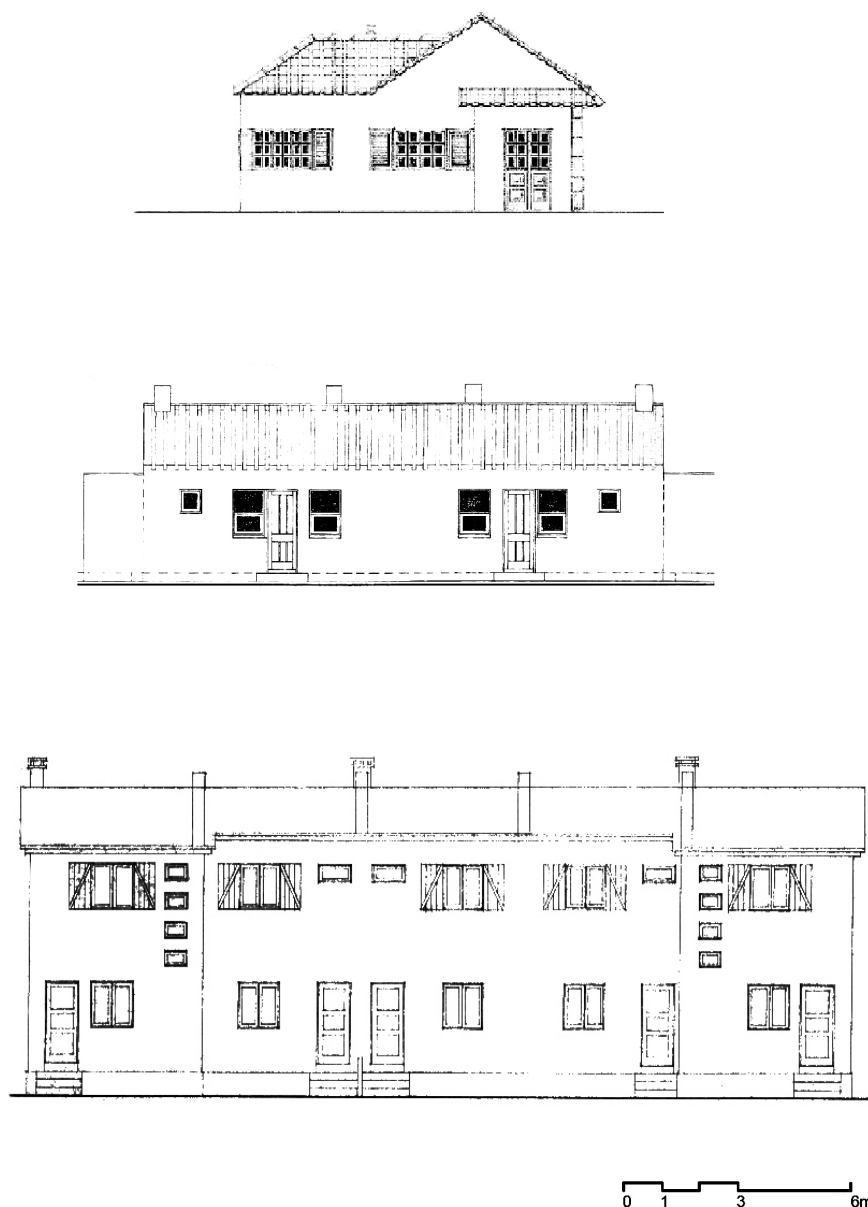
Assim, a morfologia da casa operária prende-se a este princípio e pode apresentar diferentes opções no que à associação dos fogos diz respeito: desde o tipo ideal, a casa isolada, de um ou dois pavimentos (a preferida e promovida pelo Estado), até casas geminadas, que se revelam mais económicas pela partilha de uma cobertura comum e das paredes de meação. Pretendiam-se habitações de “*linhas simples, construídas com os materiais tradicionais da região*”<sup>83</sup> mas as casas em banda, também de um ou dois pavimentos, revelavam-se ainda mais económicas, na medida em que para além da utilização das mesmas paredes de meação e de uma cobertura comum, partilham também uma só cornija, as mesmas dimensões, mão-de-obra e materiais construtivos de igual qualidade, o que no seu conjunto se revelará sempre numa construção económica.

Nos casos estudados, a preferência pelas casas geminadas e em banda é evidente, em detrimento da casa isolada, pelos custos acrescidos que esta acarreta. O Bairro Baiona [BPF\_24] e as Casinhas [BPF\_13] são compostos por casas isoladas, mas estes dois conjuntos não se destinavam a classes pobres, ou

---

82 Diário do Governo, 07/08/1951: Decreto-Lei nº 38382.

83 Memória descritiva, licença nº 872/889, ALV-872-889-68.



\_Fig.30 Alçado de uma das tipologias - a casa isolada (tipo 5), do Bairro Manuel Cardoso Martins, Fafe.

\_Fig.31 Alçado das casas geminadas que compõem o Bairro Têxtil, Moreira de Cónegos, Guimarães.

\_Fig.32 Alçado das casas em banda que compõem o Bairro Sr.<sup>a</sup> da Luz, Creixomil, Guimarães.

Três das opções de associação de fogos utilizadas nos bairros identificados neste investigação, sendo que a geminada e em banda são as que mais se repetem, pela economia inerente ao modelo. Os alçados das fig. 31 e 32 são dois exemplos dos muitos que seguem o mesmo modelo e se repetem e disseminam por toda a região.

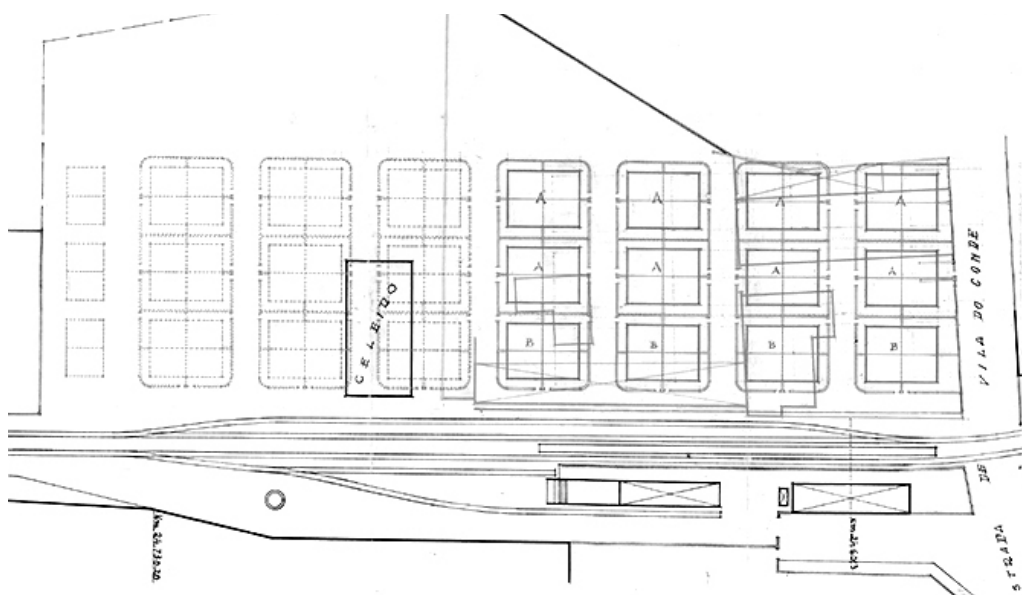
90 | operários; eram destinados a funcionários que ocupavam um estatuto superior na hierarquia da fábrica, estando assim justificada esta opção. Na verdade, o único caso estudado, *realmente* destinado a operários, que apresenta a opção pela casa isolada, encontra-se no Bairro Manuel Cardoso Martins, sendo esta, das cinco tipologias presentes no conjunto, a única que segue o modelo isolado. (fig.30)

O Bairro Delfim Ferreira é, dentro dos casos de estudo abordados no decorrer deste trabalho, um exemplo distinto e relevante a abordar, no contexto da procura de soluções económicas, usando uma associação de fogos distinta das até agora enunciadas, seguindo um modelo já antes difundido em território nacional, de directa inspiração num modelo importado. Construído em Vila do Conde e inaugurado em 1951, este bairro de 48 casas, distribuídas em doze volumes, em que cada volume corresponde a quatro habitações, foi financiado pela Fábrica Ferreira & Irmão Lda. para promover casas para os seus operários e apresenta duas tipologias: 32 fogos do tipo A, cujo valor da renda era de 75\$ e 16 fogos do tipo B, com renda no valor de 50\$. Ambas as tipologias estão inseridas num modelo de casa quadripartida, num “*agrupamento cruciforme de quatro fogos independentes*”<sup>84</sup>, em que cada habitação consegue, assim, ter duas frentes. Este modelo surge de uma racionalização da habitação unifamiliar, com o objectivo claro da redução dos custos associados à sua construção, uma vez que se experienciava uma densificação máxima de fogos num único volume, partilhando a mesma cobertura, mantendo a aparência de que se trata apenas de uma só casa isolada e independente e onde não existe uma hierarquia entre as habitações, pois o desenho de todos os fogos é semelhante. O terreno é dividido em parcelas rectangulares, formando ruas paralelas entre as habitações, e essas parcelas são atravessadas por dois eixos perpendiculares que se interceptam no centro do lote, dividindo-o em quatro, como ao próprio volume das habitações, em que as áreas exteriores são equivalentes e distribuídas por cada um dos fogos, usadas como jardim ou terraço, dependendo da apropriação que cada família fez do espaço correspondente (fig.33). Os acessos verticais encontram-se, neste tipo de solução, no centro da cruz que divide as quatro parcelas, por ser a área do fogo

---

84 MARTINS, Sara Ribeiro, *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*. Porto, FAUP, 2016. Tese de mestrado.





\_Fig.33 Planta de implantação do Bairro Delfim Ferreira, Vila do Conde, 1951.

\_Fig.34 Vista aérea do Bairro Delfim Ferreira (à direita) e Fábrica Sampaio & Irmão Lda. (à esquerda), Vila do Conde.

92 | sem acesso a luz natural.

No entanto, o uso deste modelo é excepcional, no panorama dos conjuntos de habitação operária financiados por industriais na região do Ave, possivelmente pelas dimensões que um conjunto que segue o modelo da casa quadripartida pode adquirir e pelos gastos a ele inerentes, que nem todos os industriais estavam dispostos ou poderiam efectivamente pagar.<sup>85</sup>

Nas memórias descritivas dos projectos aos quais pudemos aceder, há inúmeras vezes apontamentos relativos às características morfológicas das casas, com reflexo na sua economia: “*o tipo de habitação projectada é de características muito simples, adaptado ao local e aos materiais tradicionais da região*”<sup>86</sup>; “*deverão aliar [as casas], depois de construídas, um aspecto sóbrio e agradável a um custo não demasiadamente elevado e a um funcionamento perfeito*”<sup>87</sup>, revelando o cuidado na escolha dos materiais e sua economia, bem como as dimensões dos espaços configurados, não descurando, no entanto, o aspecto das habitações.

Assiste-se nos casos estudados, por motivos económicos, quase sempre à escolha do uso da pedra nas paredes mestras, por ser a matéria prima mais abundante no norte do país<sup>88</sup>, não sendo necessário ter gastos adicionais ao nível do transporte por se recorrer a outro material cuja localização fosse mais distante, e por isso mais caro, ou outro material de cariz mais dispendioso. As paredes interiores revelam tijolo ou tabique como material mais usado e a estrutura da cobertura é geralmente em madeira (pinho, eucalipto), que logo

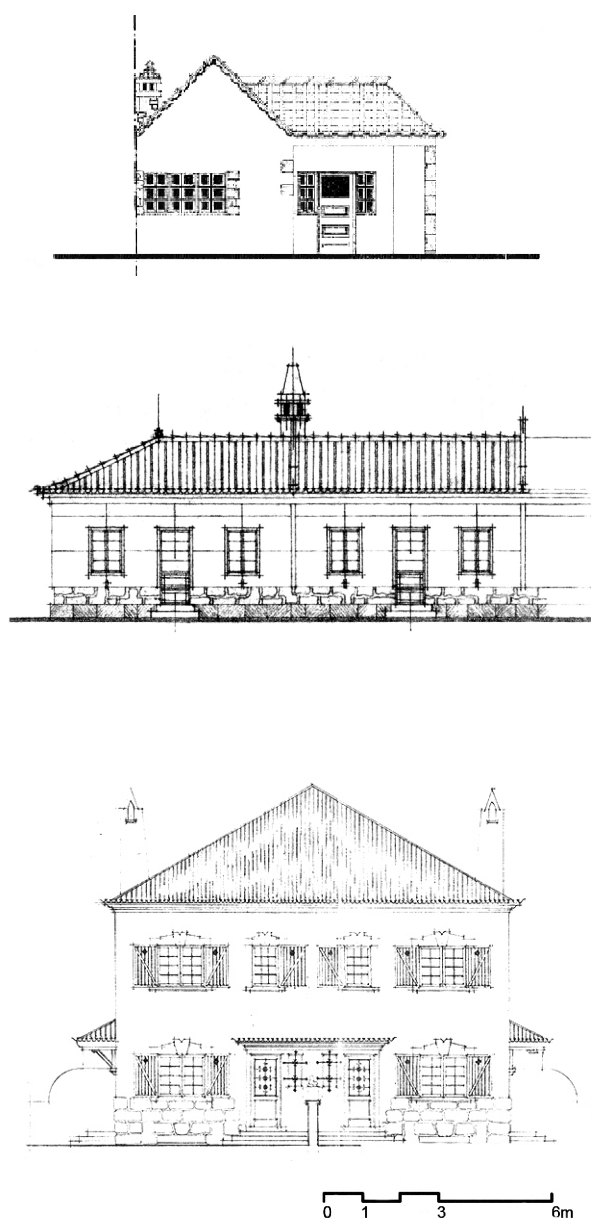
---

85 De todos os bairros identificados, o Bairro Delfim Ferreira é o terceiro maior, dos promovidos por industriais e efectivamente ocupados por operários. Apenas o Centro Residencial Conde de Riba d’Ave (176 fogos) e o Bairro do Teles (60 fogos) apresentam maior número de fogos.

86 Memória descritiva, processo nº 2029/58, licença nº 687/89.

87 Memória descritiva, processo nº 301/303-1968.

88 O recurso a elementos de betão na construção de casas promovidas por industriais no Vale do Ave começa a revelar-se mais frequente no final dos anos 50, não sendo, ainda assim, um material ao qual se recorresse amiúde, resumindo-se, atentando aos casos de estudo reunidos nesta investigação, a três casos [BPF\_24; BPF\_28; BRI\_13]. Importa referir que esta é uma informação que não contempla todos os bairros estudados, uma vez que não foi possível aceder às memórias descritivas de todos os projectos inventariados, não existindo, por isso, informação concreta a esse respeito.



\_Fig.35 Alçado de uma das tipologias presentes no Bairro de Antime, Fafe, década de 1930.

\_Fig.36 Alçado dos fogos do Bairro do Mindelo, Vila do Conde, 1954.

\_Fig.37 Alçado Tipo A do Bairro Delfim Ferreira, Vila do Conde, 1951.

Em todos os alçados apresentados se percebem os apontamentos ornamentais mais comuns nos bairros operários construídos na época: alpendres, beirais e cunhais ou lambris de granito à vista.

94 | assenta nas paredes estruturais, sendo o acabamento da mesma habitualmente em telha lusa ou marselha. Cada compartimento tem janela própria, condição higienista fundamental muitas vezes referida: “*estas casas têm todas os seus seus aposentos bem iluminados e arejados*”<sup>89</sup>, demonstrando o cuidado relativamente à iluminação e exposição solar que o desenho da casa manifesta, onde a dimensão dos compartimentos, ao nível da área e pé direito das divisões era também um factor importante a ter em conta, pela manutenção da qualidade do ar, existindo inclusivamente no RSEU artigos específicos sobre a cubicagem do ar para compartimentos específicos. Procurava-se, acima de tudo, conseguir uma “*construção económica mas higiénica*” de modo a poderem ser observados “*todos os preceitos referentes a salubridade.*”<sup>90</sup>

Não se descurava, no entanto, o aspecto das habitações, de *linhas simples*, numa linguagem *sóbria* mas simultaneamente *agradável*: *Em materia propriamente de construção, digo das condições de habitação, levando em conta o estudo economico no estabelecimento de rendas, procuramos dotar as moradias com condições higiénicas e o modo de viver da classe operária; isto é, procurar um sistema de uma construção resistente e sóbria, sem pretensões, e dotá-las dos compartimentos de uso comum, amplas e arejadas.*”<sup>91</sup>

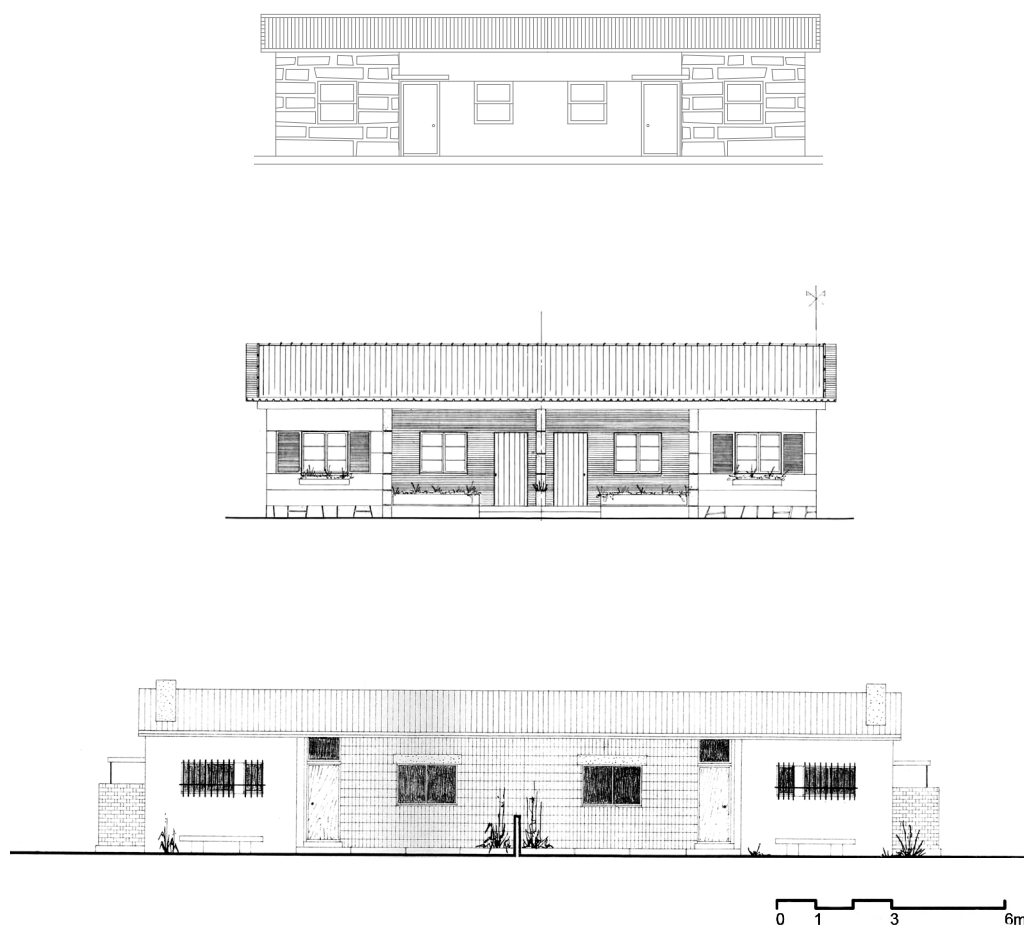
A procura de soluções *sem pretensões* levam-nos a perceber que os apontamentos ornamentais nestas habitações aparecem sempre de forma muito pontual, com um cunhal ou lambril que deixa à vista a pedra, sem rebocar, como nas habitações do Bairro de Antime, em Fafe (fig.35) ou no Bairro do Mindelo, em Vila do Conde (fig.36), ou molduras de pedra e portadas nas janelas, como no Bairro Delfim Ferreira, em Vila do Conde (fig.37), onde o alpendre se revela um dispositivo de transição para a entrada directa à cozinha, mas que reflecte simultaneamente as suas características *bem portuguesas*, pitorescas, assim como com a presença dos seus *beirais à portuguesa*, descrição contida na memória descritiva do projecto.

---

89 Memória descritiva, licença nº 872/889 – 1968.

90 Memória descritiva, PO 5.1942

91 Memória descritiva, licença de construção 242/276 –1962.



\_Fig.38 Alçado dos fogos do Bairro de S. José, Vila Nova de Famalicão, 1964.

\_Fig.39 Alçado dos fogos do Bairro Manuel Machado, Guimarães, 1962.

\_Fig.40 Alçado dos fogos do Bairro da Cabreira II, Guimarães, 1965.

Em todos os alçados apresentados se percebem as diferenças de tratamento dos planos, com a presença alternada de granito, argamassa ou azulejo.

Os azulejos poderiam ser também um elemento a utilizar para a valorização do conjunto: “[...] *paredes mestras construídas em pedra e posteriormente revestidas com argamassa para pintar, sendo parte do paramento da fachada principal valorizado com azulejo*”.<sup>92</sup> Esta é uma das características que se pode verificar em alguns dos fogos estudados, como por exemplo no Bairro da Cabreira (fig. 40), mas que não traduz a generalidade dos casos: habitualmente, estas variações, quando existem, por uma questão de economia, cingiam-se apenas à alternância do granito à vista com partes da fachada com acabamento em argamassa, que normalmente se localizam num plano recuado, abrigado pela cobertura, criando um espaço que marca invariavelmente a entrada principal no fogo, como se pode observar no Bairro de S. José (fig.38), ou no Bairro Manuel Machado (fig. 39). No entanto, o que se conclui ser mais comum é a manutenção do granito à vista, no exterior das habitações.

A procura da economia das construções terá igualmente reflexo na área útil que estas apresentam, o que se materializa maioritariamente em casas de áreas muito reduzidas. Dos fogos estudados, excluindo os que se sabem dirigidos a estatutos superiores da hierarquia fabril, a média de área verificada é de quarenta metros quadrados por fogo. Também pela economia, percebe-se a utilização de modelos que se repetem e disseminam pelo território, e revela-se indispensável atentar nas suas características, na tentativa de entender o porquê da sua rápida reprodução na região, tanto em bairros de promoção fabril como em bairros de rendimento imobiliário.

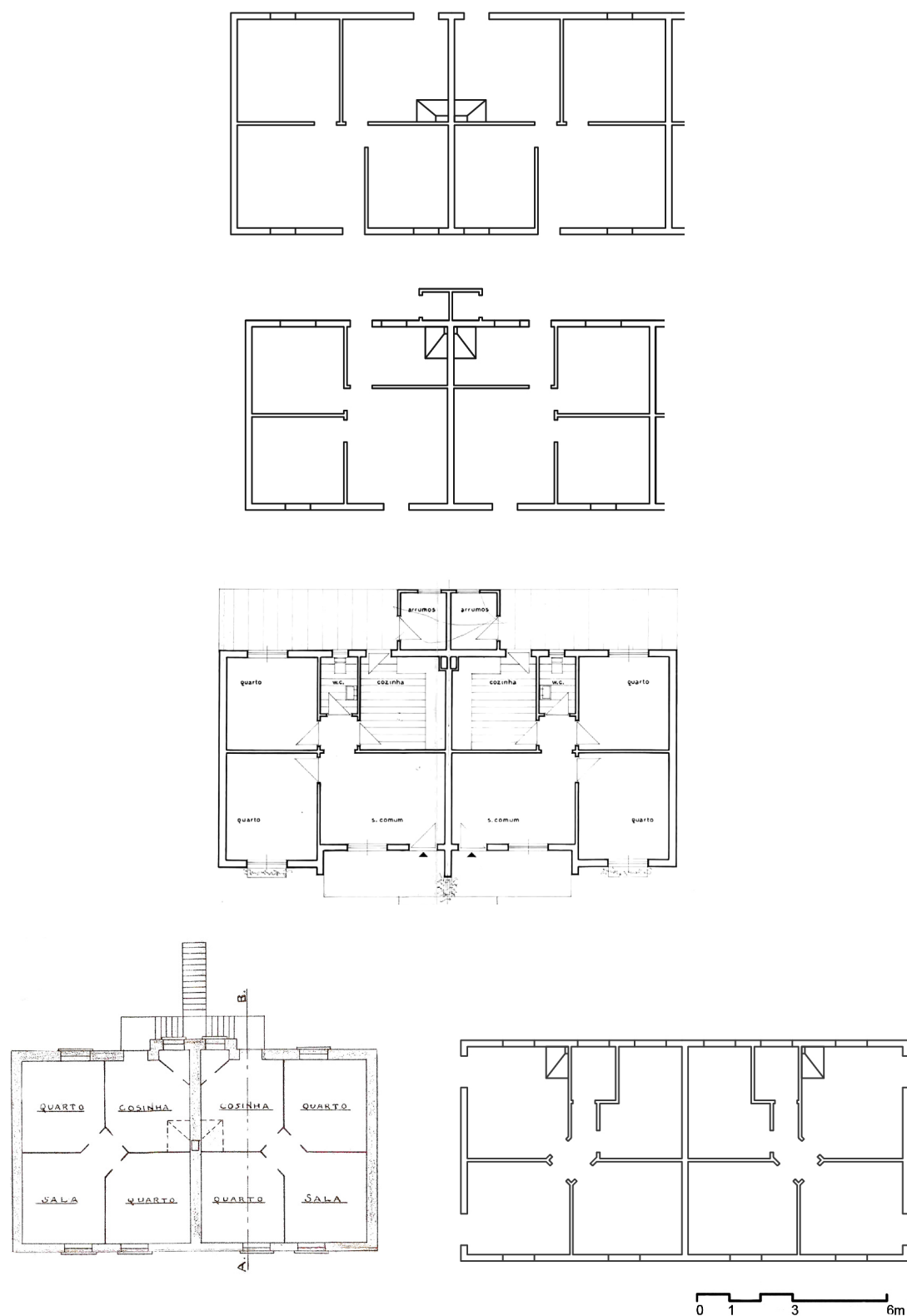
Numa análise geral, os fogos mais comuns dispersos por toda a região do Vale do Ave apresentam uma planta quadrangular, com variações entre a tendência da planta mais quadrada ou mais rectangular. Intui-se, em muitos deles, a divisão do fogo em quatro partes, com variações às quais vale a pena atentar. Estas quatro divisões correspondem normalmente a sala, cozinha e dois quartos e a existência de casa de banho ou retrete no interior ou no exterior do fogo pode introduzir dinâmicas diferentes na distribuição dos espaços.

Existem, habitualmente, duas entradas no fogo: uma pela sala, a entrada principal, e outra pela cozinha, que se localiza invariavelmente nas traseiras, onde

---

92 Memória descritiva, processo nº 301/303 - 1968





\_Fig.41 Planta dos fogos do Bairro da Cola, Guimarães, 1952.

\_Fig.42 Planta dos fogos do Bairro do Cardoso, Vila Nova de Famalicão, década de 1950.

\_Fig.43 Planta dos fogos do Bairro Manuel Machado, Guimarães, 1962.

\_Fig.44 Planta dos fogos do Bairro da Companhia Rio Ave, Vila do Conde, 1933.

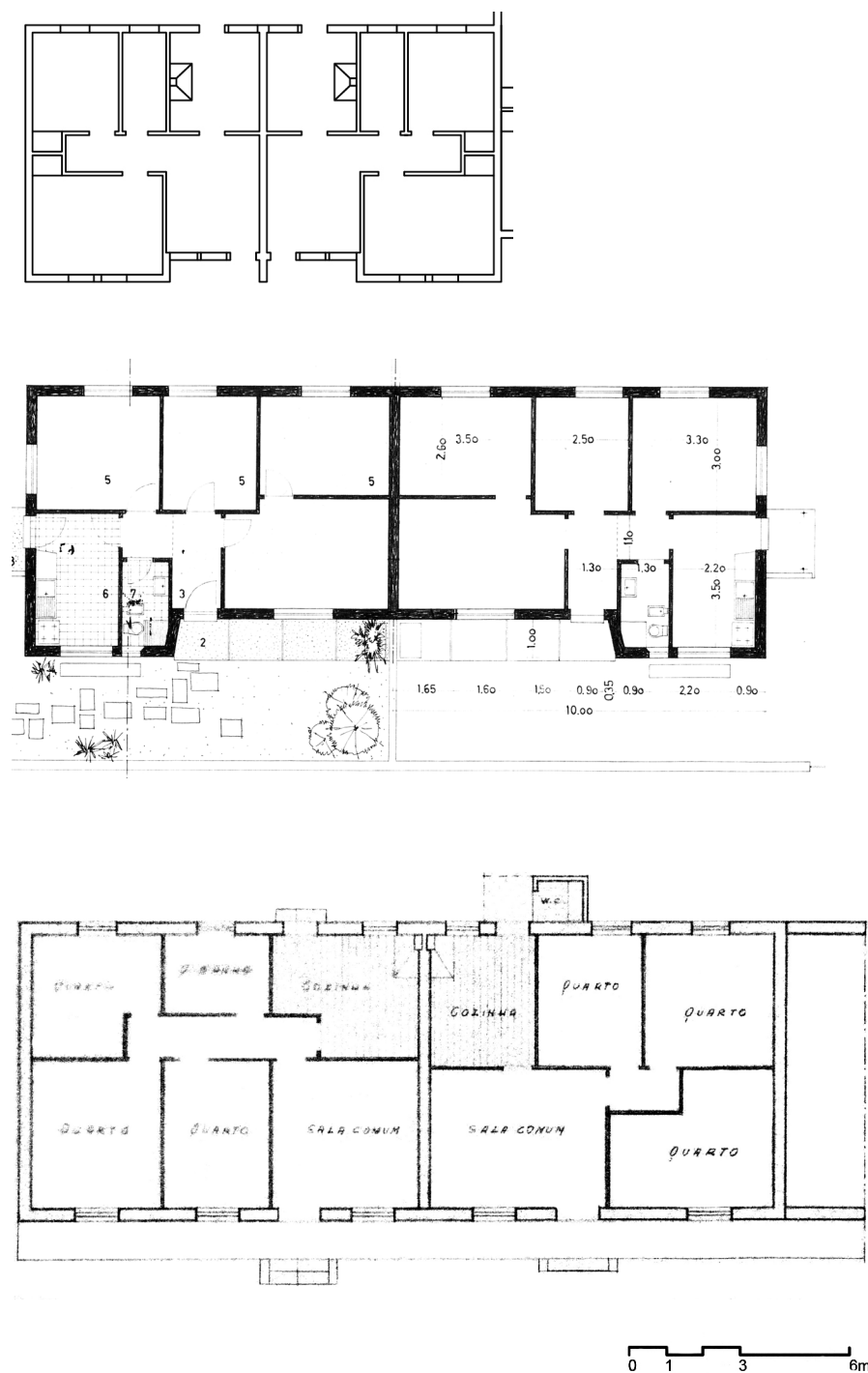
\_Fig.45 Planta dos fogos do Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica II, Vila Nova de Famalicão, 1963.

98 | existe o outro acesso, que dá acesso a uma possível horta (fig.41 e 42). Em muitos casos, o espaço da sala assume o papel de distribuidor, pois é a partir dela que se pode aceder aos outros espaços da casa. O facto da casa de banho ou retrete se localizar dentro ou fora do fogo implica também uma distribuição diferente dos espaços: no Bairro Manuel Machado (fig.43), a sala assume proporções maiores em relação às dos quartos e a cozinha vê a sua área reduzida pela existência da retrete, “encaixada” no espaço que corresponderia apenas à cozinha, em caso de exterioridade da retrete. Existe um pequeno átrio criado para permitir a entrada num dos quartos, na cozinha e na casa de banho e esta é uma solução que se repete em alguns dos bairros estudados [BPF\_15; BPF\_17].

O átrio assume, noutro modelo, um papel relevante ao qual seria importante atentar. O Bairro da Companhia Rio Ave (fig.44) apresenta uma planta aproximadamente quadrada (5x6m), com compartimentos também eles quadrados. O Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica II (fig. 45) apresenta uma planta quadrada (7x7m), quadripartida. O que diferencia estes dois exemplos é a localização da casa de banho. No Bairro da Companhia Rio Ave, este espaço reduz-se a uma retrete (é importante perceber a distância temporal dos dois projectos), que se localiza na divisão que corresponde à cozinha, no vértice com acesso à fachada principal, o que permite iluminação natural e a ventilação do espaço. No Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica II, a casa de banho insere-se no quadrante correspondente a um dos quartos, diminuindo a área desta divisão. O que caracteriza ambas as soluções é a existência de um pequeno átrio de distribuição central, rodado a 45 graus que funciona como um centro agregador. Este dispositivo de distribuição permite divisões o maior possíveis, pois elimina possíveis corredores e garante a privacidade, evitando o atravessamento de divisões para aceder a outras, revelando-se um sistema económico, a nível espacial e dos próprios custos do conjunto. No caso do Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica II, pela localização da casa de banho, existe a partir do átrio um pequeno corredor de um metro, o que introduz algum ruído na planta, não impedindo, no entanto, a leitura deste átrio central.

O corredor, não é, no entanto, um elemento raro nas tipologias mais comuns dos bairros operários identificados. Quando os fogos apresentam soluções mais alongadas, rectangulares, geralmente pela necessidade de incluir mais quartos na





\_Fig.46 Planta dos fogos do Bairro Baiona II, Santo Tirso, 1973.

\_Fig.47 Planta dos fogos do Bairro da Cabreira II, Guimarães, 1965.

\_Fig.48 Planta dos fogos do Bairro da Cabreira, Guimarães, 1958.

100 | habitação, a criação de um corredor revela-se uma solução comum, para resolver o problema do acesso aos quartos e restantes divisões, como se pode observar no Bairro Baiona II (fig. 46), no Bairro da Cabreira II (fig. 47) ou numa das tipologias presentes no Bairro do Teles (fig.66).

No Bairro da Cabreira (fig. 48), percebe-se a alteração da distribuição dos espaços pela exterioridade ou interioridade da casa de banho. Enquanto que no fogo da esquerda existe um corredor pela presença da casa de banho no interior, no fogo da direita existe apenas um pequeno átrio, pois a retrete encontra-se no exterior. De notar que ambos os fogos apresentam o mesmo número de quartos.

Analisando quatro das cinco tipologias presentes no Bairro Manuel Cardoso, em Fafe (as que conseguimos ter acesso), são também perceptíveis as alterações que sofre o fogo pela variação de número de quartos e pela posição da casa de banho no fogo (fig. 49). O tipo 1 é o fogo com menos divisões, com apenas dois quartos, sala (que incorpora uma banca de dois módulos que corresponde a uma “kitchnet”), casa de banho e varanda. A sala é a divisão que assume o papel de distribuidor do espaço, uma vez que a todos os outros espaços apenas se pode aceder através da mesma. Na tipologia 2 existem três quartos, cozinha, casa de banho, sala e uma pequena varanda. Neste caso, a sala assume também o papel de distribuidor do espaço e o acesso à cozinha é feito através de um espaço ao qual denominaram despensa. O tipo 3 é muito semelhante ao tipo 2, mas é valorizado o espaço exterior, a varanda, que ganha área em comparação ao anterior. Intui-se, aqui, o corredor, pela mudança do local de implantação da casa de banho e a sala tem uma área bastante mais reduzida, por ser essencialmente um espaço de acesso aos outros compartimentos. No tipo 5, o corredor torna-se ainda mais evidente. Este fogo é composto por uma varanda, três quartos, cozinha, casa de banho, sala de estar e sala de jantar. A introdução deste último espaço fez com que a planta se alongasse mais, sendo então uma solução evidente o aparecimento do corredor, para permitir o acesso a todos os espaços.

Já muitas vezes referido, existe, na casa, um compartimento que, para além da sua grande influência na distribuição espacial, reúne um conjunto de cuidados ao nível do seu desenho a que devemos, cuidadosamente, atentar: a casa de banho.

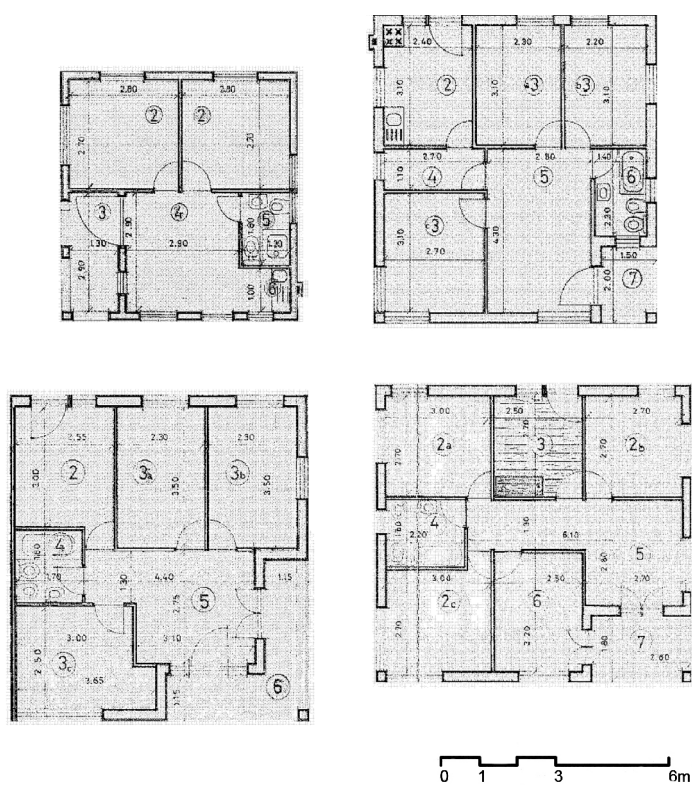


Fig. 49 Plantas dos fogos do Bairro Manuel Cardoso, Fafe, década de 1940. Tipo 1, tipo 2, tipo 3 e tipo 5 (da esquerda para a direita e de cima para baixo).

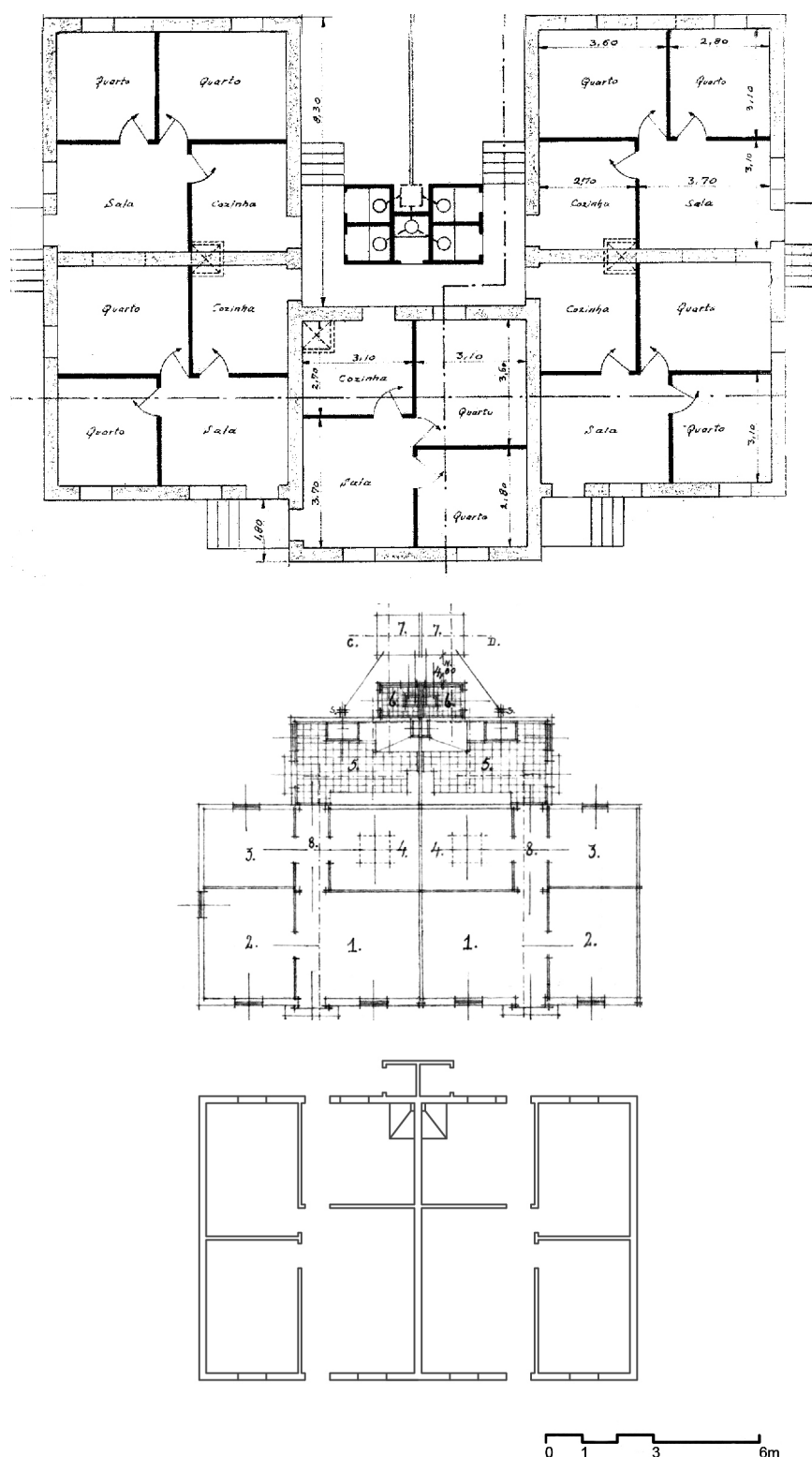
O conforto doméstico do qual operários e classes pobres puderam começar a usufruir deve-se, essencialmente, ao facto de se terem criado infra-estruturas de abastecimento de água ao domicílio, de saneamento ou aquecimento, que foram possíveis implementar graças à vulgarização e produção em massa de aparelhos e acessórios, que pela sua divulgação se tornaram também mais económicos, sendo antes associados apenas a casas burguesas e a gastos bastante mais elevados. Na construção de bairros operários por financiamento de empresários do Vale do Ave, denota-se a preocupação com a questão das infraestruturas, por parte de arquitectos, engenheiros e mestres de obra:

*Todas as casas têm rede de distribuição eléctrica, água potável distribuída em redes individuais que ficarão ligadas à rede geral de abastecimento. Será criada uma rede geral de esgotos com fossa séptica, a localizar. A rede de esgotos, assim como a construção de arruamentos necessários e a iluminação pública serão feitos pela Empresa ao mesmo tempo que a construção das casas.*”<sup>93</sup>

Acabamentos de qualidade deficitária, materiais de pouca qualidade, pouca ventilação e iluminação das instalações sanitárias empobreciam a qualidade do ar e não eram concordantes com os preceitos higienistas almejados e presentes na normativa, que reclamavam pavimentos impermeáveis, peças sanitárias de boa qualidade constructiva ou a utilização de azulejos como revestimento. Como primeira progressão na qualidade do espaço doméstico das classes pobres podemos referir a substituição das latrinas de madeira pela retrete com sifão e autoclismo, avanço que permitiu a reconfiguração do espaço doméstico. Na verdade, precisamente para não se verificar o empobrecimento do ar no interior da casa, muitos são os exemplos de casas em que esta é a justificação para que a retrete se localize num volume à parte, comum a vários fogos (fig. 50) ou justaposto à fachada do tardo, normalmente contíguo à cozinha da habitação, com acesso apenas pelo exterior (fig. 51 e 52), sem existir um espaço específico para o banho em si, para o qual se usava um recipiente móvel que se localizava habitualmente na cozinha, espaço comum de reunião na habitação operária e que era o ponto estratégico da chegada de infraestruturas.<sup>94</sup> No RSEU, listavam-se

<sup>93</sup> Memória descritiva, licença nº 872/889, ALV-872-889-68.

<sup>94</sup> PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui, “A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal”, in MATTOSO, José (dir.), VAQUINHAS, Irene (coord.), *História da Vida Privada em*



\_Fig.50 Planta do Bairro da CHENOP, Vila do Conde, 1942. Note-se a presença do volume independente no centro dos cinco fogos, que configuram um pátio onde se localizam as retretes comuns.

\_Fig.51 Planta de dois fogos do Bairro do Mindelo, 1954, com o volume da retrete justaposto à parede da cozinha, ao qual apenas se acede pelo exterior.

\_Fig.52 Planta de dois fogos do Bairro Teixeira, Vila Nova de Famalicão, 1952, com as mesmas características relativas ao volume da retrete já comentadas na figura anterior.

104 | algumas possíveis soluções para a localização das instalações sanitárias e no caso da sua inserção no interior da habitação, há a indicação de que estas se deveriam localizar ao fundo de um corredor, “*em local onde possa haver uma janella ou pelo menos uma fresta de 0m,30 X 0m,50*”<sup>95</sup> para permitir a ventilação do espaço da sanita, através desse corredor que estaria conectado à porta de entrada, renovando deste modo o ar, por correntes de ar novo proveniente do exterior, formalizando-se a distribuição no espaço interior da casa de forma axial (fig. 53, 54 e 55). No entanto, o custo dos aparelhos de controlo de cheiros de retorno como autoclismos ou a sinfonagem hidráulica, bem como as implicações que traria a existência desse corredor no desenho da casa atrasaram a inserção das instalações sanitárias no interior das habitações. Existem, mais tarde, exemplos em que a habitação apresenta já a retrete no interior, mas ainda sem espaço para que a louça sanitária destinada à ablução do corpo esteja incluída, para logo evoluir e passarem a existir soluções em que as peças sanitárias destinadas ao banho faziam já parte do espaço, ao qual agora chamamos, *casa de banho*.

Note-se o cuidado na escolha dos materiais de revestimento das paredes e do chão em algumas das casas dos bairros estudados, bem como a atenção à questão da instalação das infraestruturas, aquando da elaboração da memória descritiva do projecto: “*zonas sanitárias e cozinha guarneçadas por marmorite em pavimento e azulejo branco em paredes*”<sup>96</sup>, em contraste com acabamentos geralmente em madeira nas áreas secas da casa; “*Nestas dependências [instalações sanitárias e cozinha, por serem as áreas húmidas da casa], haverá um lambrim lavável, até 1.50m de altura*”, lambrim este referido em muitos casos e constituído pela aplicação de uma tinta lavável e resistente a ácidos; “*instalações de água, luz e saneamento serão executadas de harmonia com os respectivos regulamentos em vigor*.”<sup>97</sup> Estas opções, embora pudessem encarecer ligeiramente o custo final da obra, evitavam posteriores problemas a nível da deterioração dos espaços

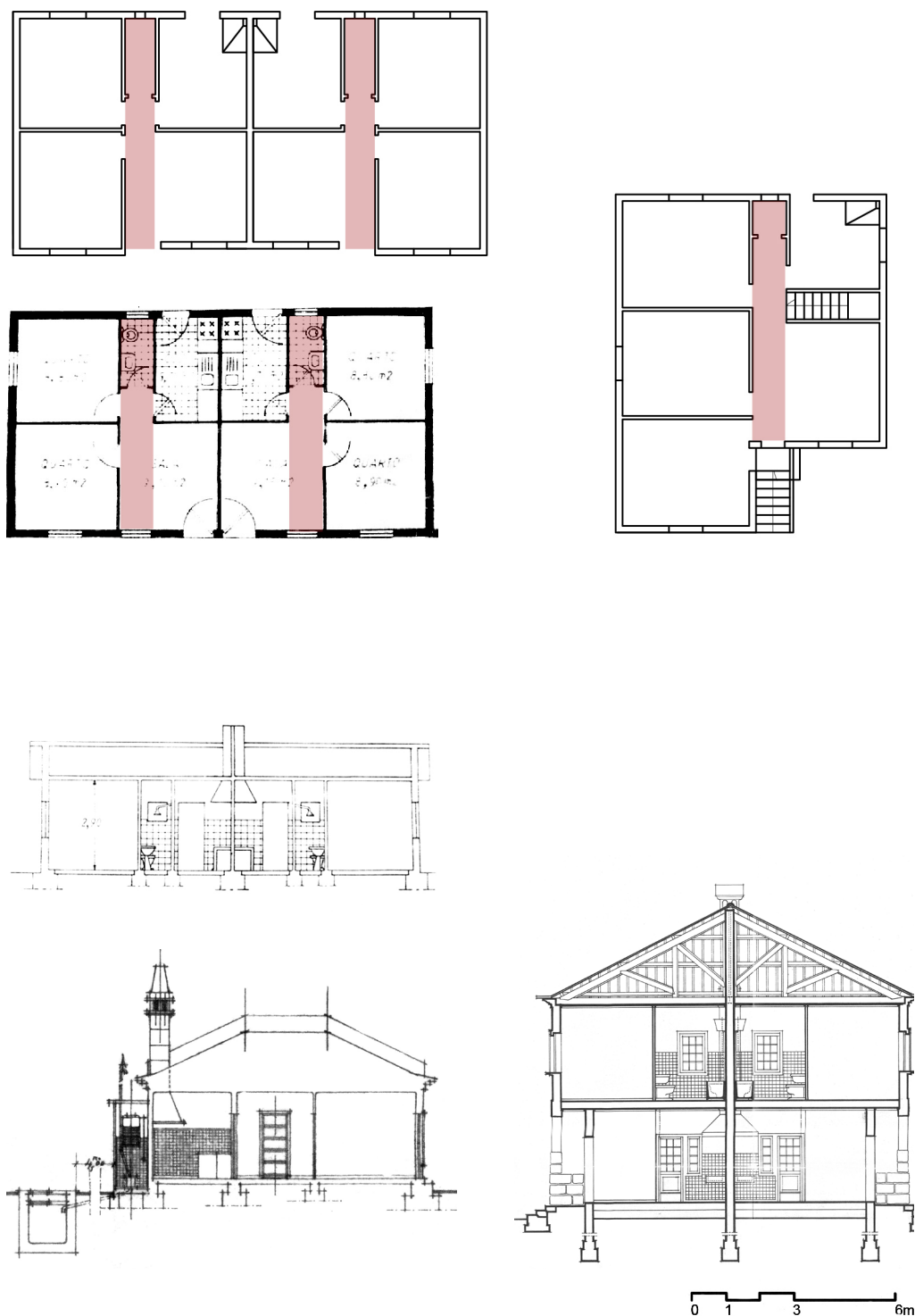
---

Portugal. *A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2011, p.92-116.

95 Art. 42º, Capítulo II, Latrinas e Pias, Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, 1903.

96 Memória descritiva, processo nº 6-19-15-2-10 – 1958, ALV.287-292-58.

97 *Ibidem*.



\_Fig.53 Planta dos fogos do Bairro S. José, Bairro, Vila Nova de Famalicão, 1964.

\_Fig.54 Planta dos fogos do Bairro Augusto Correia Abreu, Delães, Vila Nova de Famalicão, 1961.

\_Fig.55 Planta de um fogo do Bairro das Casinhas, Bairro, Vila Nova de Famalicão, década de 1920. (à direita)

\_Fig.56 Corte de dois fogos do Bairro Augusto Correia Abreu, Bairro, Famalicão, 1961.

\_Fig.57 Corte de um fogo do Bairro do Mindelo, Vila do Conde, 1954.

\_Fig.58 Planta de dois fogos do Bairro Delfim Ferreira, Vila do Conde, 1951.(à direita)



106 | por inadequação dos materiais ao local da sua aplicação, revelando-se no fundo um investimento com retorno a nível da longevidade dos materiais e do próprio edifício, evitando uma futura necessidade de recuperação ou substituição de materiais, com reflexo na qualidade do espaço e, consequentemente, na vida do morador. Nos próprios desenhos se percebe o cuidado na representação gráfica dos azulejos nas zonas húmidas da casa. (fig. 56, 57 e 58)

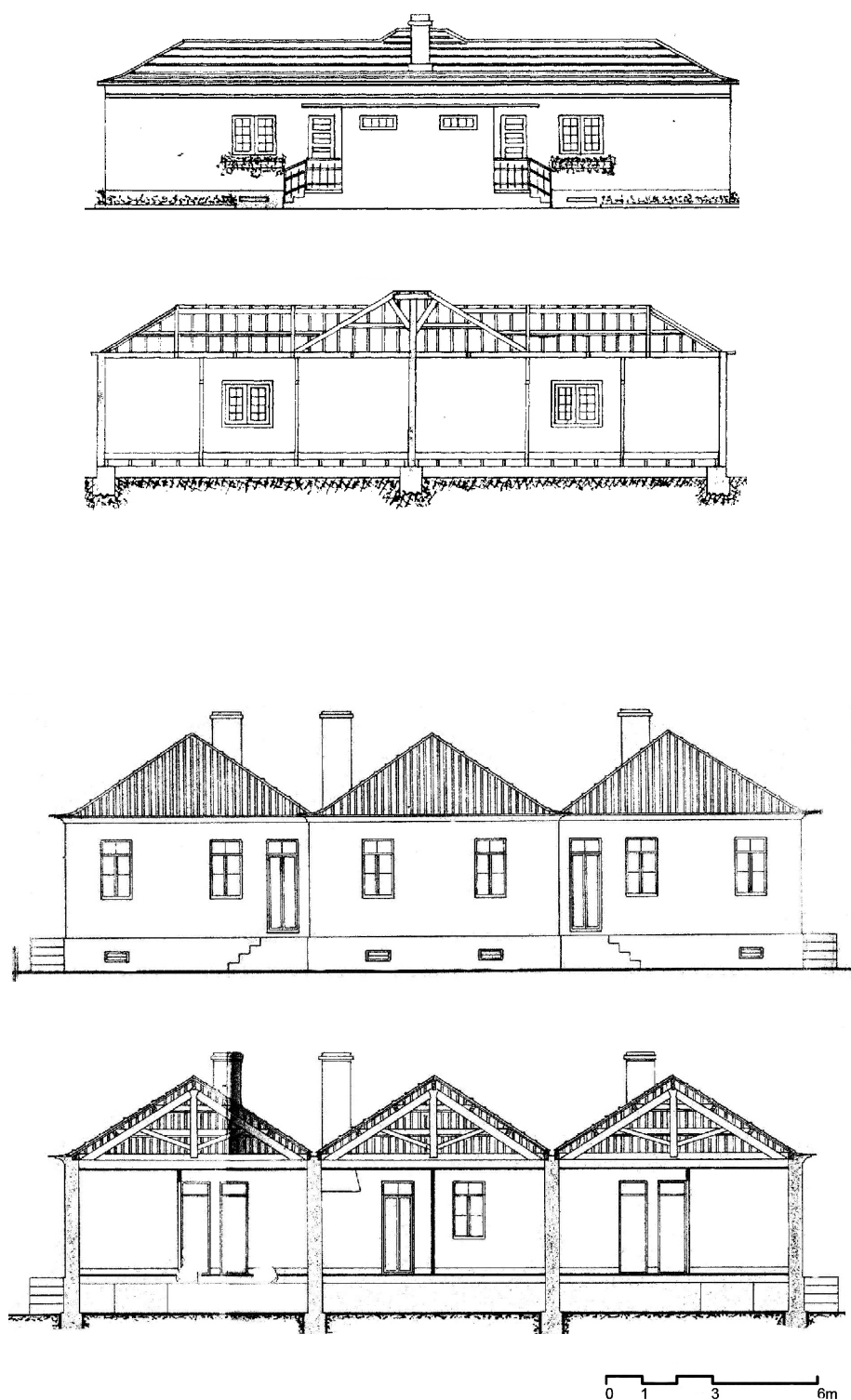
Há ainda um outro aspecto referente ao desenho do espaço doméstico das habitações destinadas a operários que vale a pena focar, que se prende com uma das preocupações técnicas dos higienistas desde cedo, que tem a ver com o recurso à cave, ou à elevação da habitação, como mecanismo para evitar que a humidade proveniente do solo se propagasse ao resto do edifício. Recorrer ao uso da cave apresenta duas vantagens: armazenar produtos alimentares, por ser um lugar estável a nível térmico e funcionar, ao mesmo tempo, como impedimento à passagem da humidade, solução que começou a ser utilizada em meados do século XIX em habitações operárias e com reflexo em habitações do século XX [BPF\_13, BPF\_24]. No entanto, por motivos de carácter económico, bem como do próprio desenho das habitações, pode observar-se em alguns dos bairros estudados que esta cave se vê muitas vezes reduzida a uma caixa de ar, que desempenha igualmente a função de impedir a propagação das humidades do solo à habitação (fig. 59 e 60). Esta foi uma importante contribuição do RSEU, que fomentou o processo de evolução da casa simples através da imposição de que se tratasse convenientemente a relação do solo com a habitação, nomeadamente prescrevendo a utilização de uma caixa de ar de 60 centímetros de altura: “*O pavimento do rés-do-chão ou das casas terreas deve ser coberto com uma camada impermeável ou ter uma caixa de ar de 0m,60 de altura mínima, com aberturas nas paredes para comunicar com ar exterior.*”<sup>98</sup>

A existência de uma caixa de ar vai implicar alterações na definição do espaço interior da casa o que acarreta, simultaneamente, mudanças na relação com o espaço envolvente. O facto de se ter de vencer uma diferença de cota desde o exterior ao interior das habitações, faz com que se criem dispositivos que permitam essa transição e pela existência de escadas existe também associado

---

<sup>98</sup> Art. 9º, Capítulo II, Salubridade dos predios, Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, 1903.





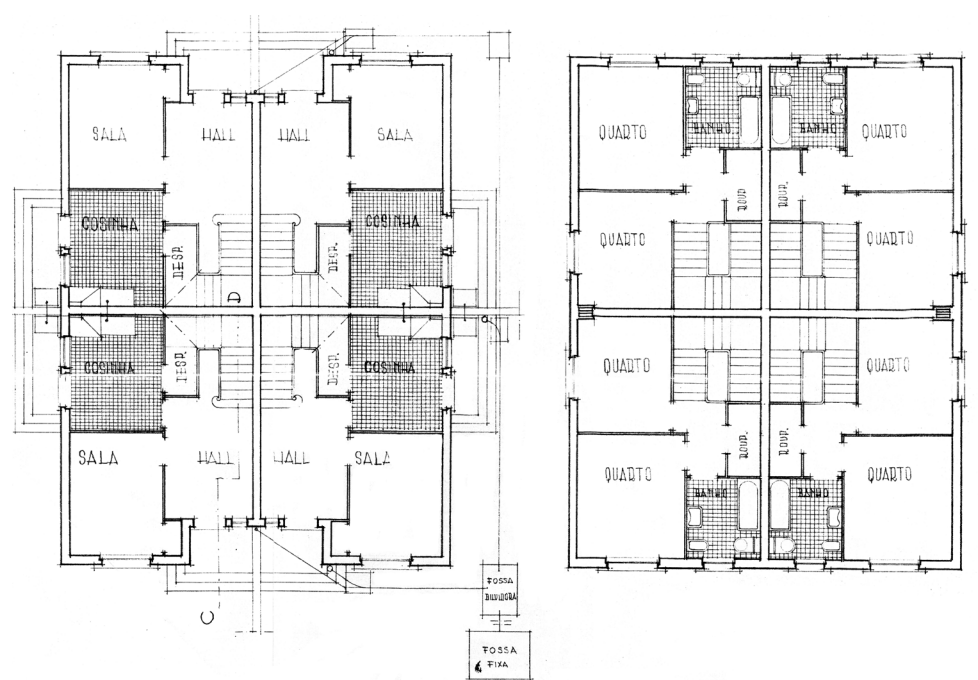
\_Fig.59 Alçado e corte longitudinal do Bairro Aviz, Vila do Conde, 1943.

\_Fig.60 Alçado e corte longitudinal do Bairro da CHENOP, Vila do Conde, 1942.

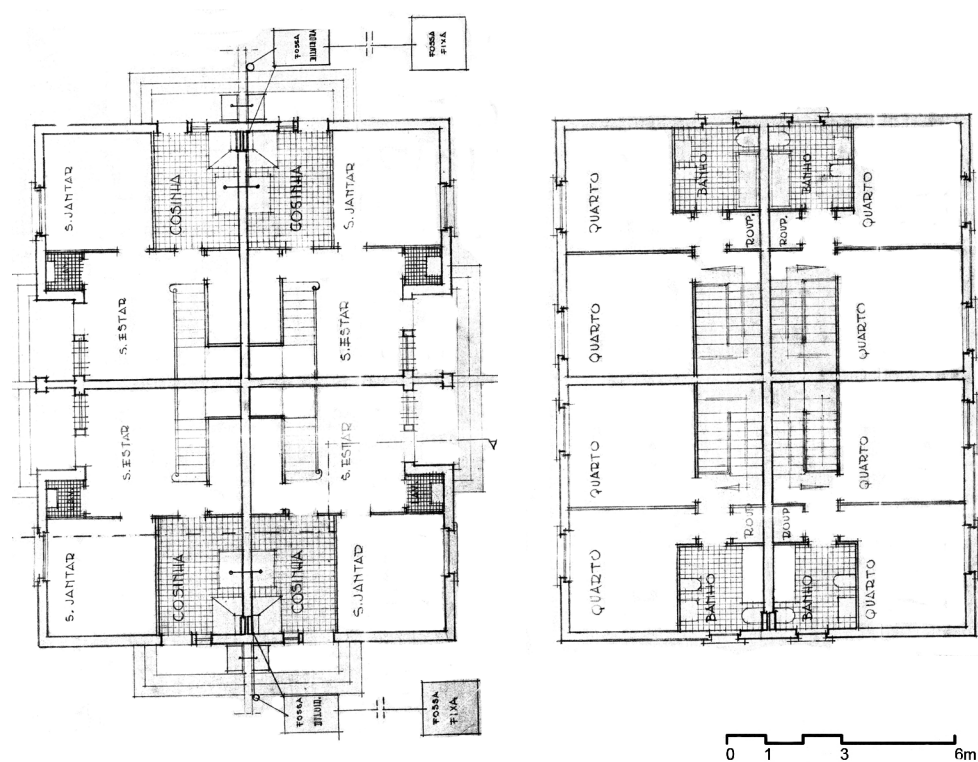
Note-se a presença das caixas de ar e da necessidade da criação de escadas para vencer o desnível entre a cota da rua e o interior dos fogos. Nas fachadas, ambos os projectos apresentam aberturas que permitem a ventilação da caixa de ar.

108 | um patamar que se pode localizar no interior ou no exterior das habitações (entre escadas e patamar referimo-nos a um consumo de espaço de um metro, aproximadamente) e dependendo de uma ou outra opção a relação da casa com a envolvente pode mudar substancialmente. Nos casos aqui abordados, a situação que mais se verifica é a de exterioridade das escadas e patamar, o que se traduz numa relação de recuo da casa face ao espaço público, pela impossibilidade espacial da presença das escadas na rua, criando, nessa distância, pátios [BPF\_3] ou jardins, como espaços de transição. Este patamar exterior fomenta igualmente a criação de alpendres [BPF\_4], elementos de transição entre o espaço público e privado e que são encarados, como já anteriormente referido, como dispositivos característicos da arquitectura dita *tipicamente portuguesa*. Quando as escadas e/ou patamar se localizam no interior das habitações percebem-se mudanças ao nível do desenho da casa, justificando muitas vezes átrios ou corredores. [BPF\_21]

No Bairro Delfim Ferreira (fig.61) podemos observar a existência de duas tipologias, que apresentam a mesma área, havendo apenas diferença na distribuição dos espaços interiores. Nas duas tipologias é possível aceder ao interior das habitações através de dois acessos: no tipo A, a entrada nobre é escavada no volume, e este espaço existe para acolher o patamar criado pela existência das escadas, entrando para um espaço distribuidor, ao qual denominaram, na planta, “hall”; já a entrada secundária é feita pela cozinha, através de um alpendre. No tipo B, a entrada nobre acontece exactamente com as mesmas características descritas anteriormente, relativas ao tipo A, mas o acesso é feito directamente para a sala de estar, assumindo este espaço a função de distribuidor, repetindo-se o acesso secundário pela cozinha com alpendre. No fundo, no tipo A, a existência de uma diferença de cota do exterior para o interior da habitação é a justificação para a criação de um espaço de distribuição, o hall, que é, na realidade, bastante sobredimensionado para a função que desempenha, com aproximadamente 8 metros quadrados de área. Nas habitações do tipo B, as mesmas circunstâncias originam uma solução diferente, se não a nível do desenho dos compartimentos, ao nível da atribuição da função a cada espaço: a sala de estar, no tipo B, seria o espaço equivalente ao hall, no tipo A, e a sala de jantar, no tipo B, seria equivalente à sala de estar, no tipo A.



Tipo A



Tipo B

Fig.61 Plantas do Bairro Delfim Ferreira, Vila do Conde, 1951. Tipo A, rés-do-chão e primeiro andar (em cima) e Tipo B, rés-do-chão e primeiro andar (em baixo).

Percebemos assim, que as mesmas premissas podem originar desenhos do espaço domésticos distintos, e, na verdade, numa análise da apropriação do espaço por parte das famílias, é notória a ocupação do espaço do hall, no tipo A, como sala, passando por vezes o compartimento definido como sala, na planta, a ser usado como quarto de dormir, pelo aumento do agregado familiar. O mesmo se observa nas casas do tipo B, onde o compartimento definido como sala de jantar se vê muitas vezes com a função de dormitório.

Esta diferença de distribuição prende-se também com o tratamento distinto que se dá a cada fachada, dependendo se esta desempenha a função de “frente” ou “lateral”: Na tipologia B, a aresta mais longa do volume é a que se assume como frente, para oeste, assim que no tratamento do alçado isso se reflecte no escavar do volume para dar a indicação da entrada, e no interior do fogo temos a sala de estar como espaço nobre de entrada. Na tipologia A, são as arestas mais curtas do volume que assumem o papel de frente, por serem as que estão orientadas a norte e sul, e que por isso se abrem para os arruamentos que permitem o acesso às habitações. Assim, de novo se observa o escavar do volume no que é a entrada nobre da habitação, que neste caso dá acesso ao hall, mas na aresta mais curta dos volumes. O alpendre marca, em ambas as tipologias, a entrada secundária para o fogo, com acesso directo à cozinha e surge na sequência da introdução do patamar criado para vencer a diferença de cota do exterior para o interior do fogo, “acolhendo” a entrada secundária.

Mas não podemos dissociar do tema da habitação operária o da desigualdade no acesso à mesma e neste âmbito importa referir que no Vale do Ave o tecido social não se pode dividir apenas entre operariado e patronato, revelando-se por isso uma complexa estrutura de posições sociais geradas pelos estabelecimentos fabris. Nas grandes fábricas, assiste-se a um poder económico e socio-cultural burguês bastante forte, resultante da propriedade dos meios de produção, bem como da constituição de dinastias industriais, com origens familiares nos inícios da industrialização da região e que se perpetuam com novos elementos.<sup>99</sup> Muitos empresários teriam como motivação para o investimento

---

99 PEREIRA, Virgílio Borges, “Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respectivas propriedades sociais”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.66.

no sector industrial assegurar um futuro promissor aos seus descendentes, acontecendo frequentemente os últimos serem gestores das empresas dos primeiros ou alcançando outros cargos de relevância. Neste sentido, atente-se na resposta dada por um industrial da região, Narciso M. Guimarães, aquando da aquisição da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela; inquirido no sentido de se perceber o porquê dessa opção, quando já possuía outras fábricas, responde: “*os meus filhos nunca hão-de ser ricos, mas vão ter muito trabalhinho toda a vida!*”<sup>100</sup>

No entanto, na estrutura fabril, são necessárias competências específicas e recorre-se inúmeras vezes a elementos externos à própria fábrica, nomeadamente técnicos de outras cidades ou mesmo estrangeiros, para desempenhar um determinado tipo de função, revelando a escassez de técnicos qualificados com conhecimentos especializados pela deficiência do ensino técnico em território nacional.<sup>101</sup> Muitos dos elementos destas dinastias industriais ausentavam-se do país para obter formação qualificada, em países como a Alemanha, França ou Inglaterra para logo poderem adquirir cargos de chefia nas fábricas da família. Há, no entanto, funções que poderiam ser desempenhadas por elementos internos da fábrica; com capacidades técnicas sólidas, reveladas enquanto operário e no que respeita igualmente as competências de liderança e disciplina, o encarregado é uma posição cimeira no contexto social local a que é importante fazer referência. Estes são, muitas vezes, oriundos de famílias operárias e não raras vezes adquirem esta posição como se de uma herança de pais para filhos se tratasse, não descurando obviamente a experiência adquirida pela longa aprendizagem no meio.<sup>102</sup>

---

100 MENDES, José Amado, “A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.25

101 Para mais informação sobre a escassez de técnicos qualificados em Portugal e consequente contratação de técnicos estrangeiros, assim como exemplos de dinastias industriais identificadas especificamente no Vale do Ave, consultar: MENDES, José Amado, “A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p. 25-28.

102 PEREIRA, Virgílio Borges, “Espaço, ruralidade e industrialização no Vale do Ave: notas para uma definição sintética das respectivas propriedades sociais”, in MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, (2002), Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p.67.

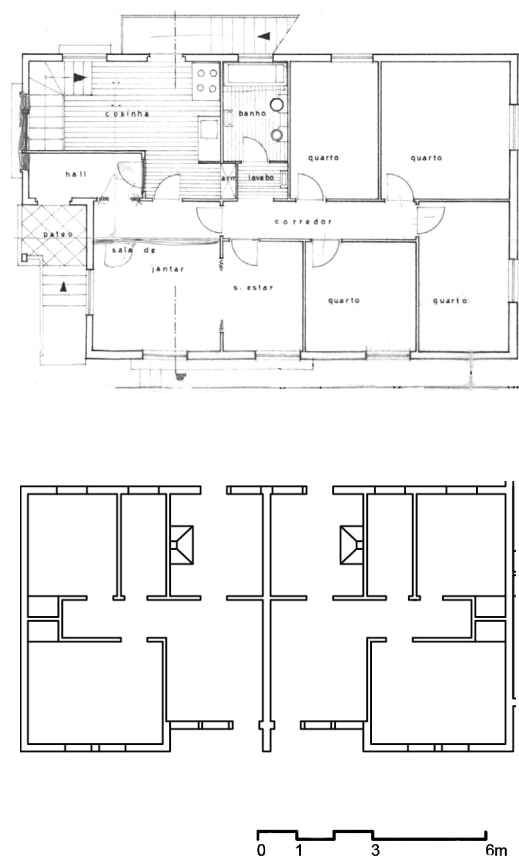
112 | São estas figuras que, aquando da distribuição de habitação de promoção fabril dita “para operários”, usufruem com prioridade ou pelo menos têm acesso a habitações de melhor qualidade construtiva e espacial, comparadas com as atribuídas a operários de baixa patente. Essas desigualdades medem-se, nomeadamente, na área dos alojamentos, invariavelmente mais generosas sempre que destinadas a funcionários pertencentes a quadros superiores dentro da hierarquia da empresa, o que influencia bastante a distribuição e qualidade dos espaços e a própria vivência do espaço doméstico. (fig. 62 e 63)

Atente-se no caso do Bairro da Arcotêxteis (fig.64), construído na década de 40, destinado aos quadros médios e altos da empresa, segundo actual morador e ex-funcionário da fábrica em questão. Este volume de três pisos, no qual o primeiro corresponde a comércio e os dois últimos a casas de dois pavimentos, é composto por oito habitações em banda, que se justapõem simetricamente, em acesso directo. Pela tipologia e características que evidencia, entende-se que não corresponde exactamente ao conceito de *habitação operária* e à premissa de economia e dimensão mínima, mas digna, dos espaços que esta pressupõe. As habitações apresentam duas frentes, para nordeste e sudoeste, e têm os seus acessos a sudoeste, pelo espaço onde se localiza o Mercado Municipal e para o qual se abrem os comércios existentes no rés-do-chão. Através de uma escada localizada à face de uma das paredes de meação faz-se o acesso ao piso superior, chegando a um espaço de distribuição central, com um pé direito bastante generoso, a partir do qual se pode aceder à sala, que se divide em dois espaços, sala de jantar e de estar, que se conectam sem uma divisão física, apenas com a presença de um pórtico que intui a separação, com duas janelas para a fachada principal, a sudoeste. Esta divisão tem aproximadamente 20 metros quadrados, e nem a sua dimensão nem o facto de existir esta divisão de espaço de refeição e de estar são características visíveis noutras habitações de promoção fabril destinadas a operários.<sup>103</sup> No mesmo piso existe uma despensa, a cozinha, pela qual se acede

---

103 Esta divisão dos espaços de sala de jantar e de estar podem também ser observados no projecto de seis casas mandadas construir pela Sociedade Têxtil de Baiona, em 1958, em Moreira de Cónegos [BPF\_24 ]. Na memória descritiva do projecto, há a referência a “(...) *seis casas para os seus empregados* (...)”, mas pela tipologia da casa e área que possui (87 metros quadrados mais cave com igual área) é possível presumir que terá sido construída para funcionários de quadros mais elevados da empresa. Importante notar que se faz referência a “funcionários” e não “operários”.





\_Fig.62 Planta de um fogo do Bairro Baiona, Guimarães, 1958, construído para os *empregados* da Sociedade Têxtil de Baiona.

\_Fig.63 Planta de dois fogos do Bairro Baiona II, Santo Tirso, 1973, construído para os *operários* da Sociedade Têxtil de Baiona.

Note-se nas fig.62 e 63 a clara diferença de áreas existente entre as duas tipologias, 87 metros quadrados (sem a área da cave) e 40 metros quadrados, respectivamente. Um fogo do Bairro Baiona equivale em área a dois fogos do Bairro Baiona II. Embora no Bairro Baiona existam quatro quartos, em comparação aos dois existentes no Bairro Baiona II, percebe-se que no geral as áreas das divisões são muito mais generosas no Bairro Baiona, para além da presença de uma sala de jantar, compartimento que não existe nos fogos mais humildes.

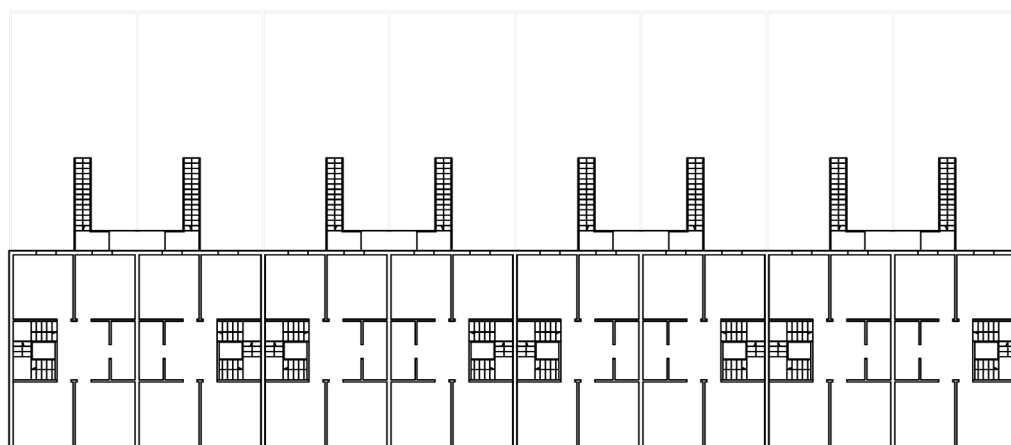
114 | ao exterior, onde uma retrete num pequeno volume se justapõe à fachada do tardo, que se abre para o quintal. Ao lado da cozinha, o “quarto da empregada”, como o denominou o morador da casa visitada; esta divisão, seguramente, não é uma característica que se possa encontrar em casas desenhadas e destinadas a operários ou classes pobres. No piso superior existem quatro quartos e uma casa de banho e todos os compartimentos apresentam áreas bastante mais generosas do que a maioria das casas neste estudo mencionadas, que primavam precisamente pela tentativa de reduzir ao máximo as áreas construídas, em busca da economia da construção. No total, cada habitação deste conjunto possui de área interior útil, aproximadamente, 120 metros quadrados, em dois pisos e um quintal de 85 metros quadrados.

O Bairro do Quinteiro, ou Centro Residencial Conde de Riba d’Ave [BPF\_19], é um outro caso interessante a analisar na abordagem ao tema da hierarquia fabril e na sua influência na atribuição das habitações, tendo um aspecto particular a referir: o valor das rendas. Localizado em Oliveira São Mateus, este bairro é o de maior dimensão presente neste estudo e revela, por isso, características muito peculiares às quais será importante atentar. Mandado construir por Raúl Ferreira, no seguimento da sua obra de urbanização da localidade de Riba d’Ave e arredores, tinha como objectivo dar habitação aos muitos operários da Fábrica Sampaio Ferreira, e foi financiado por esta e pela Caixa de Previdência Social. Desenhado pelo arquitecto e urbanista António José de Brito e Cunha, era composto por 176 habitações, em 7 tipologias distintas, cuja distribuição iria depender da hierarquia fabril, notando-se uma grande diferença de áreas e tratamento dos espaços na análise às diferentes tipologias. Neste caso em particular, embora o objectivo inicial passasse por disponibilizar as habitações aos operários das fábricas, na realidade tal não se verificou na totalidade, uma vez que os reduzidos salários auferidos pelos operários não permitiam o pagamento das rendas estabelecidas, pelo que outros inquilinos começaram a ocupar as habitações disponíveis.<sup>104</sup> Na visita ao local, é possível, no entanto, encontrar antigos operários em algumas das habitações; curiosamente, nas que apresentam

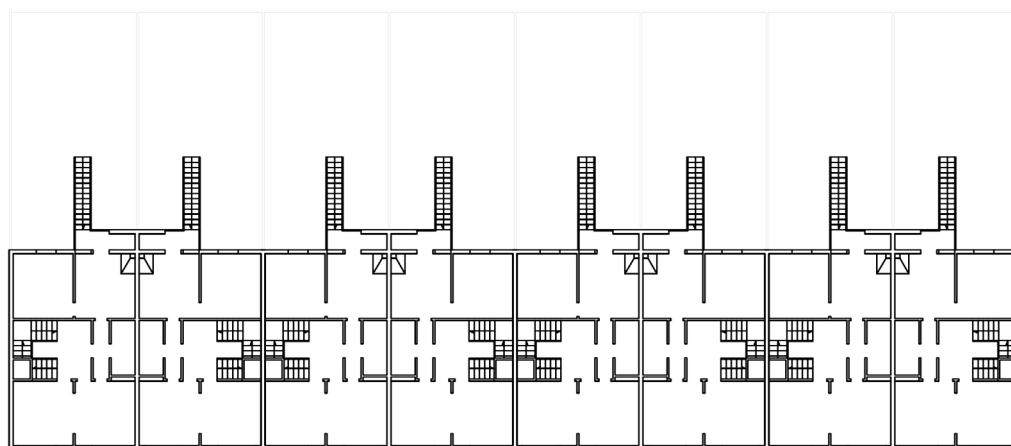
---

104 LEITÃO, Maria de Albuquerque, SARAIVA, Vânia Manuela, Riba d’Ave industrial, Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.<sup>a</sup>, Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano. Relatório Final do Programa de Bolsas de investigação na área da Cidade e da Arquitectura, Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974, 2012.

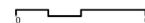




Piso 2



Piso 1

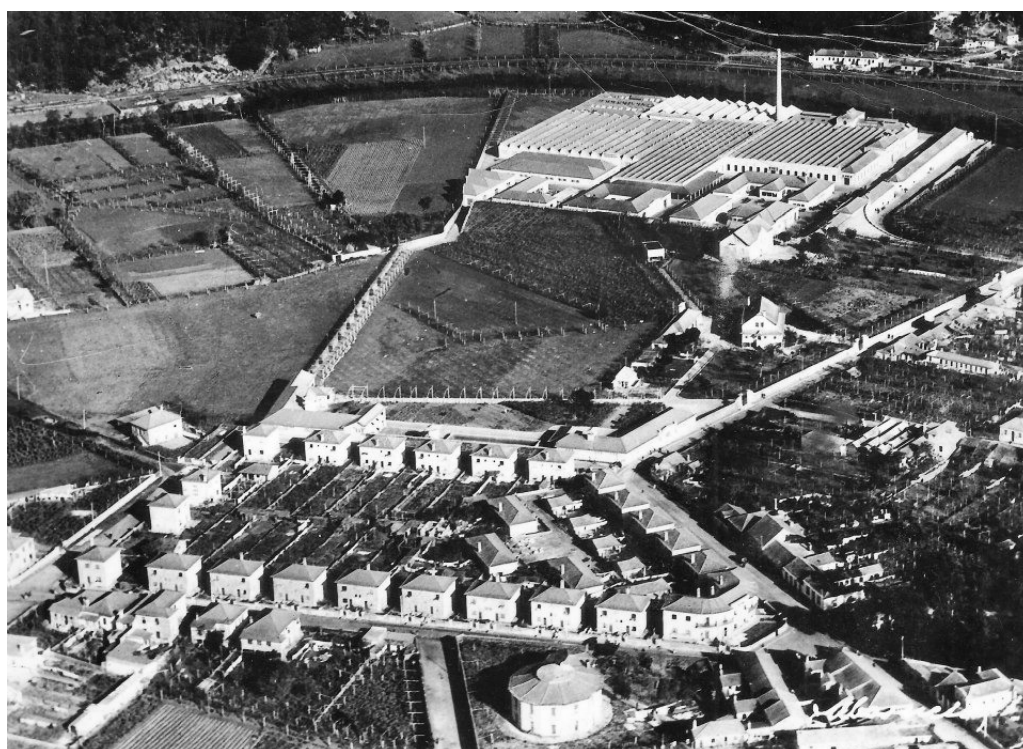
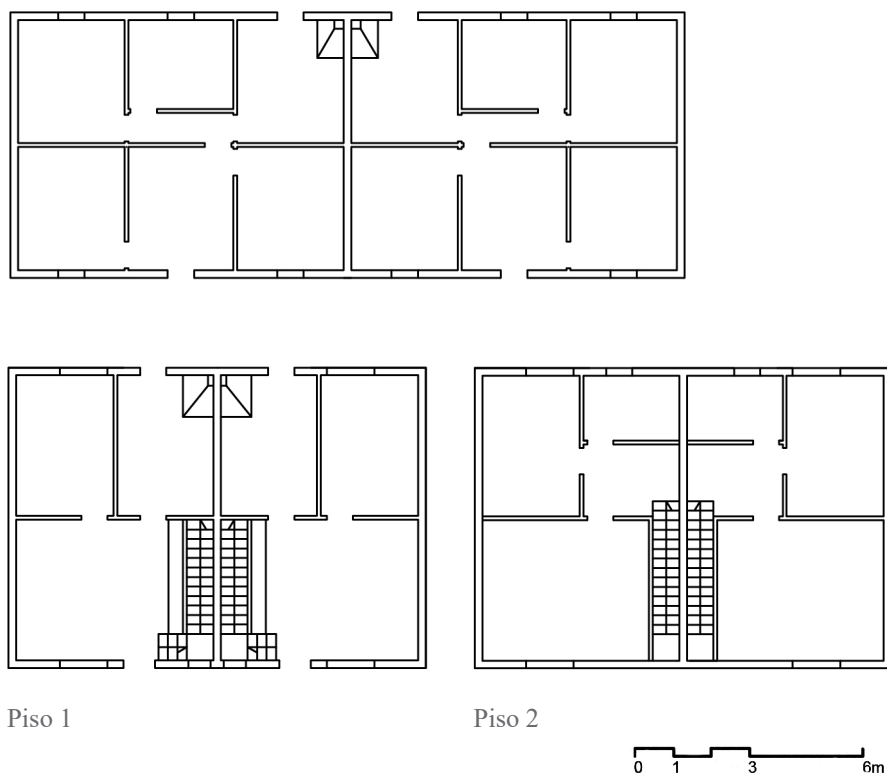


\_Fig.64 Plantas do piso 1 e 2 do Bairro da Arcotêxteis, Santo Tirso.

\_Fig.65 Vista do Bairro da Arcotêxteis, Santo Tirso.

116 | áreas mais modestas.

No Bairro do Teles é igualmente notória a diferença entre as tipologias, em termos de distribuição e dignidade dos espaços, dependendo do nível da hierarquia que ocupavam na fábrica os seus habitantes. No interior do quarteirão, as casas são geminadas e têm apenas um piso e áreas reduzidas (56 metros quadrados) e compõem-se por cozinha, sala, três quartos e uma casa de banho (localizada ao lado da cozinha e com uma área sobredimensionada em relação aos outros compartimentos), numa distribuição centralizada. As casas que ocupam o perímetro do terreno são igualmente geminadas, mas habitadas por ex-operários com cargos mais elevados dentro da hierarquia da fábrica e por isso de maiores dimensões (76 metros quadrados) e compõem-se por sala, cozinha e um quarto, no primeiro piso, e dois quartos e uma casa de banho no segundo, aos quais se acede através de um átrio distribuidor. De notar que ambas as tipologias têm o mesmo número de quartos. (fig.66, 67)



\_Fig.66 Planta de uma tipologia de casas geminadas do interior do quarteirão do Bairro do Teles, Santo Tirso.

\_Fig.67 Plantas do piso 1 e 2 de uma tipologia de casas do Bairro do Teles, Santo Tirso.

\_Fig.68 Vista aérea do Bairro do Teles.



\_04

LEITURA FINAL

O período no qual se insere esta dissertação é marcado, particularmente no campo da arquitectura, pela procura de uma identidade nacional que tenta esquivar-se das propostas modernas internacionais. Tanto o processo de industrialização mais lento e tardio, se comparado a outros países europeus, como a instabilidade política verificada em Portugal no final do século XIX e início do século XX, contribuíram para o encerramento do país em si mesmo. Procurava-se então, no país, um novo rumo para a arquitectura nacional, buscando respostas para as novas questões programáticas e sociais das cidades industriais, em que as fábricas actuam como indutores de urbanidade, sem qualquer tipo de controlo do crescimento das cidades numa primeira fase, alterando drasticamente os ritmos produtivos e a ordem social até aí existentes e que conduzem a problemas graves de salubridade com efeitos na saúde, não só de operários mas com uma incidência pública que não se podia ignorar.

Em Portugal, e também no Vale do Ave (por ser uma região em que a indústria têxtil teve um papel preponderante na indústria nacional, assim como no processo de urbanização do território), veêm-se reflectidos alguns dos factores responsáveis pela transformação da visão europeia sobre a questão da habitação operária, para o qual o debate da higiene foi essencial. O RSEU de 1903 foi uma iniciativa muito importante no sentido de controlar e garantir mínimos de qualidade no desenho e construção da casa e da própria cidade e as experiências de habitação no Vale do Ave são, no fundo, um diálogo entre modelos importados de outros países europeus (que apesar da tentativa de isolamento ainda assim subsistiam), com o debate em torno da habitação operária e do alojamento *económico, saudável e cómodo*, discutido na Europa mas também em Portugal, por reformistas, arquitectos, higienistas e teóricos sociais.

A relação entre circunstâncias locais, que se prendem com factores culturais, sociais e económicos e um contexto internacional que forneceu modelos europeus que penetram o país, ainda que filtrados pela acção do Estado, reflectiu-se nas opções tipológicas do alojamento promovido pelo Estado ou de promoção camarária e que se reproduzem, a partir do Porto e de Lisboa, pelo restante território nacional em iniciativas privadas ou paternalistas, que no Vale do Ave têm especial expressão, pelo contexto industrializado da região e pela pouca acção estatal e camarária verificada na região.

A transformação do entendimento e posterior definição do espaço doméstico foi então incitada pela reflexão e procura de uma arquitectura económica e salubre, reflectindo-se em soluções muito distintas das habitualmente utilizadas nas cidades industriais. | 121

Assume-se a disseminação das fábricas pelo território do Vale do Ave como o dispositivo que espoleta a urbanização do mesmo, em acções com características comuns: pela implantação das indústrias ao lado do rio Ave e seus afluentes, por questões energéticas, os bairros operários promovidos por industriais e os bairros de rendimento identificados, bem como os equipamentos de cariz social de promoção fabril revelam essa mesma proximidade, uma vez que um dos objectivos da sua construção era o evitar de penosas deslocações que muitos operários eram obrigados a fazer do local de residência ao local de trabalho.

Baseado numa ideia de economia da habitação mínima, de áreas bastante reduzidas (com alterações significantes quando nos referimos, no contexto do Vale do Ave, a habitação operária destinada a funcionários pertencentes a uma hierarquia superior da fábrica) nasce um novo tipo de habitação, que formalmente se cruza com o problema da Casa Portuguesa e são criados, deste modo, espaços híbridos, entre o modernismo e o tradicionalismo: os habitantes destes espaços são maioritariamente oriundos de contextos rurais, mas as habitações seguem regras que pretendem responder a necessidades modernas. A escolha da casa unifamiliar isolada, com terreno cultivável, agrupadas em pequenas comunidades, representa a ligação ao sentido de família e a sua relação com a propriedade privada, na procura de vivências semelhantes às praticadas nas aldeias de onde eram provenientes. O objectivo era o da manutenção da estrutura familiar, procurando a estabilidade, que se reflectiria num comportamento pacífico por parte do operário, por se encontrar num ambiente de tranquilidade, onde a felicidade era possível. A dicotomia cidade-campo que se verifica nos modelos da cidade-jardim, observa-se nos bairros operários pela presença do espaço exterior verde sendo este um horto, cultivável, ou um jardim, utilizável como espaço de lazer, que cria a ilusão do afastamento do trabalhador do ambiente industrial mas que o aproxima de uma realidade rural com características muito semelhantes às do contexto do qual antes fazia parte.

Praticamente todos os bairros estudados nesta dissertação revelam a escolha da habitação unifamiliar geminada ou em banda, em detrimento da unifamiliar isolada, pela economia que as primeiras soluções representavam, sem deixar de cumprir a premissa dos pequenos aglomerados. Nenhum exemplo revela a opção pelo plurifamiliar, sendo aqui também importante perceber a diferença entre o contexto demográfico do Vale do Ave em comparação com o do Porto, onde a necessidade da massificação do alojamento e a rentabilização de capitais, bem como o pragmatismo da gestão da cidade se verificavam numa escala em nada comparável ao contexto de industrialização e urbanização mais dispersa característica do Vale do Ave.

De ressaltar, igualmente, que a maioria dos projectos identificados nesta investigação datam das décadas de 1950 e 1960, o que revela iniciativas no campo da promoção de habitação operária bastante tardias, não só em relação ao contexto europeu mas tendo em conta o próprio panorama nacional. No entanto, os inícios da década de 1950 são considerados como um momento de revitalização da indústria algodoeira, em que muitas ampliam as suas instalações e há uma conjuntura favorável, inclusivamente para a criação de novas fábricas. As iniciativas de promoção fabril de bairros para operários surgem, então, numa época em que *“algumas empresas do Vale do Ave se redimensionaram, modernizaram ao nível de equipamentos, de diversificação produtiva e de organização administrativa, de forma que lhes foi possível sobreviver aos sobressaltos pós-1974 e afirmarem-se hoje ainda como grandes empresas têxteis, com uma importância significativa ao nível da criação de postos de trabalho e de produção de riqueza, nomeadamente na exportação”*<sup>105</sup>. Assim, entende-se o facto de também os bairros de rendimento imobiliário datarem essencialmente deste período e esta pode ser a justificação para a grande concentração de projectos de promoção de habitação operária nestas décadas.

---

<sup>105</sup> ALVES, Jorge Fernandes, “A Indústria Têxtil do Vale do Ave”. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 372-389.



Adicionais às perguntas colocadas no início do trabalho, ao longo deste período de estudo surgiram novas questões, que não puderam ser abordadas, ou por não serem pertinentes para esta dissertação, ou por dependerem de estudos inexistentes ou informações inacessíveis. Sendo esta uma investigação elaborada praticamente de raiz, no que à parte da identificação e caracterização dos bairros de promoção fabril e de rendimento imobiliário diz respeito, a questão temporal teve também um peso elevado na gestão das temáticas a abordar.

Assim, elencamos um conjunto de perguntas ou temas aos quais não pudemos dar resposta no decorrer deste trabalho, mas que constituem problemas relevantes e cuja análise e respostas encontradas poderão contribuir para um melhor entendimento da história da habitação popular portuguesa e que poderão ser desenvolvidos em investigações futuras. Estas questões não se prendem exclusivamente com o tema habitação ou arquitectura; são antes temáticas interdisciplinares que em cooperação contribuiriam para um conhecimento mais profundo sobre o Vale do Ave e as suas dinâmicas sociais, bem como para o reconhecimento e valorização do património industrial da região.

Uma questão importante, com a qual tivemos um primeiro contacto no decorrer das visitas aos bairros identificados, prende-se com a apropriação das habitações por parte das famílias operárias. Muitas das habitações visitadas encontram-se, como anteriormente já referido, muito alteradas relativamente ao projecto inicial e o entendimento do porquê dessas alterações, ao nível da evolução do espaço doméstico e do próprio bairro poderiam ser muito pertinentes para entender as necessidades dos habitantes e justificar opções tomadas em projectos posteriores.

Um estudo mais pormenorizado sobre alguns bairros operários no Vale do Ave, nomeadamente o Bairro do Teles em Santo Tirso e o Centro Residencial Conde de Riba d'Ave (Bairro do Quinteiro) em Vila Nova de Famalicão, seria uma importante proposta de trabalho. Por serem dois dos bairros de maior dimensão existentes na região e dos quais não existe, ou pelo menos não está de momento acessível, informação gráfica relativa a todas as tipologias existentes no conjunto,

124 | seria pertinente ter acesso a esses dados, que nos ajudariam a corroborar algumas ideias já lançadas no decorrer desta investigação e eventualmente lançar-nos para novas abordagens.

Estudar o Bairro Delfim Ferreira, em Vila do Conde, poderia ser também muito pertinente no sentido de perceber as ligações entre os seus arquitectos - Eduardo Raul da Silva Martins e Manuel da Silva Passos Júnior - e a dinastia industrial descendente de Narciso Ferreira, promotora da obra, e a relação dos mesmos com Marques da Silva, na tentativa de entender o porquê da escolha do modelo da casa quadripartida neste contexto específico.

Ainda, julgamos pertinente uma última proposta de trabalho, que incidisse na reabilitação e requalificação de algumas fábricas, bairros operários e equipamentos sociais em toda a região do Vale do Ave, por se encontrarem abandonados ou em avançado estado de degradação. As acções de reabilitação já efectuadas são muito pontuais e têm como principal alvo as fábricas e alguns equipamentos, como escolas e creches. Já os bairros e muitos outros equipamentos sociais estão entre a incerteza de se manterem como testemunhos ainda activos da industrialização da região e o esquecimento, que desvaloriza o património industrial da região.

A

FONTES  
E BIBLIOGRAFIA

126 | A.1. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

- Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
- Arquivo Municipal de Vila do Conde
- Biblioteca Almeida Garrett
- Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Biblioteca José Régio
- Biblioteca Municipal de Fafe
- Biblioteca Municipal do Porto
- Biblioteca Municipal de Santo Tirso
- Fundação Narciso Ferreira

A.2. FONTES IMPRESSAS

- *A Voz*, 01.05.1938
- *Commercio Villa do Conde*, nº 89, 02.08.1908
- *Commercio Villa do Conde*, nº 90, 09.08.1908
- *Commercio Villa do Conde*, nº 91, 16.08.1908
- *Commercio Villa do Conde*, nº 92, 23.08.1908
- *Estrela do Minho*, 24.01.1932
- *Ilustração Villacondense*, Vila do Conde, nº 35, Jan. 1913
- *Inquerito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional: 1881.
- *Jornal Renovação*, Vila do Conde, nº536, 26.05.1951
- *Jornal Renovação*, Vila do Conde, nº537, 02.06.1951
- *Jornal Renovação*, Vila do Conde, nº 648, 29.08.1953
- *Jornal Renovação*, Vila do Conde, nº 1373, 10.2.1968
- *Notícias de Famalicão*, 10.10.1936
- *O Primeiro de Janeiro*, 25.01.1932
- *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (RSEU)*, 14 de Fevereiro

de 1903

| 127

- *Revista Conservas*, Ano V, nº 54 de Junho de 1940
- *Voz do Ave*, Vila do Conde, nº 50, 28.07.1980

### A.3. BIBLIOGRAFIA GERAL

- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: 1987.
- AYMÓNINO, Carlo, *La Vivienda Racional. Ponencias de los Congreso CIAM 1929-1930*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- BÉDARIDA, Marc, PAQUOT, Thierry, *Habiter l'Utopie. Le Familistère Godin à Guise*. Paris: Éditions de La Villette, 2009 [1982].
- CAMPOS, Ezequiel, *Textos de economia e política agrária e industrial : 1918-1944*. Int. e dir. Fernando Rosas. Lisboa: Banco de Portugal, 1998.
- CARDOSO, Abílio, *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*, Edições Afrontamento e Departamento de Engenharia Civil da FEUP, 1996.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, *Exposição de Arqueologia Industrial: um século de indústria no norte: 1834-1933, o génio dos engenhos*. Porto, Associação Industrial Portuense, 1999.
- ENGELS, Friedrich, *A Questão do Alojamento*. Porto : [Editora Poveira], 1971 [1872].
- ENGELS, Friedrich, *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Edições Afrontamento, 1975 [1845].
- JORGE, Ricardo, *Hygiene Social. Applicada à Nação Portuguesa*. 1ª Série. Porto: Imprensa Civilização, 1885.
- GONÇALVES, Eliseu, “O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário”. In Virgílio Borges Pereira (ed.), *O Estado, a habitação e a questão social na cidade do Porto*, volume 2, Porto, Edições Afrontamento, 2015.

- 128 | - HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of To-Morrow*. London: Faber and Faber, 1970.
- LEAL, João, *Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- MAGRI, Susanna, TOPALOV, Christian, *Villes ouvrières 1900-1950*, Éditions L'harmattan, 1989.
- MATTOSO, José (dir.); VAQUINHAS, Irene (coord.), *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2011.
- MENDES, Manuel, *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001.
- PATRIARCA, Fátima, *A questão social no salazarismo (1930-1947)*, 2 volumes, Lisboa, IN/CM , 1995.
- PINTO, António Costa, *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926-1959*. Lisboa: Fragmentos, 1987.
- PROVIDÊNCIA, Paulo - *A cabana do higienista*. Coimbra: Ed. Darq, 2000.
- QUINCY, Antoine-Chrysostome Quatremère de, *Dizionario storico di architettura : le voci teoriche*. Ed. por Valeria Farinati e Georges Teyssot. 2ª ed. Venezia: Marsilio, 1992.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos (1928 - 1934)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.
- SENA, António, *História da imagem fotográfica em Portugal*. Porto: Porto Editora, 1998.
- TOSTÕES, Ana (coord.), *Arquitectura moderna portuguesa: 1920-1970*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.
- TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997.

- TOSTÕES, Ana, *1º Congresso Nacional de Arquitectura: relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e votos do Congresso*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008. | 129

#### A.4. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

- ALVES, Jorge Fernandes, “A Indústria em Vila Nova de Famalicão, uma perspectiva histórica”. in *História de Vila Nova de Famalicão*, 2005.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Riba d’Ave na memória da indústria algodoeira*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Fiar e Tecer - uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999
- BORGES, Nestor Rebelo, *Narciso Ferreira, Um contemporâneo do seu tempo (1862-1933)*, Fundação Narciso Ferreira, 2012.
- CHEYSSON, Émile, *La Question des Habitations Ouvrières en France et a l’Étranger*, Paris: G. Masson Éditeur, 1886.
- FONSECA, Madalena Pires da, *A Indústria Têxtil Algodoeira no Norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras UP, 2001.
- GONÇALVES, Eliseu, “As errâncias do Carré Mulhousien. Novas práticas no desenho da casa operária no Porto”. in *De Pé Sobre a Terra. Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e Movimento Operário em Portugal*. Ed. Bruno Monteiro, Joana Dias Pereira. Porto: Universidade Popular do Porto, 2013.
- INGERSON, Alice, *Contos, cartas e conversas: três histórias de família e classe no vale do ave do Estado Novo*. Instituto de Sociologia – Universidade do Porto, Dezembro de 2012.
- LEITÃO, Maria de Albuquerque, SARAIVA, Vânia Manuela, *Riba d’Ave industrial, Contributo da Fábrica Sampaio, Ferreira & C.ª, Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano*. Relatório Final do Programa de Bolsas De Investigação na Área da Cidade e da Arquitectura, Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974, 2012.

- 130 | - LINO, Raúl, *Casas Portuguesas : alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*. Lisboa: Cotovia.
- LINO, Raúl, *A nossa casa : apontamentos sobre o bom gosto na construção de casas simples*. Lisboa, 1924.
- MENDES, José Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.) (2002), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE.
- MENDES, José Amado, *A indústria em Portugal na 2ª metade do século XIX*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1990.
- MONTEIRO, Miguel, *Migrantes, emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*. Fafe, 2000.
- MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930)*, Perspectiva histórica e patrimonial. Fafe, 2004.
- PEREIRA, Virgílio Borges (org.) - *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*. Edições Afrontamento, 2012.
- PIMENTEL, Alberto, *Santo Tirso de Riba d’Ave*. Santo Tirso: Câmara Municipal, 2011.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia, *Modernidade inquieta. arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português*. Porto: Edições Afrontamento, 2015.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia – “Casa Portuguesa”. Verbete in Fernanda Rollo, dir. - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume 1. Lisboa: Edições da Assembleia da República, 2013.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia, *A casa - arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século xx português*, Porto, FAUP, 2010.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia “Ser Moderno em 1900. A arquitectura de Ventura Terra e Raul Lino”. In, *Actas do Colóquio “Caminhos e identidades da modernidade: 1910, o Edifício Chiado em Coimbra”*. Coimbra: [s.e.], 2009.



- RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Edições Afrontamento, 1994. | 131
- ROMÓN, Maria A. Castrillo, *Reformismo, vivienda y ciudad: orígenes y desarrollo de un debate: España 1850-1920*. Valladolid: Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 2001.
- SILVA, Augusto Santos, *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Edições Afrontamento, 1994.
- SILVA, Sérgio Dias, RAMOS, Rui Jorge Garcia, “Housing, Nationalism and Social Control: The First Years of the Portuguese Estado Novo’s Affordable Houses Programme”. in *Proceedings of the Southern Modernisms: Critical Stances Through Regional Appropriations*, Porto: ESAP, 19-21 February 2015.
- TAVARES, Maria. “Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência”. in PORTAS, Nuno (ed.), *Habitação para o maior número*. Portugal, os anos de 1950-1980. Lisboa: CML, IHRU, 2013.

#### A.5. DISSERTAÇÕES

- BARBOSA, José Manuel Queijo, *A flor do Campo*, Porto: FLUP 2001. Tese de Mestrado.
- GONÇALVES, Eliseu, *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933. A Prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómica nas Vésperas do Moderno*. Porto: FAUP, 2014. Tese de doutoramento.
- MARTINS, Sara Ribeiro, *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*. Porto, FAUP, 2016. Tese de mestrado.
- PAIXÃO, Diogo, *Os Bairros Operários da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses. O caso do Entroncamento até à primeira metade do século XX*. Porto, FAUP, 2016. Tese de mestrado.
- FERREIRA, Diana Vanessa, *Paisagem Industrial do Vale do Ave. Da energia*

132 | *hidráulica à energia eléctrica*. Porto, FCTUC, 2014. Tese de mestrado.

#### A.6. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- A Construção Moderna – Revista Ilustrada. “Regulamento de salubridade das edificações urbanas. Condições higiénicas a adoptar na construção dos prédios”. Volume IV, nº 103, Agosto de 1903.

- ALVES, Jorge Fernandes, Fundação Narciso Ferreira, “Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha”, in *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV, nº 8.

- ALVES, Jorge Fernandes, “Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira”, in *Ler História*, 36 (1999).

- ALVES, Jorge Fernandes, LACERDA, Silvestre, “Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela - As origens”. in *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV (1995), nº 1-2 (Janeiro/Fevereiro), p. 41-46, e nº 3.

- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Indústria e Energia na Bacia do Ave (1845-1959)”. *Cadernos do Noroeste*, Série História 1, 2001.

- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Indústria e Paisagem na Bacia do Ave”. in *Santo Tirso Arqueológico*, 1ª série, nº2, Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1992.

- DOMINGUES, Álvaro, MARQUES, Teresa Sá, “Produção industrial, reprodução social e território – materiais para uma tentativa de abordar o médio Ave”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº22 Abril de 1987.

- INGERSON, Alice, “Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão”. in *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981.

- INGERSON, Alice, “Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no Vale do Ave”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982.

- LINO, Raul, “Ainda as Casas Portuguesas”, in *Panorama*, 1941, (4).

- MENDES, José Amado, “Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercursões no desenvolvimento”. Coimbra, in *Revista de*

*História das Ideias*, 1996.

| 133

- MENDES, José Amado, “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX”.in *Análise Social*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980.
- NUNES, Eng.º José de Sousa, “Cidades Jardim. Breves apontamentos acerca das ideias directivas (II)”, in *A Arquitectura Portuguesa*, Outubro de 1932, (10).
- PEREIRA, Nuno Teotónio, “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, in *Análise Social*, 1994, (XXIX).
- PEREIRA, Raúl da Silva, “Problemática da Habitação em Portugal - I”, in *Análise Social*, 1963, (1).
- PEREIRA, Raúl da Silva, “Problemática da Habitação em Portugal - II”, in *Análise Social*, 1963, (2).
- RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu, SILVA, Sérgio – “From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal”, in *DOCOMOMO Journal*. Nº 51, Novembro 2014.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia, Técnica, medicina e arquitectura: outros caminhos da história. in *Portal Vitruvius*. Nº 243 (2009).
- REIS, Jaime, A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913, in *Análise Social*, vol. XXIII (96), 1987-2.º
- RIBEIRO, Orlando, “Entre-Douro-e-Minho”, in *Revista da Faculdade de Letras, Geografia*, I Série, vol. III, 1987.
- SERRA, Nuno, *Território e habitação em Portugal*, nº 101, Dezembro, 1997.
- SILVA, Carlos Nunes, “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, in *Análise Social*. Vol. XXIX, 3.º, n.º 127 (1994).
- TEIXEIRA, Manuel C., “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, vol. XXVII, (115) 1992, (1º).

- 134 | - TEIXEIRA, Manuel C., “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes”. in *Análise Social*. Volume XXVIII, 2ºano, nº 127, 1993.
- VIDAL, Vicente Manuel, “Indústria: cidade e território; a geografia da indústria”. in *Arquitectura da Indústria*, 1925-1965. Registo DOCOMOMO Ibérico. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico, 2004.

#### A.7. ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS

- COSTA, Francisco da Silva, CORDEIRO, José Manuel Lopes, *Património Hidráulico e Arqueologia Industrial: o caso do Rio Ave no Noroeste de Portugal*. Disponível em: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25049/1/PATRIM%20C3%93NIO%20HIDR%20C3%81ULICO%20E%20ARQUEOLOGIA%20INDUSTRIAL%20O%20CASO%20DO%20RIO%20AVE%20NO%20NOROESTE%20DE%20PORTUGAL\\_F.Costa%20J.%20Lopes%20Cordeiro.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25049/1/PATRIM%20C3%93NIO%20HIDR%20C3%81ULICO%20E%20ARQUEOLOGIA%20INDUSTRIAL%20O%20CASO%20DO%20RIO%20AVE%20NO%20NOROESTE%20DE%20PORTUGAL_F.Costa%20J.%20Lopes%20Cordeiro.pdf)
- [https://issuu.com/fundacaomarquesdasilva/docs/ebook\\_expo1953\\_vf1](https://issuu.com/fundacaomarquesdasilva/docs/ebook_expo1953_vf1). Consultado a 11 de Agosto de 2017
- <http://dopresente.blogspot.pt/>. Consultado a 31 de Agosto de 2017
- <http://www.cpf.pt/> - Site oficial do Centro Português de Fotografia.
- <http://www.rotanoave.com/> - Site oficial da rota do património industrial do Vale do Ave.
- <https://fims.up.pt/> - Site oficial da Fundação Marques da Silva.

B

CRÉDITOS  
DE IMAGEM

136 | \_Fig.1 MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.) (2002), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, p. 45.

\_Fig.2 FERREIRA, Diana Vanessa, *Paisagem Industrial do Vale do Ave. Da energia hidráulica à energia eléctrica*. Porto, FCTUC, Janeiro 2014, p.190.

\_Fig.3 *Idem*, p.76.

\_Fig.4 Disponível em:<http://pinheiroempauta.blogspot.pt/2014/08/o-algodao-no-maranhao.html>. Consultado a 22 de Agosto de 2017.

\_Fig.5 Disponível em: <http://amodaportuguesa.blogspot.pt/2011/11/>. Consultado a 23 de Agosto de 2017.

\_Fig.6 Disponível em: <http://arspblica.blogspot.pt/2013/03/estado-novo-propaganda.html>. Consultado a 3 de agosto de 2017.

\_Fig.7 Disponível em: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/05/propaganda-do-estado-novo-5.html>. Consultado a 3 de agosto de 2017.

\_Fig.8 Disponível em: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2010/05/as-ilhas-do-porto-cidade-do-porto.html>. Consultado a 3 de agosto de 2017.

\_Fig.9 Disponível em: <http://www.vortexmag.net/patio-do-carrasco-o-local-onde-morava-o-alfacinha-mais-odiado-de-lisboa/>. Consultado a 3 de agosto de 2017.

\_Fig.10 Cartografia elaborada pela autora.

\_Fig.11 Desenho produzido pela autora.

\_Fig.12 Fotografia da autora.

\_Fig.13 Desenhos cedidos pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães.

\_Fig.14 Desenhos cedidos pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.

\_Fig.15 *Idem*.

\_Fig.16 Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.

\_Fig.17 LEITÃO, Maria de Albuquerque, SARAIVA, Vânia Manuela, *Riba d'Ave industrial, Contributo da Fábrica Sampaio, Ferreira & C.ª, Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano*. Relatório Final do Programa de bolsas de investigação na área da cidade e da Arquitectura, cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974, 2012, p.11.

\_Fig.18 *Idem*.

\_Fig.19 *Idem*.

\_Fig.20 *Idem*.

\_Fig.21 *Idem*.

\_Fig.22 *Idem*.

\_Fig.23 Disponível em: <http://entre-ambos-os-aves.blogspot.pt/2012/06>. Consultado a 23 de agosto de 2017.

\_Fig.24 FERREIRA, Diana Vanessa, *Paisagem Industrial do Vale do Ave. Da energia hidráulica à energia eléctrica*. Porto, FCTUC, Janeiro 2014, p.70.

\_Fig.25 Disponível em: <http://luiscarmelo.blogspot.pt/2005/09/>. Consultado a 24 de Agosto de 2017.

\_Fig.26 Disponível em: <http://blogdaruanove.blogs.sapo.pt/2007/09/?page=10>. Consultado a 24 de agosto de 2017.

\_Fig.27 Fotografia da autora.

\_Fig.28 Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06278.00163>. Consultado a 3 de agosto de 2017

\_Fig.29 Disponível em: [http://www.triplov.com/hist\\_fil\\_ciencia/ricardo\\_jorge/almanaque/index.htm](http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/ricardo_jorge/almanaque/index.htm). Consultado a 14 de Setembro de 2017

\_Fig.30 Alçado cedido pela Câmara Municipal de Fafe.

\_Fig.31 Alçado cedido pelo Arquivo Municipal de Alfredo Pimenta, Guimarães.

\_Fig.32 *Idem*.

- 138 | \_Fig.33 Planta cedida pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.
- \_Fig.34 Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.
- \_Fig.35 Alçado cedido pela Câmara Municipal de Fafe.
- \_Fig.36 Alçado cedido pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.
- \_Fig.37 *Idem*.
- \_Fig.38 Desenho produzido pela autora.
- \_Fig.39 Alçado cedido pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães.
- \_Fig.40 *Idem*.
- \_Fig.41 Desenho produzido pela autora.
- \_Fig.42 *Idem*.
- \_Fig.43 Planta cedida pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães.
- \_Fig.44 Planta cedida pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.
- \_Fig.45 Desenho produzido pela autora.
- \_Fig.46 *Idem*.
- \_Fig.47 Planta cedida pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães.
- \_Fig.48 *Idem*.
- \_Fig.49 Plantas cedidas pela Câmara Municipal de Fafe.
- \_Fig.50 Planta cedida pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.
- \_Fig.51 *Idem*.
- \_Fig.52 Desenho produzido pela autora.
- \_Fig.53 *Idem*.
- \_Fig.Planta cedida por morador do bairro e alterada pela autora.



\_Fig.55 Desenho produzido pela autora.

| 139

\_Fig.56 Corte cedido por morador do bairro.

\_Fig.57 Corte cedido pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.

\_Fig.58 *Idem*.

\_Fig.59 Desenhos cedidos pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.

\_Fig.60 *Idem*.

\_Fig.61 Plantas cedidas pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde.

\_Fig.62 Desenho produzido pela autora.

\_Fig.63 Planta cedida pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães.

\_Fig.64 Desenhos produzidos pela autora.

\_Fig.65 Fotografia da autora.

\_Fig.66 Desenho produzido pela autora.

\_Fig.67 *Idem*.

\_Fig.68 Disponível em: <https://www.facebook.com/santotirsocomhistoria/photos/a.511816745551319.1073741838.490757150990612/513354162064244/?type=3&theater>. Consultado a 4 de abril de 2017.



\_C

BAIRROS  
DE PROMOÇÃO FABRIL  
E DE RENDIMENTO IMOBILIÁRIO  
NO VALE DO AVE

FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

142 | Nota prévia:

O catálogo de fichas de identificação e caracterização diz respeito a um total de quarenta e cinco bairros identificados na região do Vale do Ave (projectos não construídos, construídos e parcial ou totalmente demolidos e adaptações de edifícios já existentes), distribuídos pelos concelhos de Vila do Conde, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Fafe. Esta é a ordem pela qual aparecerão organizados, de jusante a montante do rio, seguindo depois um critério cronológico, dos mais antigos para os mais recentes, dentro da organização por concelho. Ainda por organização concelhia, primeiramente serão apresentados os bairros de promoção fabril (identificados com a sigla BPF) e logo os de rendimento imobiliário (identificados com a sigla BRI). Os bairros não datados aparecerão no final da organização por concelho. No total, os bairros fabris identificados são trinta e dois e os de rendimento imobiliário, treze.

O Bairro Baiona II está localizado em Vilarinho, Santo Tirso, numa zona limítrofe do concelho. Foi promovido pela Sociedade Têxtil de Baiona, assim como o Bairro Baiona, mas este já localizado em Moreira de Cónegos, Guimarães. Como a informação de arquivo relativa aos dois bairros estava presente em Guimarães, optou-se pela inclusão de ambos no mesmo concelho.

Procede-se à enumeração dos mesmos pela ordem previamente explicada, seguida também nas fichas de identificação e caracterização:

#### VILA DO CONDE:

BPF\_01 – Bairro da Companhia Rio Ave, 1933

BPF\_02 – Bairro da Chenop, 1942

BPF\_03 – Bairro Aviz, 1943

BPF\_04 – Bairro Delfim Ferreira, 1951

BPF\_05 – Bairro do Mestres, n/a

BPF\_06 – Edifício da antiga Moagem, n/a

BRI\_01 – Bairro do Mindelo, 1954

#### SANTO TIRSO:

BPF\_07 – Bairro da Arcotêxteis, 1947

BPF\_08 – Bairro do Teles, década de 1940/1950

BPF\_09 – Bairro do Teles II, década de 1950

BPF\_10 – Bairro da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela (projecto), n/a

BPF\_11 – Bairro Vizela (adaptação de dois edifícios pré-existentes a habitação), n/a | 143

BPF\_12 – Bairro Vizela II, n/a

BRI\_02 – Bairro Joaquim Moreira, década de 1930

#### VILA NOVA DE FAMALICÃO:

BPF\_13 – Bairro das Casinhas, década de 1920

BPF\_14 – Bairro Teixeira, 1952

BPF\_15 – Bairro Augusto Correia Abreu, 1961

BPF\_16 – Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica II, 1963

BPF\_17 – Bairro de S. José, 1964

BPF\_18 – Bairro da Relação, 1968

BPF\_19 – Centro Residencial Conde de Riba d'Ave/ Bairro do Quinteiro, 1969

BPF\_20 – Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica, n/a

BPF\_21 – Bairro Oliveira & Ferreira, n/a

BRI\_03 – Bairro do Cardoso, década de 1950

#### GUIMARÃES:

BPF\_22 – Bairro da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, 1922

BPF\_23 – Bairro da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães II, 1922

BPF\_24 – Bairro Baiona, 1958

BPF\_25 – Bairro da Cabreira, 1958

BPF\_26 – Bairro da Cabreira II, 1965

BPF\_27 – Bairro da Soalheira, 1968

BPF\_28 – Bairro Têxtil, 1971

BPF\_29 – Bairro Baiona II, 1973

BPF\_30 – Bairro da Cuca, n/a

BRI\_04 – Bairro Nossa Senhora de Fátima, 1930

BRI\_05 – Bairro Torres Carneiro, 1948

BRI\_06 – Bairro da Cola, 1952

BRI\_07 – Bairro Paredes Alagadas, 1955

BRI\_08 – Bairro Sr.<sup>a</sup> da Luz, 1955

BRI\_09 – Bairro de Santa Teresinha, 1957

BRI\_10 – Bairro no lugar de Novais, 1958

BRI\_11 – Bairro na rua Cruz, 1961

BRI\_12 – Bairro Manuel Machado, 1962

BRI\_13 – Bairro do Pinheiro, 1962

#### FAFE:

BPF\_31 – Bairro de Antime, década de 1930

BPF\_32 – Bairro Manuel Cardoso Martins (antigo bairro S. José), década de 1940

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



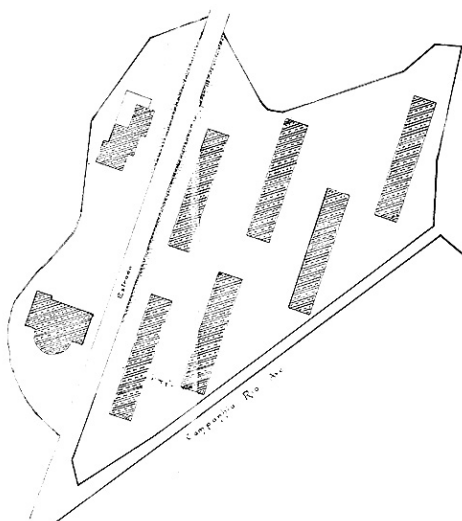
© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA



Arquivo Municipal de Vila do Conde

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



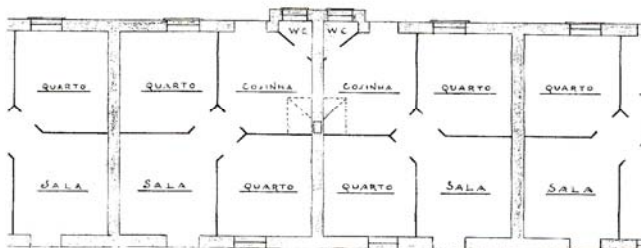
Arquivo Municipal de Vila do Conde

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

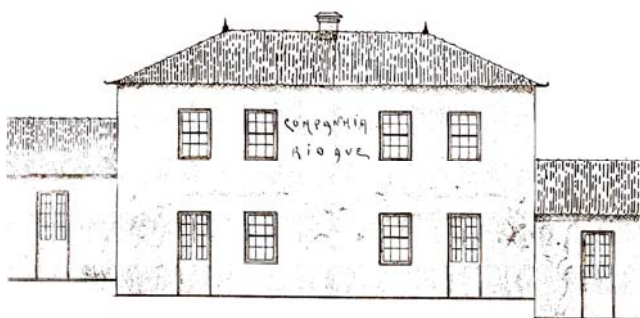
PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal de Vila do Conde

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal de Vila do Conde

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Avenida Bernardino Machado  
41°21'31.3"N 8°43'38.7"W  
construido ☐ parcialmente construido ☒  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐ não construido ☐

Vila do Conde

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 37 fogos representados: 48  
área exterior: pátio frontal

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	48	0	1	1	2	0	1	0	0	0		1	28	15
S2														

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada  
S2

sem distribuição ☐ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial  
promotor: Companhia Rio Ave  
projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 6 área terreno<sup>m²</sup>: 6333  
equip. apoio: creche, escola, hortas e tanques comunitários  
espaço público: rua particular  
rua âncora: Rua Cap. Carlos da Fonseca

renda

n/a

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	48 S1	1932	n/a	n/a	1933
F2					

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal de Vila do Conde

cota: Nº Inv. 2676 e 2678

folhas:

licença de obra:

data entrada: 1932

data de referência do projecto: 1933

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Biblioteca António Régio, Vila do Conde

- Jornal Renovação, nº 537, p.3, 1951.06.02

NOTAS



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



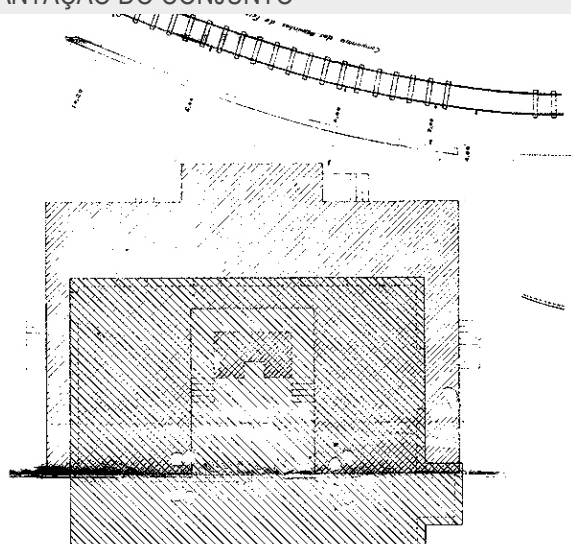
© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA



Arquivo Municipal de Vila do Conde

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

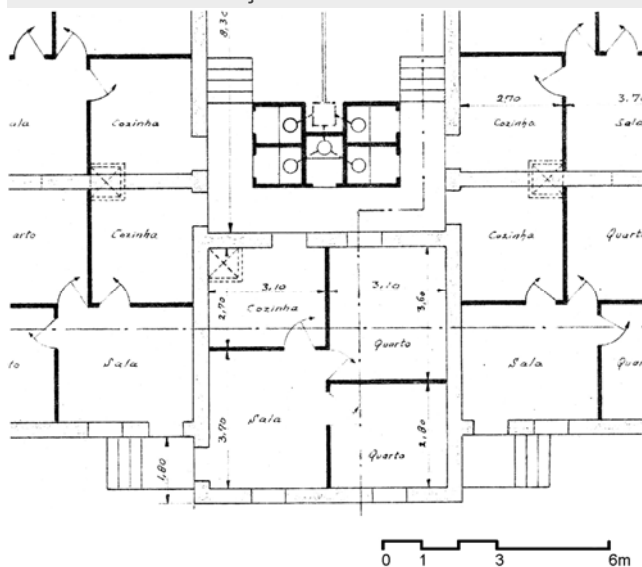


Arquivo Municipal de Vila do Conde

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal de Vila do Conde

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal de Vila do Conde



INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Avenida Figueiredo Faria  
41°21'11.1"N 8°44'07.0"W  
construido ☒ parcialmente construido ☐  
demolido ☒ parcialmente demolido ☐  
não construido ☐

Vila do Conde

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 5 fogos representados: 5  
área exterior: **pátio central**

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m2</sup>	área ext <sup>m2</sup>
S1	5	0	1	1	2	0	0	1	0	0	1	40	52	
S2														

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida: pátio  
S2  
sem distribuição ☐ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial  
promotor: Companhia Hidro Eléctrica do Varosa  
projectista: Joaquim Faria Moreira  
Construtor Civil

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 1 área terreno<sup>m2</sup>: 791  
equip. apoio: n/a  
espaço público: logradouro  
rua âncora: n/a

renda

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	5 S1	n/a	n/a	n/a	1942
F2					

construção (S1)  
alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal de Vila do Conde  
licença de obra:

cota: PO 5/42  
data entrada: 1941

folhas:  
data de referência do projecto: 1942

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Segundo um antigo morador, os inquilinos não pagavam renda; sendo funcionários da Companhia Hidro Eléctrica do Varosa (mais tarde CHENOP) teriam de estar disponíveis a qualquer momento para consertar avarias que pudessem acontecer.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

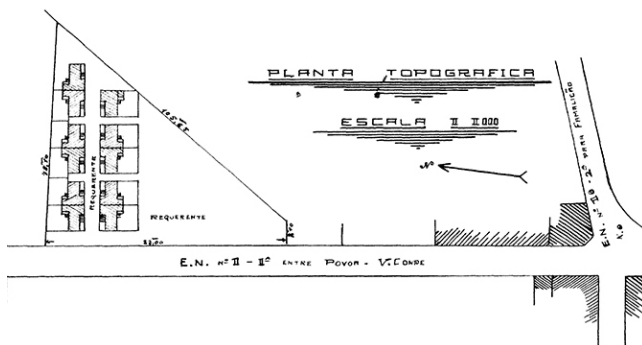


© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

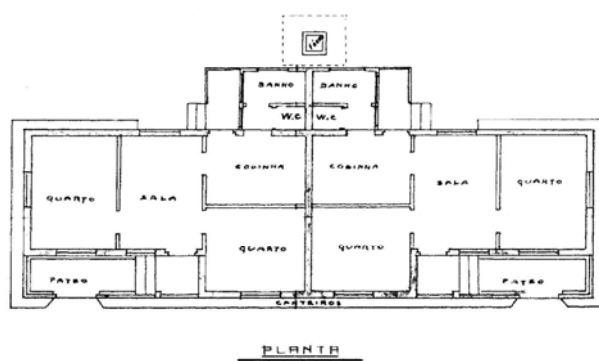
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal de Vila do Conde

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



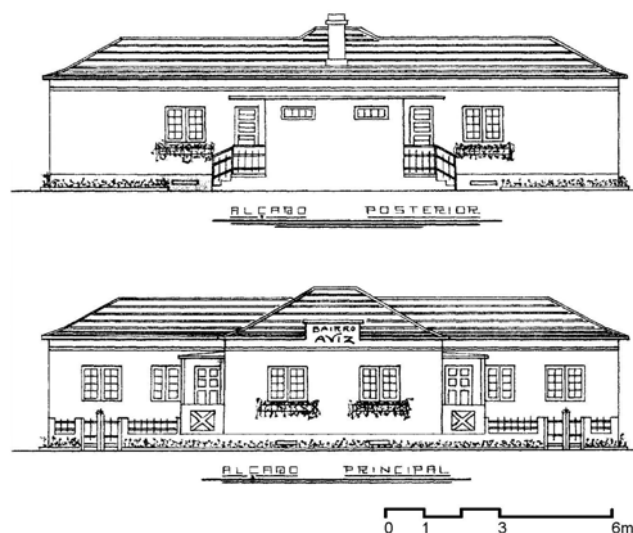
Arquivo Municipal de Vila do Conde

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal de Vila do Conde

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua 5 de Outubro

Vila do Conde

fogos elegíveis/autorizados: 6

fogos representados: 11

41°22'08.5"N 8°45'05.9"W

área exterior: **pátio frontal**

construido ☐ parcialmente construido ☒ não construido ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Edmundo Ferreira

projectista: Francisco Teixeira Júnior

Técnico

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 6

área terreno<sup>m²</sup>: 1365

equip. apoio: n/a

espaço público: rua particular

rua âncora: n/a

renda

n/a

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal de Vila do Conde

cota: PO 3/44

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1943

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Revista Conservas, Ano V, nº 54, de Junho de 1940

NOTAS



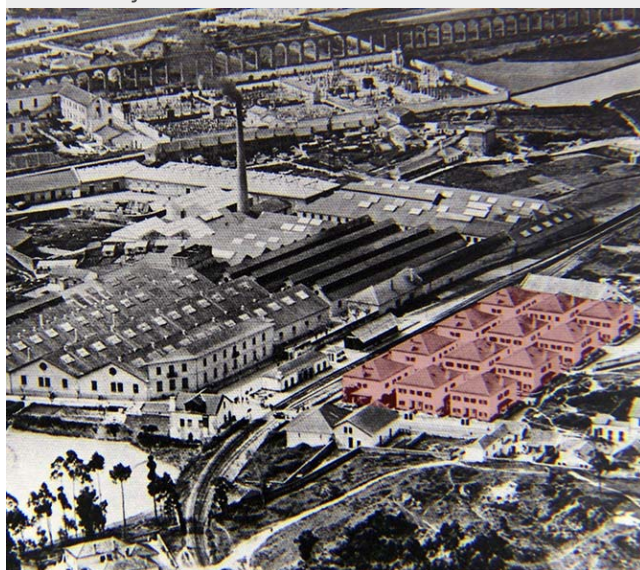
INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



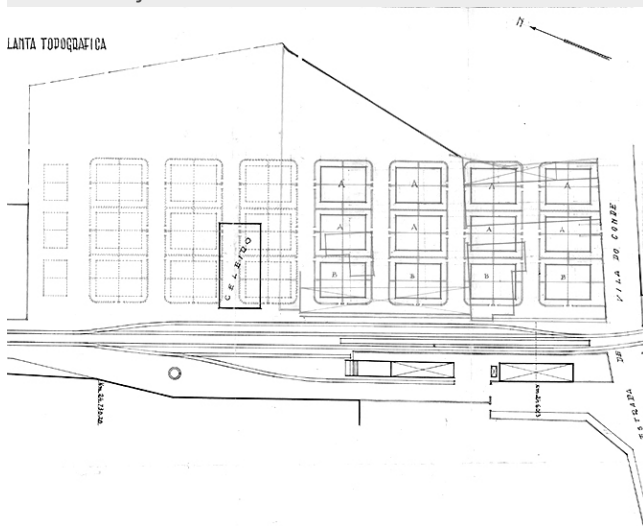
© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA



Arquivo Municipal de Vila do Conde

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



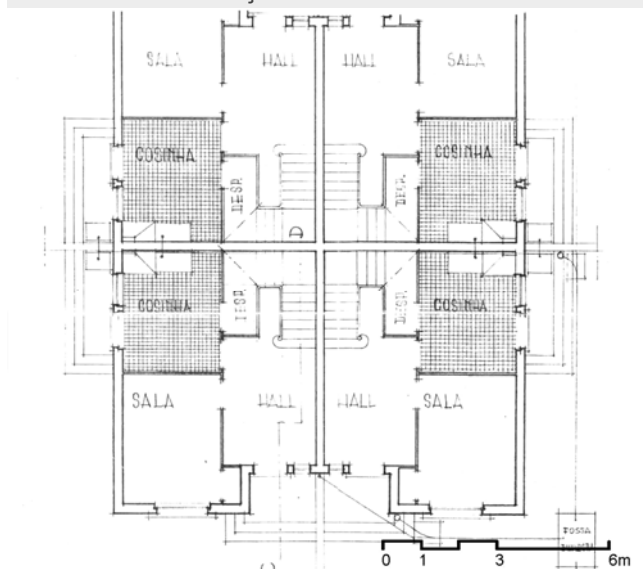
Arquivo Municipal de Vila do Conde

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



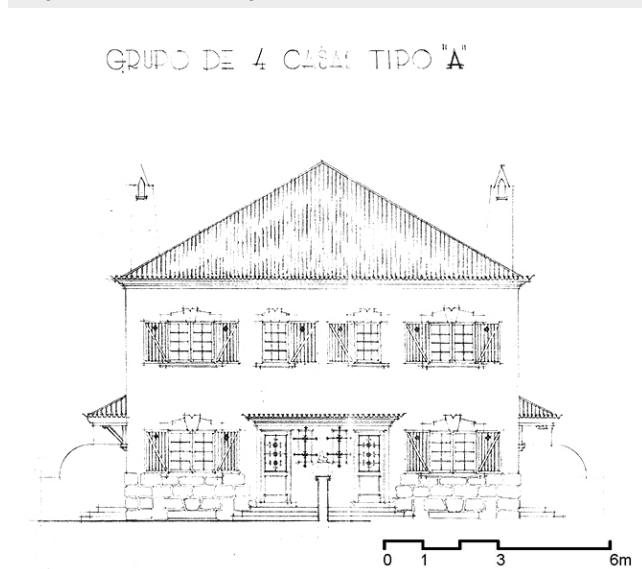
Fotografia da autora

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal de Vila do Conde

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal de Vila do Conde

Bairro Delfim Ferreira

1951

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Avenida Bernardino Machado

Vila do Conde

41°21'15.0"N 8°44'05.7"W

construído ☐  
demolido ☐

parcialmente construído ☒  
parcialmente demolido ☐

não construído ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Ferreira & Irmão, Lda

projectista: Manoel Passos Júnior e Eduardo da Silva

Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 12 área terreno<sup>m²</sup>: 4230

equip. apoio: n/a

espaço público: ruas particulares

rua âncora: Rua Castelões Sul

renda

Tipo A - 75 escudos por mês ; Tipo B - 50 escudos por mês

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 48

fogos representados: 84

área exterior: jardim perimetral

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	32	1	1	1	2	0	1	0	1	2	2	60	26
S2	16	0	2	1	2	0	1	0	1	1	2	60	26

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2 individual agrupada: geminada: quadripartida

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☒

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 48 S1+S2	1948		1951	1951
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒

estrutura cobertura em madeira ☒

tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal de Vila do Conde

cota: PO 278/48

folhas: 4 a 8

licença de obra: 278

data entrada: 1948

data de referência do projecto: 1951

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Biblioteca António Régio, Vila do Conde

- Jornal Renovação, nº 536, p.5, 1951.05.26

- Jornal Renovação, nº 537, p.4, 1951.06.02

NOTAS

Informação relativa à renda obtida por consulta dos jornais acima mencionados.



Bairro dos Mestres

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

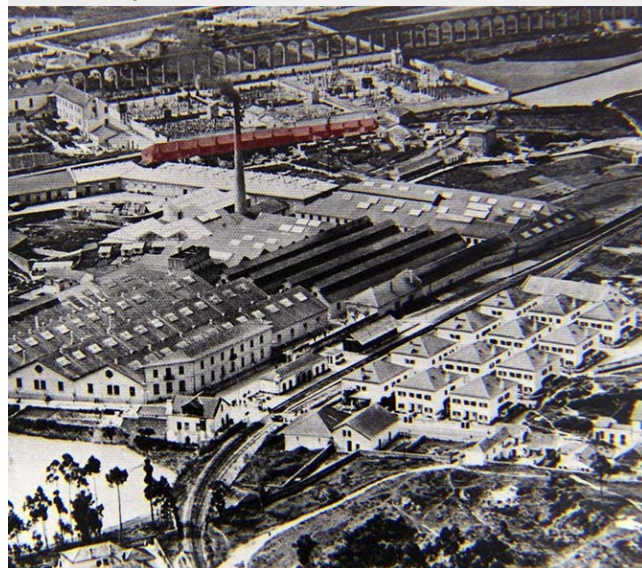
### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA



Arquivo Municipal de Vila do Conde

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

n/a |

n/a |

Bairro dos Mestres

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Avenida Figueiredo Garcia

Vila do Conde

41°21'16.2"N 8°44'17.5"W

construído ☒

parcialmente construído ☐

não construído ☐

demolido ☐

parcialmente demolido ☒

fogos elegíveis/autorizados: 12

fogos representados: n/a

área exterior: n/a

soluções

unidades

átio

sala

cozinha

quartos

alcova

retrete int.

retrete ext.

banho

dispensa

nº pisos

área int<sup>m²</sup>

área ext<sup>m²</sup>

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Ferreira & Irmão, Lda

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 1

área terreno<sup>m²</sup>: 450

equip. apoio: n/a

espaço público: n/a

rua âncora: Rua Narciso Ferreira

renda

n/a

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Biblioteca António Régio, Vila do Conde

- Jornal Renovação, nº 536, p.5, 1951.05.26

NOTAS

Sabe-se que a data de construção deste bairro será anterior a 1951, uma vez que no Jornal Renovação, nº 536, p.5, 1951.05.26 há referência ao bairro dos mestres.

Edifício da antiga moagem

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA



Arquivo Municipal de Vila do Conde

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

n/a |

n/a |



Edifício da antiga moagem

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua da Igreja

41°21'24.3"N 8°43'36.1"W

construído

parcialmente construído

demolido

parcialmente demolido

Vila do Conde

Retorta

não construído

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Companhia Rio Ave

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 1

área terreno<sup>m²</sup>: 640

equip. apoio: escola

espaço público: n/a

rua âncora: Avenida Bernardino Machado

renda

800 réis por mês

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: n/a

fogos representados: n/a

área exterior: n/a

soluções

unidades

átrio

sala

cozinha

quartos

alcova

retrete int.

retrete ext.

banho

dispensa

nº pisos

área int<sup>m²</sup>

área ext<sup>m²</sup>

S1

S2

S1

S2

sem distribuição

distribuição axial

distribuição centralizada

faseamento

nº fogos/ solução:

projecto:

constr.:

uso:

data ref.:

F1

F2

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra

estrutura cobertura em madeira

tabique interior

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002, p. 121

NOTAS

Este edifício terá sido adaptado, de uma antiga moagem a habitação de operários da Companhia Rio Ave. A informação relativa à renda é a apontada no livro acima referido.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

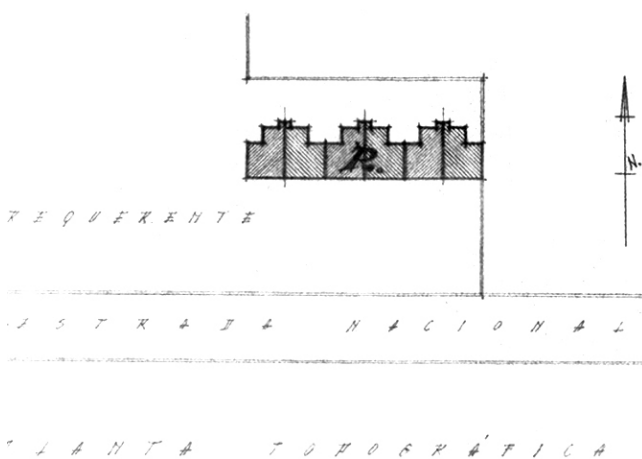


© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

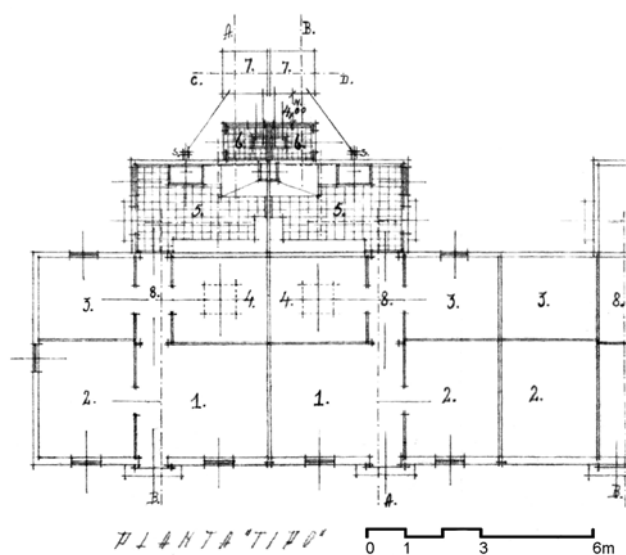
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal de Vila do Conde

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



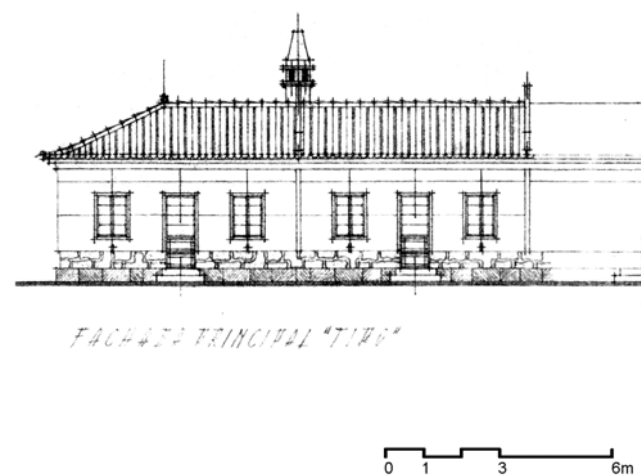
Arquivo Municipal de Vila do Conde

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal de Vila do Conde

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Av. Primeiro de Maio

Vila do Conde

41°19'40.2"N 8°43'02.9"W

Árvore

construido ☐ parcialmente construido ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

não construido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 14

fogos representados: 6

área exterior: jardim frontal

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	6	1	2	1	1	0	0	1	0	1	1	1	43	72
S2														

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

sem distribuição ☐

distribuição axial ☒

distribuição centralizada ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

promotor: José Francisco Vieira

projectista: Alfredo R. Casaes Rodrigues

Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 1

área terreno<sup>m²</sup>: 1075

equip. apoio: n/a

espaço público: rua particular

rua âncora: Av. Primeiro de Maio

renda

n/a

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal de Vila do Conde

cota: PO 331/54

folhas:

licença de obra: 387 a 394

data entrada: 1954

data de referência do projecto: 1954

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

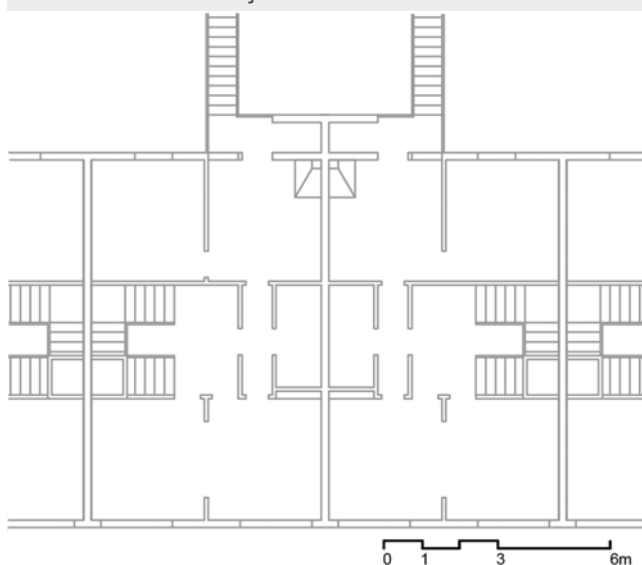
n/a |

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Levantamento efectuado pela autora

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua São João de Brito  
41°20'37.0"N 8°28'38.0"W  
construido ☐ parcialmente construido ☐ não construido ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 8 fogos representados: n/a  
área exterior: horta posterior  

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m2</sup>	área ext <sup>m2</sup>
S1	8	1	1	1	4	0	0	1	1	1		2	120	84
S2														

S1 individual agrupada: banda (por simetria)  
S2  
sem distribuição ☐ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial  
promotor: Empresa Industrial de Santo Tirso (Arcotêxteis)  
projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 1 área terreno<sup>m2</sup>: 1296  
equip. apoio: n/a  
espaço público: n/a  
rua âncora: Avenida Sousa Cruz

renda

200 escudos por mês

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	8 S1	n/a	n/a	n/a	1947
F2					

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1947

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

A data do projecto foi obtida através de testemunho oral, do proprietário de uma das lojas do edifício, referindo que se trata da data do registo predial. Quanto ao valor da renda, foi obtido também por testemunho oral, do Sr. Pereira, antigo trabalhador e actual morador de uma das casas do bairro. Estas casas destinavam-se aos funcionários dos quadros médios e altos da empresa.



## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

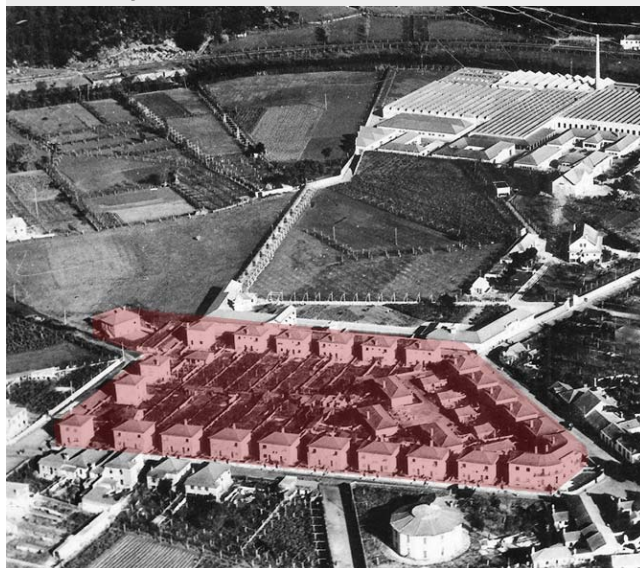


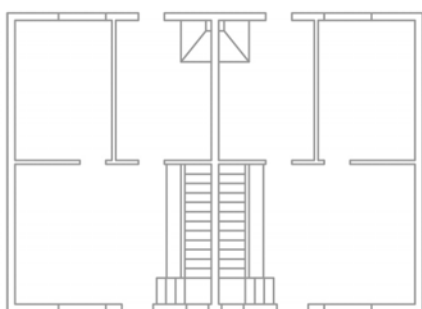
Imagem disponível na página web Santo Tirso com história

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Indústria

Santo Tirso

41°20'53.3"N 8°28'44.3"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

fogos elegíveis/autorizados: 50

fogos representados: n/a

área exterior: pátio frontal, horta posterior

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso

projectista: Sequeira Braga

Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 27

área terreno<sup>m²</sup>: 15165

equip. apoio: n/a

espaço público: rua particular

rua âncora: Rua São Bento da Batalha

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	36	0	1	1	3	0	0	0	1	0	2	80	90
S2	6	0	1	1	3	0	0	0	1	0	1	56	20
S1 individual agrupada: geminada: recuada													
S2 individual agrupada: geminada: interior parcela													
sem distribuição <input type="checkbox"/> distribuição axial <input type="checkbox"/> distribuição centralizada <input checked="" type="checkbox"/>													

renda

n/a

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 50				1940 / 50
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Planta desenhada com base em levantamento no local (casa do sr. Roriz, antigo trabalhador da fábrica). Por testemunho deste, sabe-se que há casas de diferentes tipologias, mas apenas foi possível realizar o levantamento de duas tipologias.

Os valores preenchidos no parâmetro "associação e caracterização do fogo" foram preenchidos com base na imagem aérea apresentada.

Também por testemunhos orais, sabe-se que o bairro foi construído entre o final da década de 40 e o início da de 50, do século XX.



## INFORMAÇÃO GRÁFICA

## LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

## IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

## LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA



Imagem disponível na página web Santo Tirso com história

## FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

## PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

## ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

n/a |

n/a |

Bairro do Teles II

década de1950

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Mulatinhos

Santo Tirso

41°21'00.5"N 8°28'48.2"W

construido

☒

parcialmente construido

☐

não construido

☐

demolido

☐

parcialmente demolido

☐

fogos elegíveis/autorizados:10

fogos representados:n/a

área exterior:pátio frontal; jardim posterior

soluções

unidades

átio

sala

cozinha

quartos

alcova

retrete int.

retrete ext.

banho

dispensa

nº pisos

área int<sup>m²</sup>

área ext<sup>m²</sup>

S1

10

S2

S1 individual agrupada: geminada: recuada

S2

sem distribuição

☐

distribuição axial

☐

distribuição centralizada

☐

promoção e intervenientes

natureza da ação:Paternalismo Industrial

promotor:Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso

projectista:Sequeira Braga

caracterização urbana

nº parcelas:n/a

nº volumes:5

área terreno<sup>m²</sup>:3500

equip. apoio:n/a

espaço público:n/a

rua âncora:Rua São Bento da Batalha

renda

n/a

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra

☒

estrutura cobertura em madeira

☐

tabique interior

☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo:n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:1950

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Pela fotografia aérea pode-se comprovar que estes 5 volumes foram construídos posteriormente aos outros 27 que compõem o bairro. Estes terão possivelmente sido construídos no início da década de 50 do século XX.

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

## LOCALIZAÇÃO

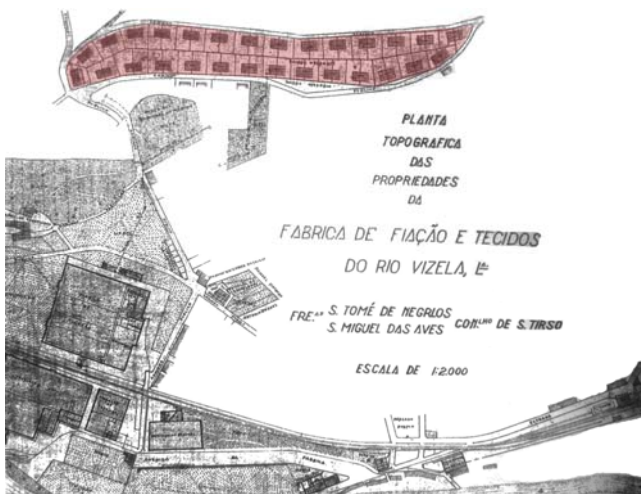


© Google Maps 2016

## LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

## IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



## PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

## FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

## ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

n/a |

Bairro da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela (projecto)

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

41°21'38.0"N 8°24'42.4"W

construido

demolido

parcialmente construido

parcialmente demolido

Santo Tirso

Negrelos

não construido

fogos elegíveis/autorizados:

fogos representados:

56

área exterior:

n/a

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Fábrica Rio Vizela

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas:

n/a

nº volumes:

28

área terreno<sup>m²</sup>:

16500

equip. apoio:

n/a

espaço público:

rua particular

rua âncora:

renda

n/a

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo:

n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MENDES, José M. Amado, FERNANDES, Isabel (Coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2002, p. 400

NOTAS



Bairro Vizela (adaptação de dois edifícios pré-existentes a habitação)

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

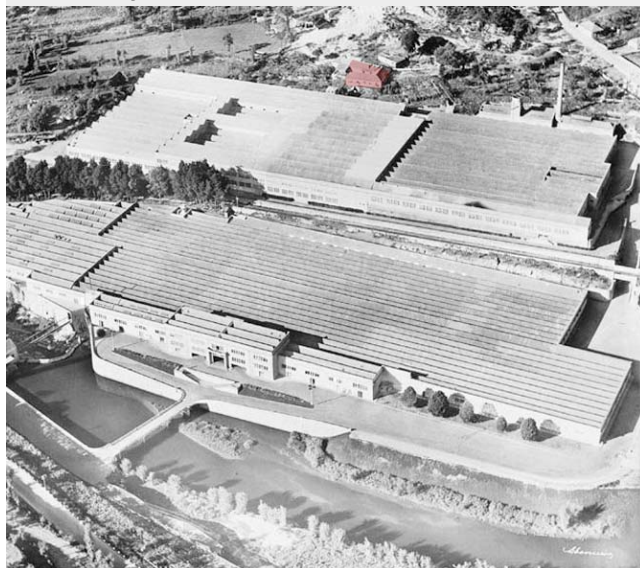
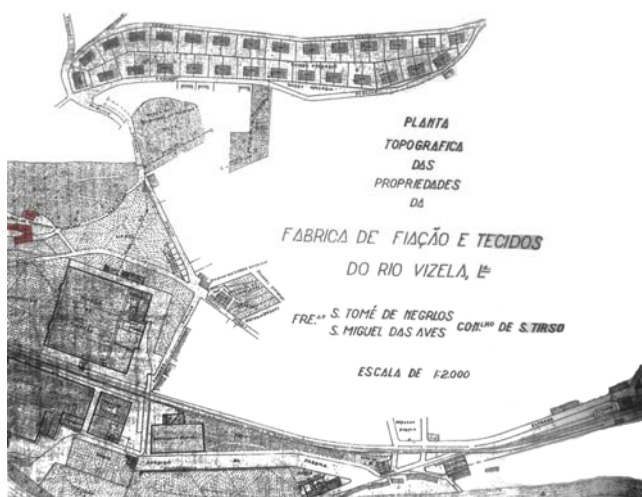


Imagem contida na tese de mestrado de Diana Ferreira, 2014

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua Silva Araújo (atalho)  
41°21'31.8"N 8°24'46.0"W  
construído ☐ parcialmente construído ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

Santo Tirso  
Negrelos  
não construído ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 2      fogos representados: 2  
área exterior: n/a

soluções

unidades

átrio

sala

cozinha

quartos

alcova

retrete int.

retrete ext.

banho

dispensa

nº pisos

área int<sup>m²</sup>

área ext<sup>m²</sup>

S1  
S2  
S1  
S2

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial  
promotor: Fábrica Rio Vizela  
projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a      nº volumes: 2      área terreno<sup>m²</sup>: 720  
equip. apoio: n/a  
espaço público: rua particular  
rua âncora:

faseamento

nº fogos/ solução:

projecto:

constr.:

uso:

data ref.:

F1

n/a

n/a

n/a

F2

renda

n/a

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐

estrutura cobertura em madeira ☐

tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

A fotografia aérea data da década de 1940, pelo que a construção destes volumes é anterior a essa data de referência.

Bairro Vizela II

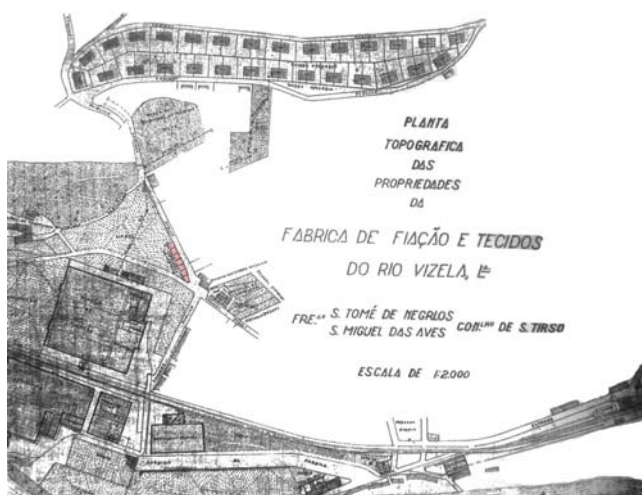
## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

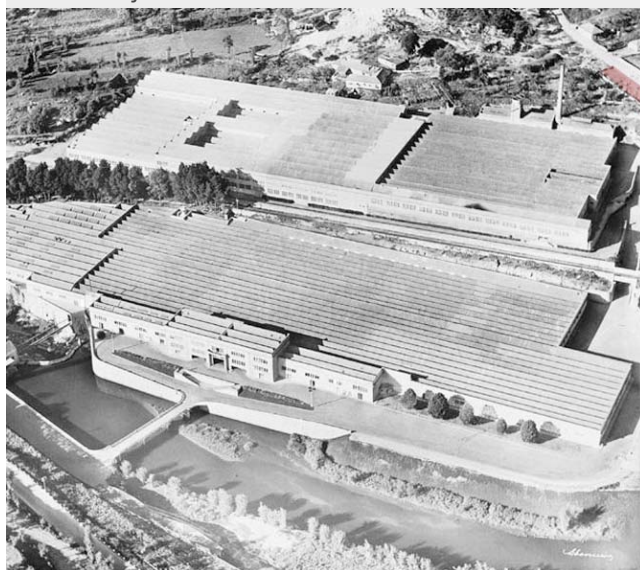


Imagem contida na tese de mestrado de Diana Ferreira, 2014

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Bairro Vizela II

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Silva Araújo

Santo Tirso

41°21'31.4"N 8°24'40.0"W

Negrelos

construido

☒

parcialmente construido

☐

demolido

☐

parcialmente demolido

☐

não construido

☐

fogos elegíveis/autorizados:

7

fogos representados:

7

área exterior:

n/a

promoção e intervenientes

natureza da ação:

Paternalismo Industrial

promotor:

Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela

projectista:

n/a

caracterização urbana

nº parcelas:

n/a

nº volumes:

1

área terreno<sup>m²</sup>:

360

equip. apoio:

n/a

espaço público:

rua particular

rua âncora:

renda

n/a

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo:

n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

A fotografia aérea data da década de 1940, pelo que a construção destes 7 fogos é posterior a essa data de referência.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

Bairro Joaquim Moreira

década de1930

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua da Indústria

Santo Tirso

41°20'50.3"N 8°28'45.3"W

construído

☐

parcialmente construído

☐

não construído

☐

demolido

☐

parcialmente demolido

☐

fogos elegíveis/autorizados: 5

fogos representados: n/a

área exterior: horta posterior

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

promotor: Joaquim Moreira

projectista: n/a

S1

S2

S1

S2

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 1

área terreno<sup>m²</sup>: 250

equip. apoio: n/a

espaço público: n/a

rua âncora: Rua da Indústria

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☐

faseamento

nº fogos/ solução:

projecto:

constr.:

uso:

data ref.:

F1

F2

1930

renda

n/a

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒

estrutura cobertura em madeira ☐

tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1930

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa ao ano de construção do bairro obtida através de testemunho oral, Sra. Maria de Jesus, trabalhadora na mercearia existente no edifício. O edifício apresenta 5 fogos e 2 lojas.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

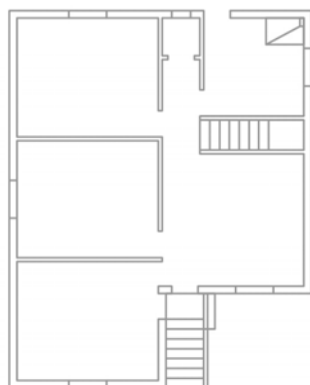
n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

Bairro das Casinhas

década de 1920

## INFORMAÇÃO BÁSICA

## localização e realização

Avenida Silva Pereira

Vila Nova de Famalicão

41°22'14.8"N 8°25'36.1"W

Bairro

construído ☐ parcialmente construído ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

não construído ☐

## promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: A. J. Silva Pereira

projectista: n/a

## caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 3 área terreno<sup>m²</sup>: 540

equip. apoio: escola, creche/maternidade

espaço público: n/a

rua âncora:

## renda

250 escudos por mês

## associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 3

fogos representados: n/a

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	3	0	1	1	3	0	0	0	1	0	1	63	50
S2													
S1													
S2													

sem distribuição ☐distribuição axial ☒distribuição centralizada ☐

## faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 3 S1	n/a	n/a	n/a	1920
F2				

## construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☐

## INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1920

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- <http://dopresente.blogspot.pt/>. Consultado a 15 de Maio de 2017.

## NOTAS

Informação de renda obtida através de testemunho oral de antigo morador de uma das casas. Há a presença de um piso livre (cave) inferior ao representado.

Quanto à data de referência, foi obtida por testemunho do actual presidente da Junta de Freguesia, Sr. Rui Alves.

A creche/maternidade (edifício que é hoje a Junta de Freguesia de Bairro) foi inaugurada no dia 24 de Janeiro de 1932, no mesmo dia em que se lança a primeira pedra da creche, inaugurada um ano depois. A Avenida onde se encontram os edifícios foi também mandada construir por A. J. Silva Pereira.

Na página web consultada (acima indicada), há a referência ao "Diário da Manhã", de 22 de Maio de 1932, por conter, segundo o autor do blog, por primeira vez, informação relativa a "casas para os operários".

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

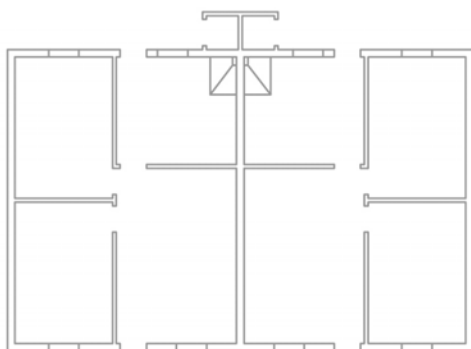
n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Bairro Teixeira

Vila Nova de Famalicão

41°21'55.0"N 8°26'30.7"W

Carreira

construído ☐

parcialmente construído ☐

não construído ☐

demolido ☐

parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Companhia Hidro Eléctrica do Varosa

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 10

área terreno<sup>m²</sup>: 2450

equip. apoio: tanque comunitário, poço

espaço público: rua particular

rua âncora: Avenida de Vila Nunes

renda

150 escudos por mês

fogos elegíveis/autorizados: 20

fogos representados: n/a

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	20	0	1	1	2	0	0	1	0	0	1	45	
S2													
S1 individual agrupada: geminada													
S2													
sem distribuição <input type="checkbox"/>													
distribuição axial <input checked="" type="checkbox"/>													
distribuição centralizada <input type="checkbox"/>													

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 20 S1	n/a	n/a	n/a	1952
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒

estrutura cobertura em madeira ☒

tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1952

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda e data de construção do bairro adquirida via testemunho oral, pelo Sr. Mário Silva e pela Sra. Maria José Carneiro. Ambos referiram que no início viviam no bairro os chamados "guarda-fios", trabalhadores da Companhia Hidro Eléctrica do Varosa.



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

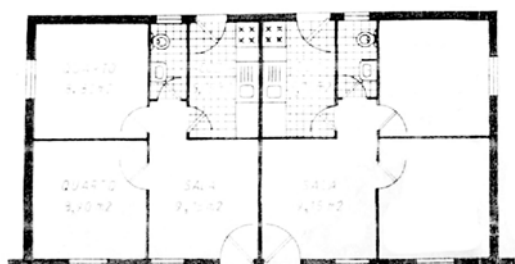
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Cedência do Sr. Oliveira, morador no bairro

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

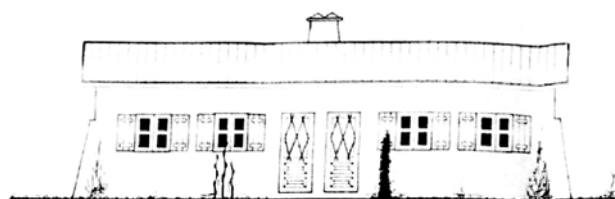
Cedência do Sr. Oliveira, morador no bairro

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Cedência do Sr. Oliveira, morador no bairro

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua Bairro Augusto Correia AbreuVila Nova de Famalicão  
41°22'54.6"N 8°24'57.5"WDelães  
construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial  
promotor: Correia & Cª, Lda  
projectista: M. A. SousaConstrutor Civil

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 20 área terreno<sup>m²</sup>: 10800  
equip. apoio: escola primária, casa das professoras  
espaço público: rua particular  
rua âncora: Avenida das Lameiras

renda

80 escudos por mês

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 40fogos representados: 40  
área exterior: jardim frontal

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	40	0	1	1	2	0	0	0	1	0	1	40	100	
S2														
S1 individual agrupada: geminada														
S2														
sem distribuição <input type="checkbox"/> distribuição axial <input type="checkbox"/> distribuição centralizada <input checked="" type="checkbox"/>														
	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:									
F1	40 S1	n/a	n/a	n/a	1961									
F2														

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1961

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda obtida através de testemunho oral, pelo Sr. Mirra. Quanto à data mencionada, foi fornecida pela Junta de Freguesia de Delães e refere-se à data da inauguração do bairro, em Outubro de 1961.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

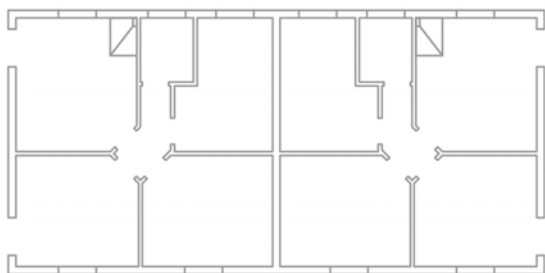
n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua António Domingues Pereira

Vila Nova de Famalicão

41°21'53.4"N 8°26'06.6"W

Bairro

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

fogos elegíveis/autorizados: 5

fogos representados: n/a

área exterior: pátio frontal

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	5	0	1	1	2	0	0	0	1	0	1	45	27	
S2														
S1 individual agrupada: geminada														
S2														
sem distribuição <input type="checkbox"/> distribuição axial <input type="checkbox"/> distribuição centralizada <input checked="" type="checkbox"/>														

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	5 S1	n/a	n/a	n/a	1963
F2					

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐ estrutura cobertura em madeira ☐ tabique interior ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Empresa Têxtil Eléctrica

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 1

área terreno<sup>m²</sup>: 240

equip. apoio: fontanário

espaço público: rua particular

rua âncora: Rua Dona Maria II

renda

500 escudos por mês

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1963

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda obtiva através de testemunhos orais, pela Sra. Manuela Silva, Sr. António Silva e Sr. Adão. A data da construção destes fogos está inscrita no fontanário, também construído no mesmo período.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

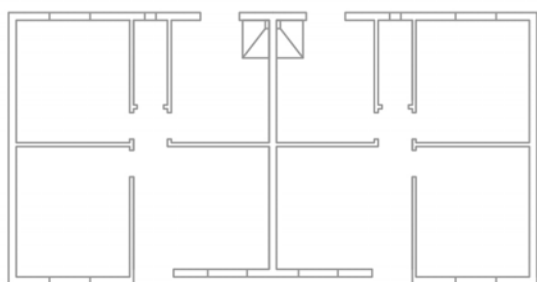
n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

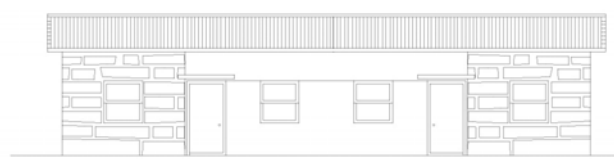
PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

Bairro S. José

1964

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua Bairro S. José Vila Nova de Famalicão  
41°22'12.2"N 8°25'47.4"W Bairro  
construido ☐ parcialmente construido ☐ não construido ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Narciso Silva

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 14 área terreno<sup>m²</sup>: 4476  
equip. apoio: depósito de água  
espaço público: rua particular  
rua âncora: Avenida Silva Pereira

renda

130 escudos por mês

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada: n/a

data de referência do projecto: 1964

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Narciso Silva era encarregado da Empresa Têxtil Eléctrica, e segundo informação do presidente da Junta de Freguesia de Bairro, Sr. Rui Alves, foi o promotor da obra.  
A data de referência do projecto bem como o valor da renda foram também indicados pelo Sr. Rui Alves. actual presidente da Junta de Freguesia de Bairro..

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 28 fogos representados: n/a

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	22	0	1	1	2	0	0	0	1	0	1	45	50
S2	6	0	1	1		0	0	0			2	90	50
S1 individual agrupada: geminada													
S2													

sem distribuição ☐ distribuição axial ☒ distribuição centralizada ☐

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 28 S1+S2	n/a	n/a	n/a	1964
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☐



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Foto cedida pela Junta de Freguesia de Riba d'Ave

n/a |

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

n/a |



INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Primeiro de Maio

41°23'31.8"N 8°22'48.7"W

construido ☐

parcialmente construido ☐

demolido ☐

parcialmente demolido ☐

Vila Nova de Famalicão

Riba d'Ave

não construido ☐

fogos elegíveis/autorizados: 6

fogos representados: n/a

área exterior: jardim posterior

soluções

unidades

átio

sala

cozinha

quartos

alcova

retrete int.

retrete ext.

banho

dispensa

nº pisos

área int<sup>m²</sup>

área ext<sup>m²</sup>

S1

6

0

1

1

2

0

0

0

1

0

1

58

30

S2

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Fábrica Oliveira & Ferreira

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 1

área terreno<sup>m²</sup>: 1847

equip. apoio: n/a

espaço público: rua particular

rua âncora: N310

faseamento

nº fogos/ solução:

projecto:

constr.:

uso:

data ref.:

F1 6 S1 n/a n/a n/a 1968

F2

renda

construção (S1)

45 escudos por mês

alvenaria ext. de pedra ☒

estrutura cobertura em madeira ☒

tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1968

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Este bairro foi-nos indicado pelo ex-Presidente da Junta de Freguesia de Riba d'Ave, Sr. Armando Carvalho. A data referida, bem como o valor da renda, foram fornecidas pelo Sr. Miguel, morador no bairro. A data faz referência a quando se começaram a pagar rendas. Não foi possível entrar em nenhuma das casas, mas sabe-se a tipologia por descrição dos moradores.

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

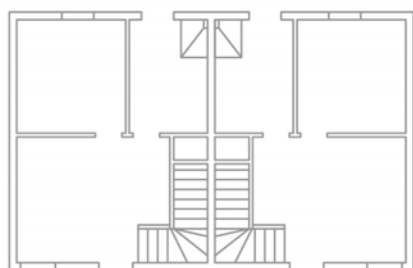
n/a |

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora - Tipo C - S1

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

## INFORMAÇÃO BÁSICA

## localização e realização

Rua Alfredo Ferreira

Vila Nova de Famalicão

41°23'35.6"N 8°24'17.2"W

Oliveira São Mateus

construído ☐ parcialmente construído ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐não construído ☐

## promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Fábrica Sampaio &amp; Ferreira

projectista: A. J. Brito e Cunha

## caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 30 área terreno<sup>m²</sup>: 55745

equip. apoio: depósito de água, parque infantil, zona desportiva

espaço público: jardim, rua particular

rua âncora: M573

## renda

de 225 a 275 escudos por mês

## associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 176

fogos representados: n/a

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	42	0	1	1	3	0	0	0	1	0	2	66	20
S2													
S1													
S2													

sem distribuição ☐distribuição axial ☐distribuição centralizada ☒

## faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 42 S1	n/a	1962	1969	1969
F2				

## construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐ estrutura cobertura em madeira ☐ tabique interior ☐

## INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1969

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

## NOTAS

Este conjunto apresenta sete tipologias distintas\*, dois quais foi feito levantamento de um, pela autora - Tipo C.

Tipo A - 5 habitações, 2 pisos, individuais

Tipo B - 8 habitações, 2 pisos, em banda

Tipo C - 42 habitações, 2 pisos

Tipo CC - 8 habitações, 1 piso + cave (um conjunto com 2 habitações e dois conjuntos com 3)

Tipo D - 44 habitações, 1 piso, (um conjunto com 7, outro com 6, três conjuntos com 3, dois de 2, dois de 4 e dois de 5 habitações)

Tipo DD - 17 habitações, 2 pisos (dois blocos com 3 habitações, dois de 2, um de 6 e uma habitação isolada)

Tipo E - Grupo A - 36 habitações, 3 pisos (um conjunto com 24 e outro com 12 habitações)

Tipo E - Grupo C - 16 habitações, 3 pisos, e 8 estabelecimentos comerciais

\*Levantamento efectuado por Maria Leitão e Vânia Saraiva, no âmbito do Programa de Bolsas de Investigação na área da Cidade e da Arquitectura 2012

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

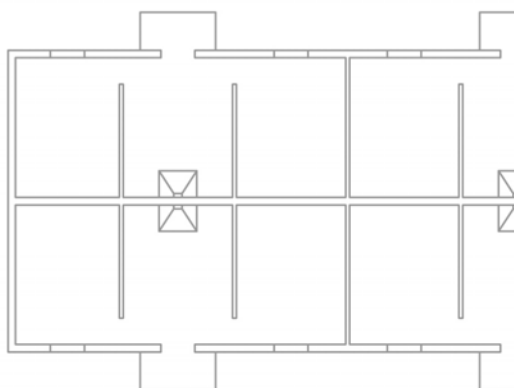
n/a |

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

Bairro da Empresa Têxtil Eléctrica

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua António Domingues Pereira

Vila Nova de Famalicão

41°21'53.4"N 8°26'06.6"W

Bairro

construido ☐ parcialmente construido ☐ não construido ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

fogos elegíveis/autorizados: 24

fogos representados: n/a

área exterior: n/a

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Empresa Têxtil Eléctrica

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 3

área terreno<sup>m²</sup>: 1080

equip. apoio: n/a

espaço público: rua particular

rua âncora: Rua D. Maria II

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	24	0	0	1	2	0	0	1	0	0	1	32	0
S2													
S1 individual agrupada: banda (por simetria)													
S2													
sem distribuição <input type="checkbox"/> distribuição axial <input type="checkbox"/> distribuição centralizada <input checked="" type="checkbox"/>													

renda

50 escudos por mês

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 24 S1	n/a	n/a	n/a	
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐ estrutura cobertura em madeira ☐ tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Estes volumes são, segundo testemunhos orais da Sra. Manuela Silva, Sr. António Silva e Sr. Adão, anteriores ao volume de 1963, construído pela mesma empresa, e asseguram que terão mais de 70 anos, apontando a sua construção para a década de 40 do século XX. A informação relativa à renda foi fornecida pelos mesmos moradores.

O actual presidente da Junta de Freguesia de Bairro, Sr. Rui Alves, indica como data de construção 1927.



Bairro Oliveira & Ferreira

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

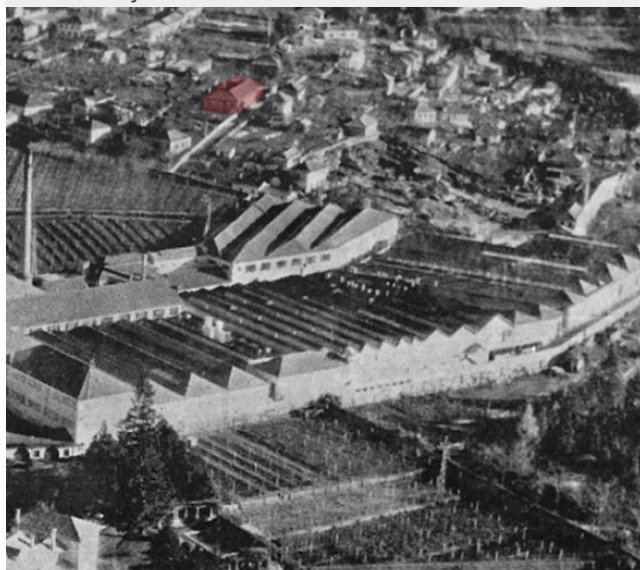


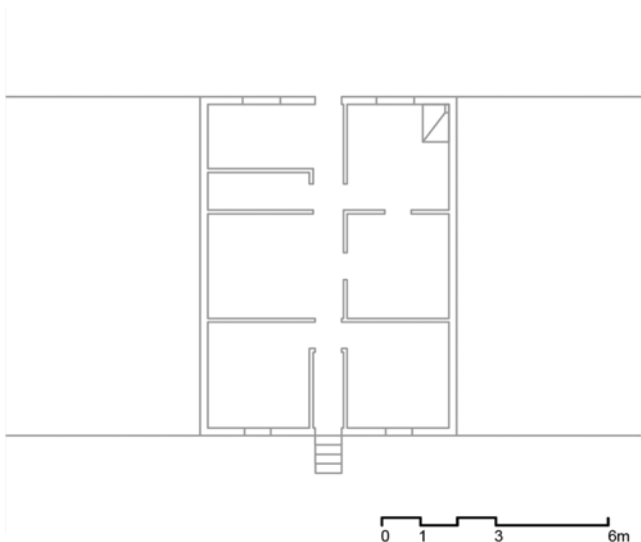
Foto cedida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

n/a |

Bairro Oliveira & Ferreira

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Albano Evangelista Pereira

Vila Nova de Famalicão

41°23'27.3"N 8°23'37.2"W

Riba d'Ave

construido ☐ parcialmente construido ☐ não construido ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Fábrica Oliveira & Ferreira

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 1

área terreno<sup>m²</sup>: 720

equip. apoio: n/a

espaço público: n/a

rua âncora: Rua Joaquim Ferreira

renda

n/a

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Apenas foi possível entrar num dos fogos, pelo que não se sabe se a relação entre todos é por simetria ou por translação. Nenhuma das pessoas inquiridas tinha memória da data de construção deste bairro. Como não foi possível aceder à data da imagem aérea, não podemos usá-la como referência.

fogos elegíveis/autorizados: 5

fogos representados: n/a

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	5	1	1	1	3	0	0	0	1	0	1	54	50
S2													
S1													
S2													
sem distribuição <input type="checkbox"/> distribuição axial <input checked="" type="checkbox"/> distribuição centralizada <input type="checkbox"/>													

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 5	S1	n/a	n/a	n/a
F2				

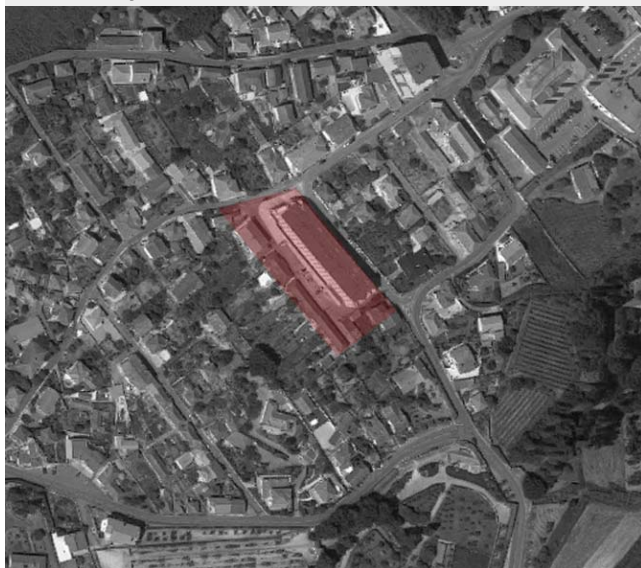
construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐ estrutura cobertura em madeira ☐ tabique interior ☐



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2016

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

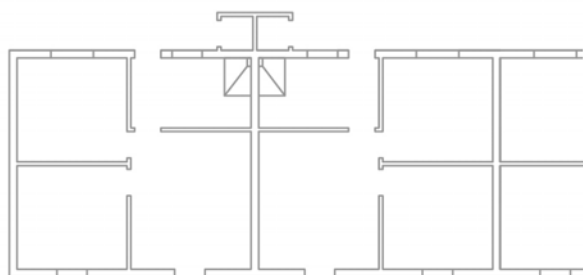


Fotografia da autora

n/a |

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

n/a |

Bairro do Cardoso

década de1950

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua Bairro do Cardoso

Vila Nova de Famalicão

41°23'25.3"N 8°23'31.7"W

Riba d'Ave

construído

☐

parcialmente construído

☐

não construído

☐

demolido

☐

parcialmente demolido

☒

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados:11

fogos representados:n/a

área exterior:horta posterior

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	11	0	1	1	2	0	0	1	0	0		1	35	72
S2														
S1 individual agrupada: banda (por simetria)														
S2														
<div><div>sem distribuição</div><div><input type="checkbox"/></div><div>distribuição axial</div><div><input type="checkbox"/></div><div>distribuição centralizada</div><div><input checked="" type="checkbox"/></div></div>														

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:	
F1	11	S1	n/a	n/a	n/a	1950
F2						

promoção e intervenientes

natureza da ação:Rendimento Imobiliário

promotor:Cardoso

projectista:n/a

caracterização urbana

nº parcelas:n/a

nº volumes:2

área terreno<sup>m²</sup>:3216

equip. apoio:n/a

espaço público:rua particular

rua âncora:Rua Luís de Camões

renda

200 escudos por mês

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo:n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:1950

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

A implantação deste bairro, segundo informação recolhida de testemunhos orais de moradores e vizinhos, seria de 3 volumes de casas em banda, dos quais resta apenas um. Por testemunho oral, aponta-se a data de construção deste bairro para a década de 50 do século XX.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

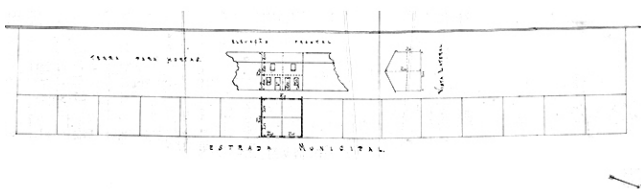


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

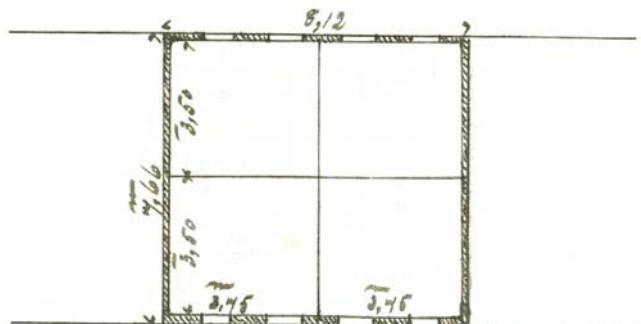
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

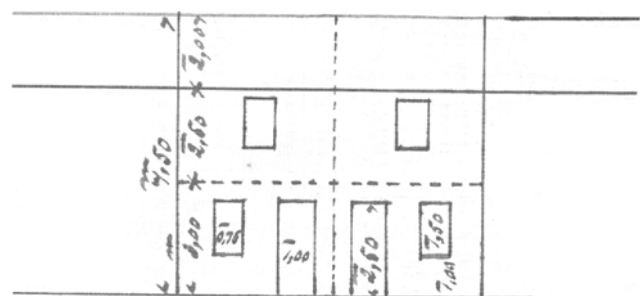
0 1 3 6m

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

0 1 3 6m

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Emilio Castelar Guimarães

Guimarães

41°27'27.6"N 8°20'32.0"W

Ponte

construido

☒

parcialmente construido

☐

demolido

☐

parcialmente demolido

☐

não construido

☐

fogos elegíveis/autorizados:

15

fogos representados:

15

área exterior:

horta posterior

soluções

unidades

átio

sala

cozinha

quartos

alcova

retrete int.

retrete ext.

banho

dispensa

nº pisos

área int<sup>m²</sup>

área ext<sup>m²</sup>

S1

15

2

124

95

S2

S1

S2

sem distribuição

☐

distribuição axial

☐

distribuição centralizada

☐

promoção e intervenientes

natureza da ação:

Paternalismo Industrial

promotor:

Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães

projectista:

n/a

caracterização urbana

nº parcelas:

n/a

nº volumes:

1

área terreno<sup>m²</sup>:

2292

equip. apoio:

n/a

espaço público:

n/a

rua âncora:

n/a

renda

n/a

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 15 S1	1922	n/a	n/a	1922
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra

☒

estrutura cobertura em madeira

☒

tabique interior

☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo:

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota:

10-18-15-1-1-30

folhas:

5

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

1922

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

## LOCALIZAÇÃO

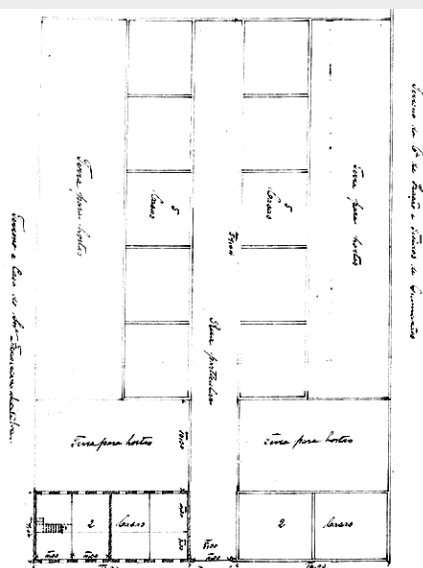


© Google Maps 2017

## LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

## IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



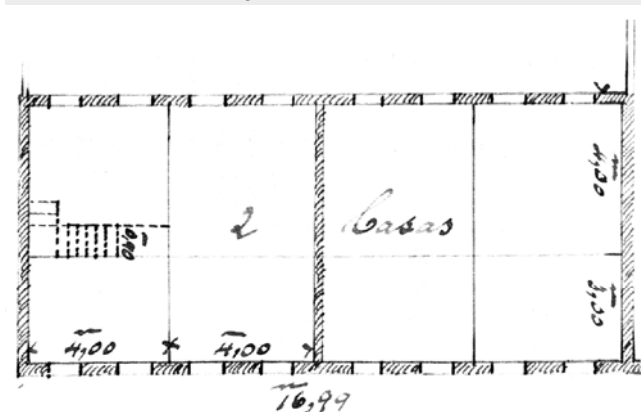
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

## FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

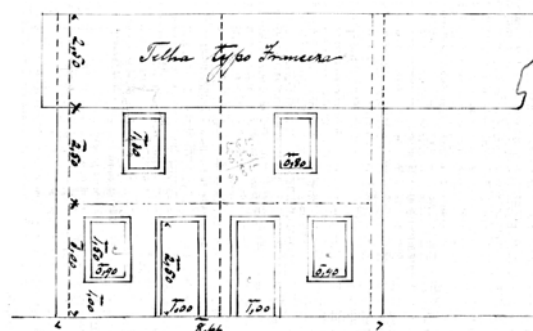
## PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

0 1 3 6m

## ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

0 1 3 6m



INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua de São JoséGuimarães

41°27'28.5"N 8°20'35.5"W

construido ☐ parcialmente construido ☐ não construido ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 27fogos representados: 14

área exterior: horta posterior

soluções

unidades

átio

sala

cozinha

quartos

alcova

retrete int.

retrete ext.

banho

dispensa

nº pisos

área int<sup>m²</sup>

área ext<sup>m²</sup>

S1

14

2

100

85

S2

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☐

faseamento

nº fogos/ solução:

projecto:

constr.:

uso:

data ref.:

F1

27

S1

1922

n/a

n/a

1922

F2

caracterização urbana

nº parcelas: n/anº volumes: 4área terreno<sup>m²</sup>: 2261

equip. apoio: escola; hortas

espaço público: ruas particulares

rua âncora: Rua Emilio Castelar Guimarães

renda

10/12 escudos por mês

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota: 10-18-15-1-1-30

folhas: 4

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1922

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

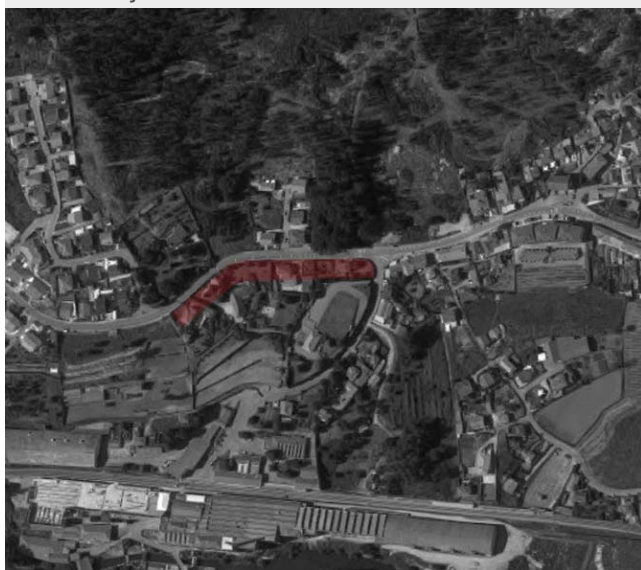
n/a

NOTAS

Indicação do valor da renda adquirido por testemunho oral de actual moradora do bairro, D. Maria Adelaide Silva, filha de antigos operários.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

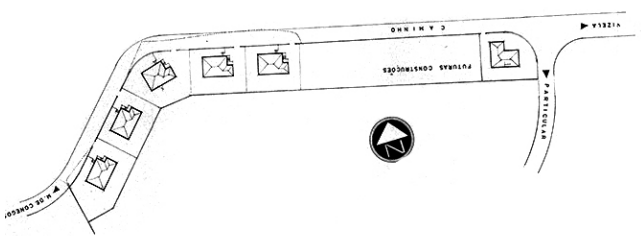


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta



INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Dona Laurinda F. de Magalhães

41°22'44.5"N 8°19'37.6"W

construido

☐

parcialmente construido

☒

demolido

☐

parcialmente demolido

☐

Guimarães

Moreira de Cónegos

não construido

☐

fogos elegíveis/autorizados: 3

fogos representados: 6

área exterior: jardim perimetral

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Sociedade Têxtil de Baiona

projectista: António R. de Araujo Pinheiro

Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 6

área terreno<sup>m²</sup>: 4578

equip. apoio: n/a

espaço público: n/a

rua âncora: n/a

sem distribuição

☐

distribuição axial

☐

distribuição centralizada

☒

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	3	S1	1958	n/a	1958
F2					

renda

n/a

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra

☒

estrutura cobertura em madeira

☒

tabique interior

☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota: 6-19-15-2-10

folhas: 6,7

licença de obra: ALV.287-292-58

data entrada:

data de referência do projecto: 1958

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

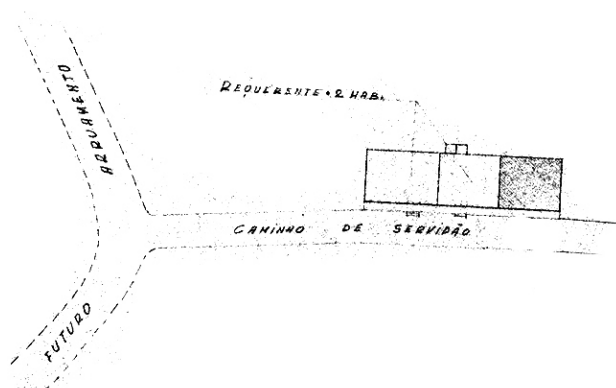


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

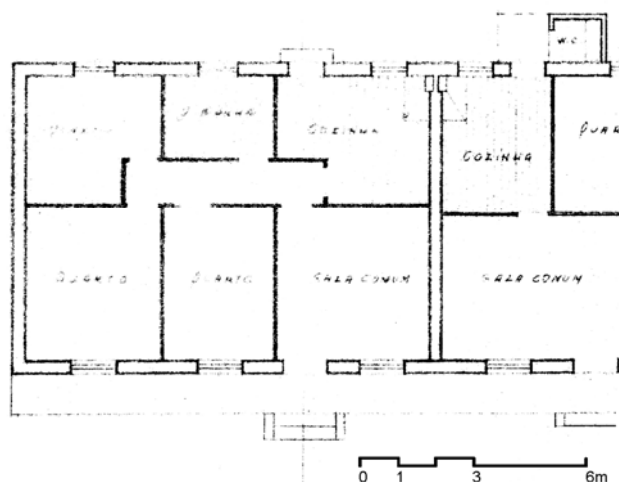
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



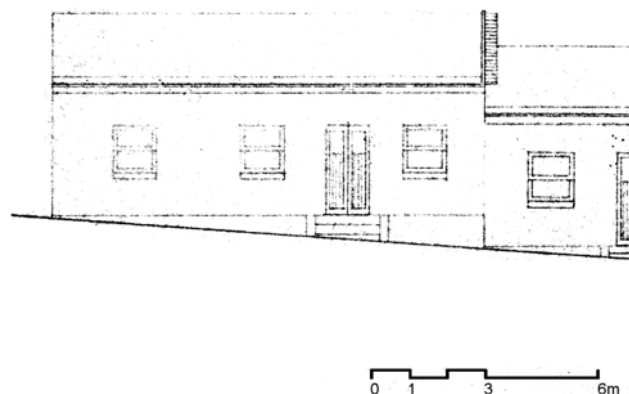
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Travessa da Cabreira

Guimarães

41°25'40.3"N 8°21'48.0"W

Selho (São Jorge)

construido ☒ parcialmente construido ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

não construido ☐

fogos elegíveis/autorizados: 2

fogos representados: 2

área exterior: **pátio frontal**

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda

projectista: José Gomes Alves

Engenheiro

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m2</sup>	área ext <sup>m2</sup>
S1	1	0	1	1	3	0	1	0	1	0	1	63	0	
S2	1	0	1	1	3	0	0	1	0	0	1	63	0	
S1														
S2														

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 1

área terreno<sup>m2</sup>: 126

equip. apoio: tanque comunitário, horta

espaço público: n/a

rua âncora: Rua da Cabreira

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☒

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	2	S1+S2	1958	n/a	1958
F2					

renda

n/a

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒

estrutura cobertura em madeira ☒

tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota:

folhas: 4

licença de obra: ALV.687-689-58

data entrada: 1958

data de referência do projecto: 1958

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Habitações construídas para os chefes electricistas da fábrica, segundo moradora actual.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

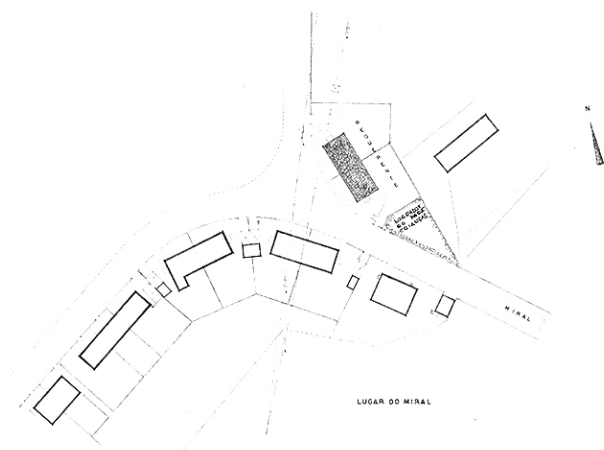


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

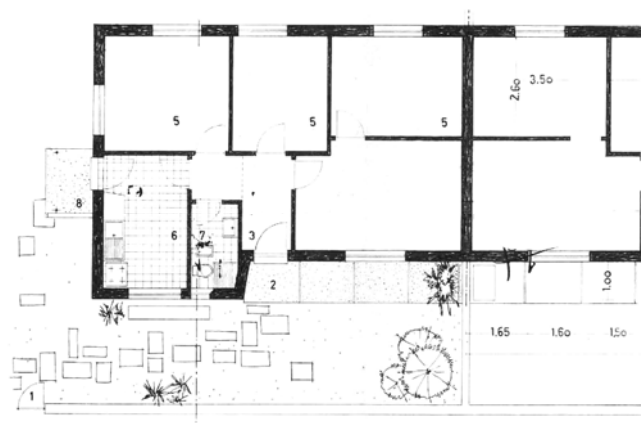
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



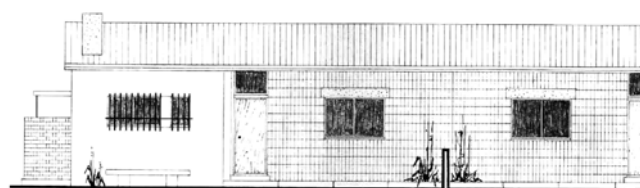
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



ALÇADO PRINCIPAL

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Travessa da Cabreira  
41°25'40.7"N 8°21'46.1"W  
construido ☒ parcialmente construido ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

Guimarães  
Selho (São Jorge)  
não construido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 6 fogos representados: 6  
área exterior: pátio frontal, horta posterior

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	6	1	1	1	3	0	1	0	1	0	1	60	88	
S2														

S1 individual agrupada: geminada: recuada  
S2

sem distribuição ☐ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial  
promotor: Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda  
projectista: Acácio Antero de Magalhães Brochado Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 3 área terreno<sup>m²</sup>: 2504  
equip. apoio: tanque comunitário  
espaço público: logradouro  
rua âncora: Rua da Cabreira

renda

n/a

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	4 S1	1965	n/a	n/a	1965
F2	2 S1	1965	n/a	n/a	1968

construção (S1)  
alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta cota: folhas: 9,11  
licença de obra: ALV. 301-303-68 data entrada: 1968 data de referência do projecto: 1965

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Este conjunto de casas foi construído para os encarregados da fábrica.



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

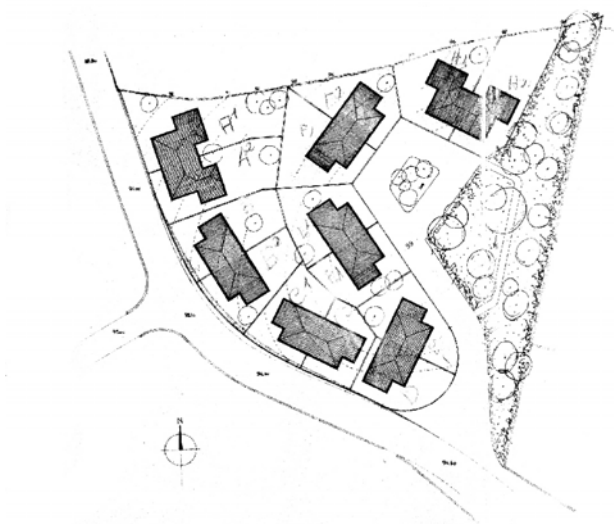


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

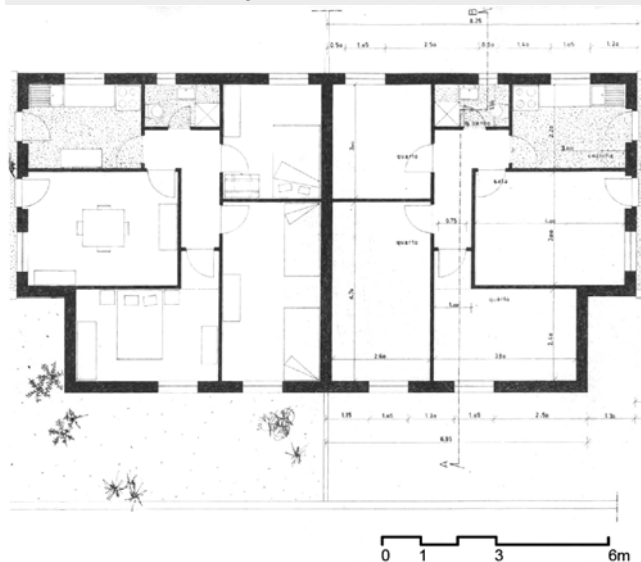
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua da Saudade

41°25'51.0"N 8°21'36.4"W

construido

☒

demolido

☐

parcialmente construido

☐

parcialmente demolido

☐

Guimarães

Selho (São Jorge)

não construido

☐

fogos elegíveis/autorizados:

14

fogos representados:

14

área exterior:

jardim perimetral

promoção e intervenientes

natureza da ação:

Paternalismo Industrial

promotor:

Sociedade Têxtil Albano Coelho Lima, Lda.

projectista:

Acácio Antero de Magalhães Brochado

Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas:

n/a

nº volumes:

7

área terreno<sup>m²</sup>:

5947

equip. apoio:

n/a

espaço público:

praça, rua particular

rua âncora:

S1

10

0

1

1

3

0

0

0

1

0

1

83

135

S2

4

0

1

1

4

0

0

0

1

0

1

97

135

S1 individual agrupada:

geminada:

recuada

S2 individual agrupada:

geminada:

recuada

sem distribuição

☐

distribuição axial

☐

distribuição centralizada

☒

renda

200 escudos por mês

faseamento

nº fogos/ solução:

projecto:

constr.:

uso:

data ref.:

F1

8

S1+S2

1965

n/a

n/a

1968

F2

6

S1+S2

1965

n/a

n/a

1969

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra

☒

estrutura cobertura em madeira

☒

tabique interior

☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo:

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota:

folhas:

13,15,20,21,23

licença de obra:

ALV.872-889-68

data entrada:

data de referência do projecto:

1968

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa à renda baseada em testemunho oral de actual morador do bairro, Sr. António Castro.



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

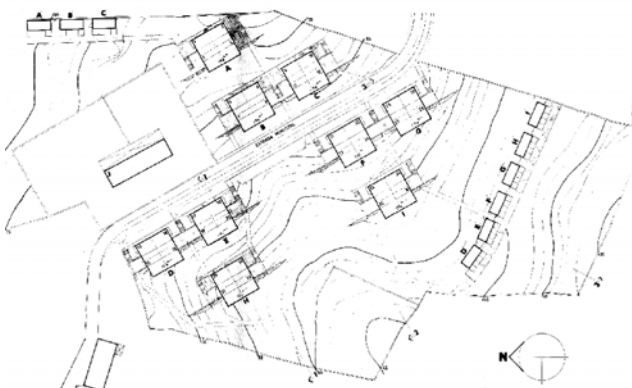


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

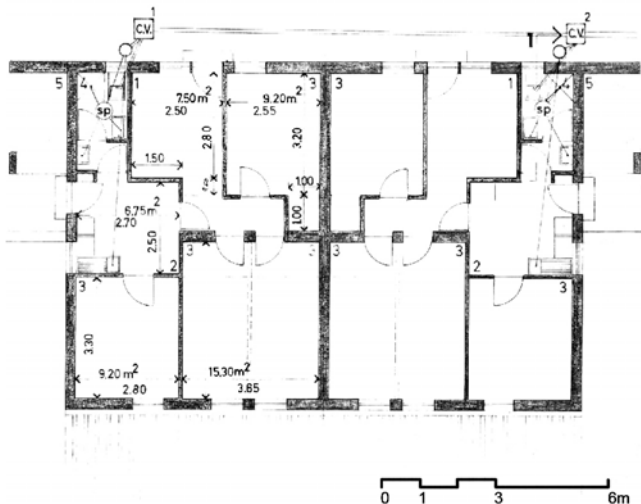
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



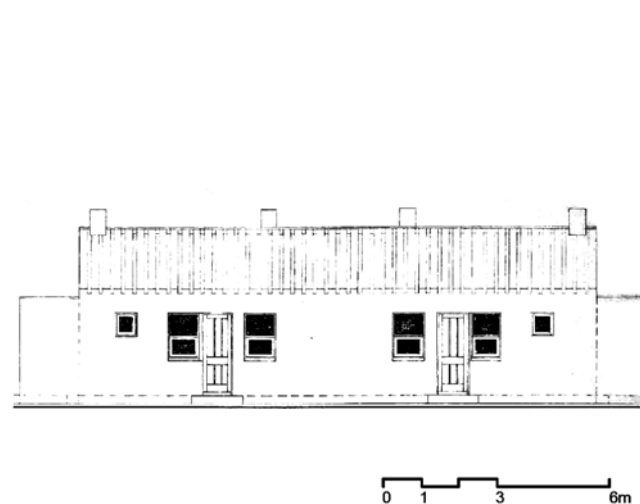
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Bairro Têxtil

1971

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Travessa do Bairro Têxtil

41°22'44.4"N 8°19'46.8"W

construído ☒ parcialmente construído ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

Guimarães

Moreira de Cónegos

não construído ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Fábrica Têxtil de Vizela, Lda.

projectista: Antonio Macedo Queirós

Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 9 área terreno<sup>m²</sup>: 17000

equip. apoio: escola

espaço público: rua particular

rua âncora: Rua Dona Laurinda F. de Magalhães

renda

3 contos e 500 por mês

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota:

folhas:

licença de obra: 219/222

data entrada:

data de referência do projecto: 1971

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda fornecida por testemunho oral de actual moradora, D. Maria Glória Lopes. No processo da obra define-se que "as rendas serão estabelecidas de acordo e legalmente, entre a Federação de Caixas Previdência e os proprietários, tanto proporcionais ao rendimento de cada agregado familiar."

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 44

fogos representados: 36

área exterior: pátio frontal

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	18	1	1	1	2	0	1	0	1	0	1	55	40
S2	18	1	1	1	3	0	1	0	1	0	1	60	40
S1 individual agrupada: geminada: recuada													
S2 individual agrupada: geminada: recuada													

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☒

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 36 S1+S2	1971	n/a	n/a	1971
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☐ tabique interior ☐

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

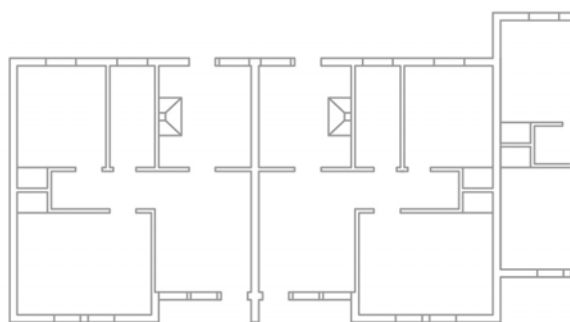
n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua Bairro Baiona  
41°22'19.1"N 8°19'48.9"W  
construido ☐ parcialmente construido ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

Santo Tirso  
Vilarinho  
não construido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 40      fogos representados: n/a  
área exterior: pátio frontal, horta posterior

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	32	0	1	1	2	0	0	0	1	0	1	40	64	
S2	8	0	1	1	3	0	0	0	1	0	1	59	0	

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada  
S2

sem distribuição ☐      distribuição axial ☐      distribuição centralizada ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial  
promotor: Sociedade Têxtil de Baiona  
projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a      nº volumes: 5      área terreno<sup>m²</sup>: 5850  
equip. apoio: n/a  
espaço público: rua particular  
rua âncora: M513

renda

200 escudos por mês

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	40      S1+S2	n/a	n/a	1973	1973
F2					

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒      estrutura cobertura em madeira ☒      tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1973

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Valor relativo a renda obtido através de testemunho oral, pelo Sr. José Teixeira.

Bairro da Cuca

## INFORMAÇÃO GRÁFICA

### LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

### LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

### IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

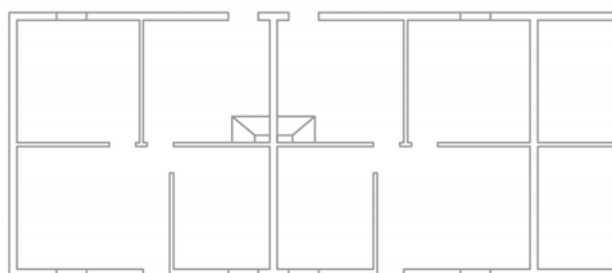
n/a |

### FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

### PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Levantamento efectuado pela autora

### ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |



Bairro da Cuca

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua do Alto do Caneiro  
41°22'26.2"N 8°20'41.2"W

Guimarães  
Moreira de Cónegos

construido ☐ parcialmente construido ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐ não construido ☐

fogos elegíveis/autorizados: 27

fogos representados: n/a

área exterior: n/a

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Empresa da Cuca

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas: n/a      nº volumes: 4      área terreno<sup>m²</sup>: 1646

equip. apoio: tanque comunitário

espaço público: jardim, rua particular

rua âncora: Rua 21 de Junho

renda

n/a

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	27	0	1	1	2	0	0	1	0	0	1	44	
S2													
S1 individual agrupada: banda (por simetria)													
S2													
sem distribuição <input type="checkbox"/> distribuição axial <input type="checkbox"/> distribuição centralizada <input checked="" type="checkbox"/>													

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 27      S1	n/a	n/a	n/a	
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐      estrutura cobertura em madeira ☐      tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a      cota:      folhas:

licença de obra:      data entrada:      data de referência do projecto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

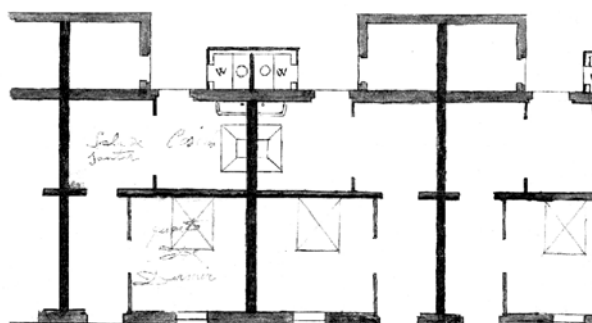
n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

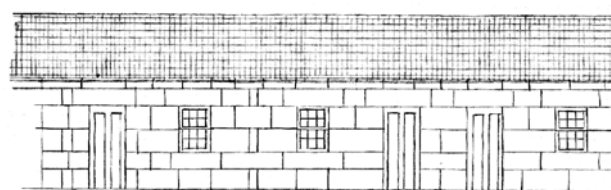
PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta



INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua Nossa Senhora de Fátima

Guimarães

41°25'41.6"N 8°17'45.4"W

Urgeses

construído ☐ parcialmente construído ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

não construído ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

promotor: Bento Gomes

projectista: João António da Silva Guimarães

Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: área terreno<sup>m²</sup>:

equip. apoio: depósito de água, tanque comunitário

espaço público: rua particular

rua âncora: Rua Comendador Manuel Pereira Bastos

renda

80 / 120 escudos por mês

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota: 10-18-15-3-1-51

folhas: 4

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1930

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda recolhida por testemunhos orais, de moradoras do bairro, D. Maria Antónia, D. Maria de Lurdes e D. Rosa. Quanto aos fogos representados no projecto, no processo há a referência a "doze ou mais casas".

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 17

fogos representados: 12

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	12	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	30	

S2

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

sem distribuição ☒ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☐

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1 12 S1	1930	n/a	n/a	1930
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☐

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

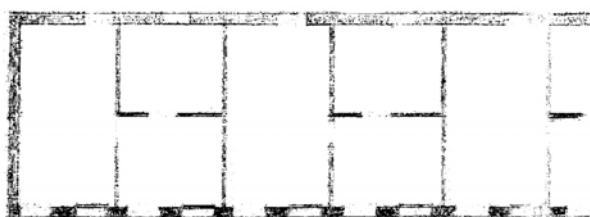
n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

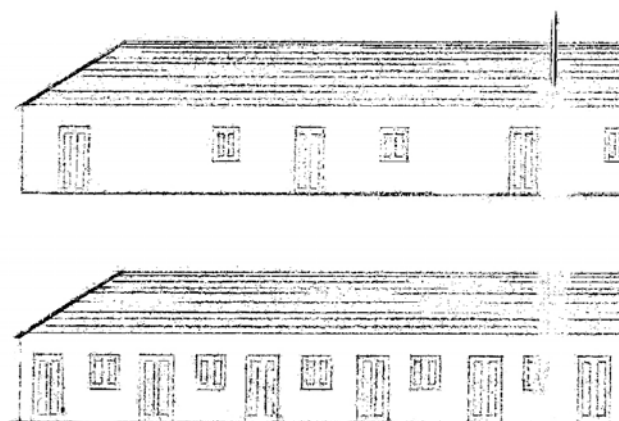
PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

## INFORMAÇÃO BÁSICA

## localização e realização

Rua de Torres Carneiro

41°24'15.7"N 8°22'45.3"W

construído ☒ parcialmente construído ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

construido ☒ parcialmente construido ☐  
 demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: **Rendimento Imobiliário**

promotor: António Correia de Abreu

projectista: n/a

## caracterização urbana

nº parcelas: n/a      nº volumes: 1      área terreno<sup>m²</sup>: 670

equip. apoio: n/a

espaço público: n/a

rua âncora: Rua Primeiro de Maio

## renda

n/a

## INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota: 7-7-8-6-66 e 6-19-4-5-126

folhas: 3

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1948

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

## associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 12

fogos representados: 6

área exterior: n/a

S1	soluções
6	unidades
	átio
	sala
	cozinha
	quartos
	alcova
	retrete int.
	retrete ext.
	banho
	dispensa
	nº pisos
56	área int <sup>m²</sup>
	área ext <sup>m²</sup>

S2

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

sem distribuição ☒      distribuição axial ☐      distribuição centralizada ☐

## faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
--------------------	-----------	----------	------	------------

F1	6	S1	1948	n/a	n/a	1948
----	---	----	------	-----	-----	------

F2

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐ estrutura cobertura em madeira ☐ tabique interior ☐

## NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

n/a |

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia cedida pela Junta de Freguesia de Fermentões

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua do Lameirão

41°27'32.5"N 8°18'45.2"W

construído

☒

parcialmente construído

☐

demolido

☐

parcialmente demolido

☐

Guimarães

Fermentões

não construído

☐

fogos elegíveis/autorizados:

34

fogos representados:

34

área exterior:

pátio frontal, pátio posterior

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	34	0	0	1	2	0	0	1	0	0		1	30	32
S2														

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

sem distribuição

☐

distribuição axial

☐

distribuição centralizada

☐

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	34 S1	1952	n/a	n/a	1952
F2					

caracterização urbana

nº parcelas:

n/a

nº volumes:

2

área terreno<sup>m²</sup>:

650

equip. apoio:

n/a

espaço público:

rua particular

rua âncora:

Rua Nossa Senhora de Fátima

renda

n/a

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo:

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota:

6-19-9-9-18

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto:

1952

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Através de testemunhos orais de actuais moradores do bairro, Sra. Rosa e Sr. José Lopes, sabe-se que onde antes existiam construções pertencentes à fábrica de colas se construiu o bairro. O processo, de 1952, refere a reconstrução de *"34 casas térreas destinadas às classes pobres, situadas no lugar do Mutelo da freguesia de Fermentões, provenientes da adaptação duma antiga fábrica de colas existente naquele lugar, com a área de 650 metros"*. Sabe-se que houve um incêndio, em 1959, que queimou parte dessas casas. A promoção deste bairro, embora parta de uma empresa, não se destinava a operários da fábrica de curtumes António José de Oliveira & Filhos, não se enquadrando no paternalismo industrial, sendo um bairro de rendimento imobiliário, para classes pobres.



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

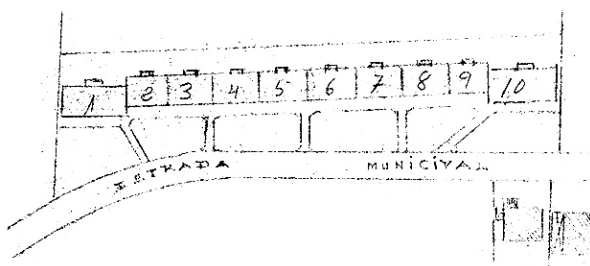


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

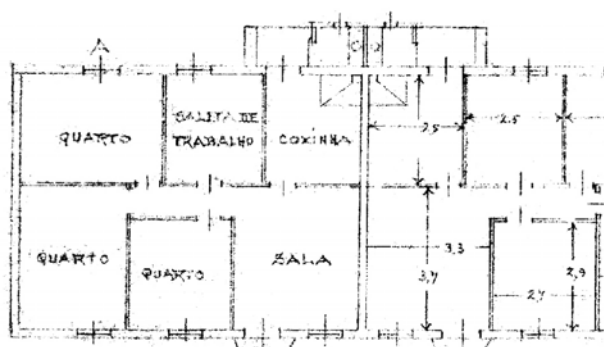
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

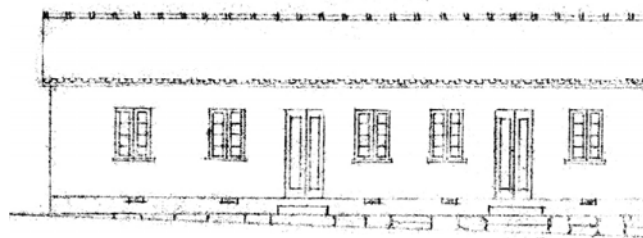
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



© Google Maps 2017

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua Paredes Alagadas  
41°22'11.7"N 8°21'24.5"W  
construido ☐ parcialmente construido ☒  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

Guimarães  
Moreira de Cónegos  
não construido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 11 fogos representados: 20  
área exterior: jardim frontal

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	4	0	1	1	4	0	0	1	0	0	1	63	70	
S2	16	0	1	1	2	0	0	1	0	0	1	40	70	

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada  
S2

sem distribuição ☐ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário  
promotor: João Lopes Alves  
projectista: José da Costa  
Construtor Civil

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 1 área terreno<sup>m²</sup>: 1944  
equip. apoio: n/a  
espaço público: n/a  
rua âncora: n/a

renda

n/a

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	20 S1+S2	1955	n/a	n/a	1955
F2					

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota: 6-19-19-6-42

folhas:

licença de obra: 523 A 547-55

data entrada:

data de referência do projecto: 1955

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

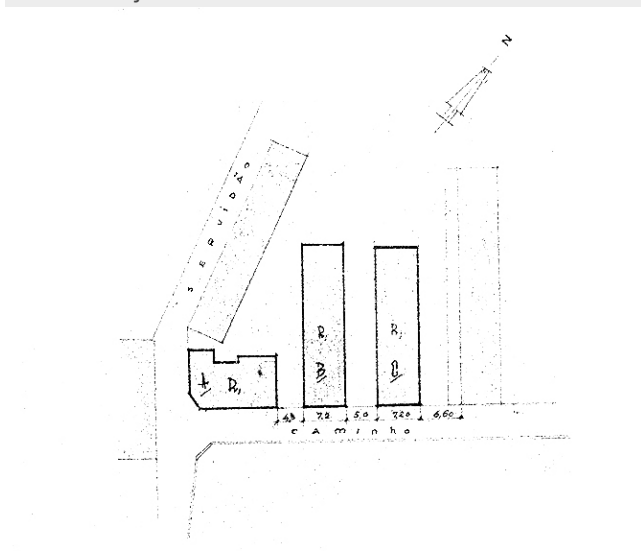


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



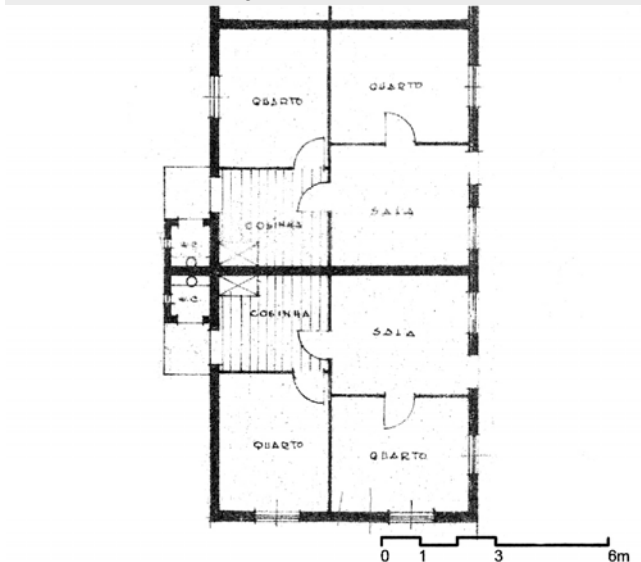
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



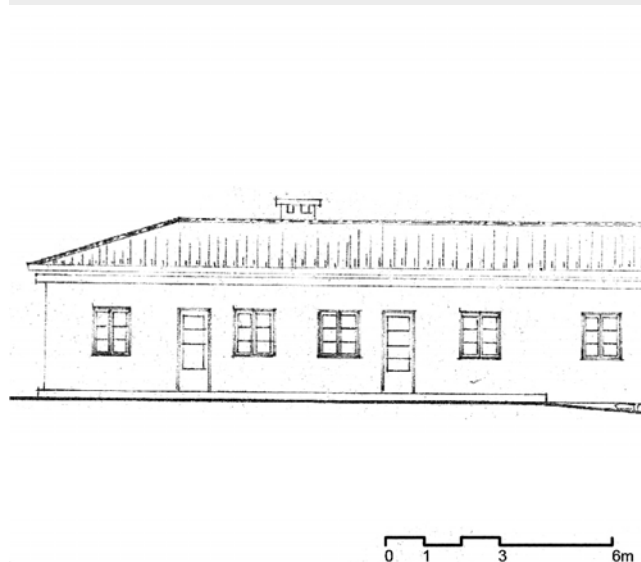
Fotografia da autora

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Travessa Sr.<sup>a</sup> da Luz

Guimarães

41°26'22.4"N 8°18'54.1"W

Creixomil

construído ☒ parcialmente construído ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

não construído ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 30

fogos representados: 9

área exterior: horta posterior

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	6	0	1	1	2	0	0	1	0	0	1	45	2	
S2	3	0	1	1	4	0	0	1	0	0	1	62	5	

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

sem distribuição ☒ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

promotor: Rosa dos Santos Gonçalves

projectista: José da Costa

Construtor Civil

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 3

área terreno<sup>m²</sup>:

equip. apoio: tanque comunitário

espaço público: rua particular

rua âncora: Rua Sra. da Luz

renda

120 escudos por mês

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	9	S1+S2	1955	n/a	1955
F2					

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota: 6-19-19-5-46

folhas: 6 e 7

licença de obra: 407 A 418-55

data entrada:

data de referência do projecto: 1955

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda obtida através de testemunho oral de morador actual, Sr. Joaquim Carvalho.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

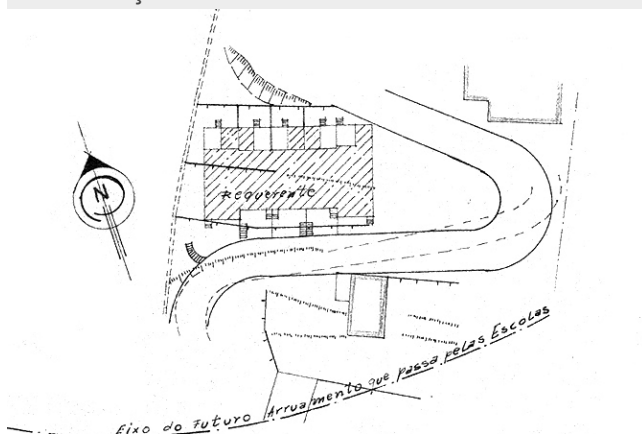


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

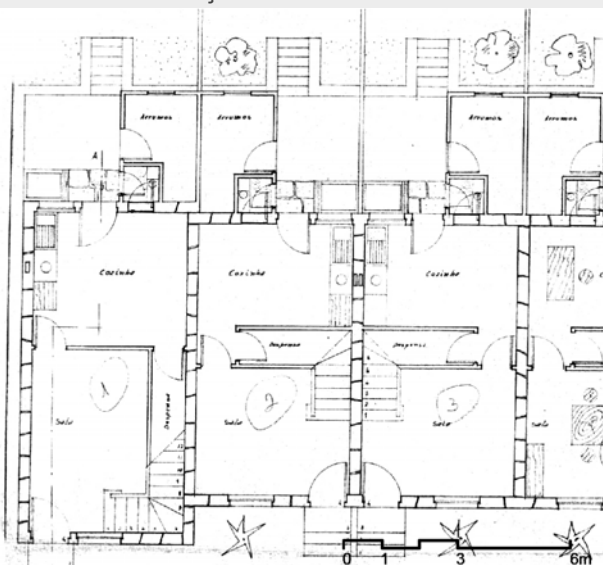
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



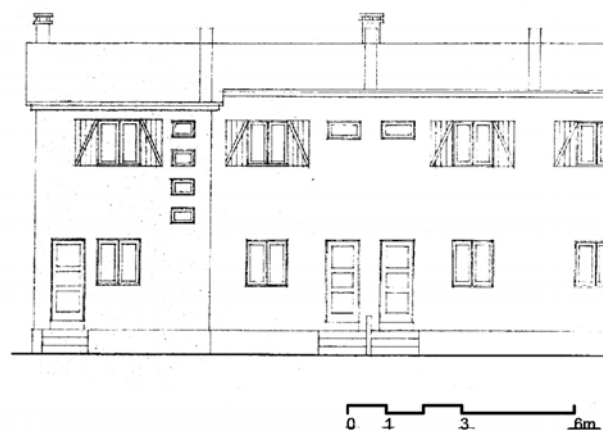
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua de Santa Teresinha  
41°26'18.8"N 8°18'52.9"W  
construido ☒ parcialmente construido ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

Guimarães  
Creixomil  
não construido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 5 fogos representados: 5  
área exterior: logradouro/ serventia

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m2</sup>	área ext <sup>m2</sup>
S1	2	0	1	1	3	0	0	1	0	1	2	86	7	
S2	3	0	1	1	2	0	0	1	0	0	2	70	7	

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada  
S2

sem distribuição ☒ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário  
promotor: Maria da Glória Dias Machado  
projectista: António R. de Araujo Pinheiro Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 1 área terreno<sup>m2</sup>: 534  
equip. apoio: tanque comunitário  
espaço público:  
rua âncora: Rua Sr.ª da Luz

renda

200 escudos por mês

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	5 S1+S2	1957	n/a	n/a	1957
F2					

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota: 6-19-10-5-63

folhas:

licença de obra: 773 A 779-58

data entrada:

data de referência do projecto: 1957

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda fornecida por actual moradora, D. Emília Azevedo Castro.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

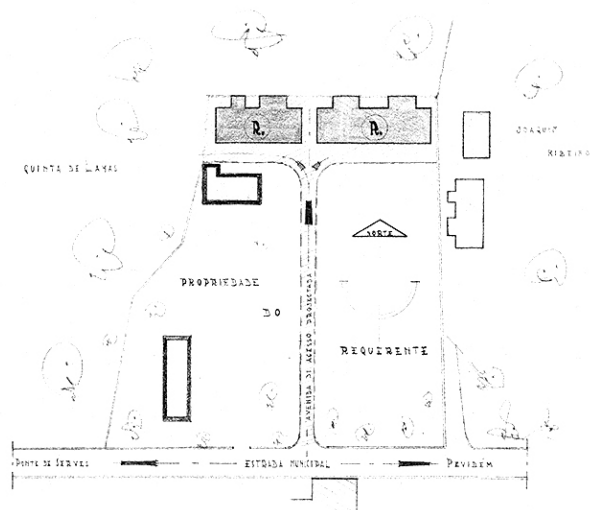
LOCALIZAÇÃO

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

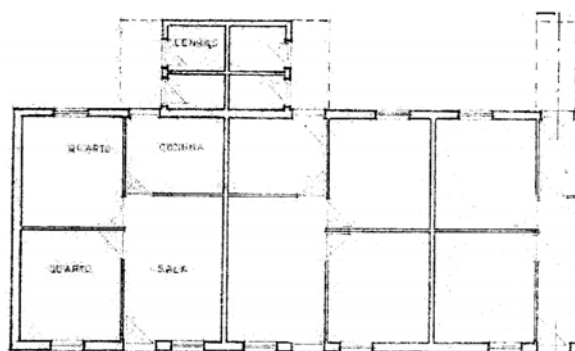
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



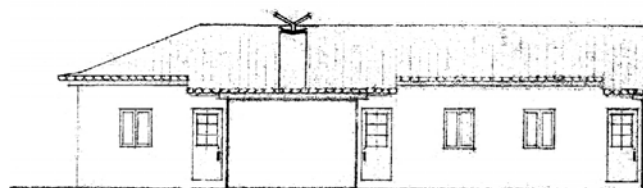
0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR

n/a |

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta



INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Guimarães  
Gondar

construido ☐ parcialmente construido ☐ não construido ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 4 fogos representados: 7

área exterior: n/a

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m2</sup>	área ext <sup>m2</sup>
S1	7	0	1	1	2	0	0	1	0	1	1	1	35	
S2														

S1 individual agrupada: geminada: recuada

S2

sem distribuição ☒ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☐

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	4 S1	1957	n/a	n/a	1958
F2					

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 2 área terreno<sup>m2</sup>:

equip. apoio: n/a

espaço público: n/a

rua âncora:

renda

n/a

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota: 6-19-10-7-3

folhas:

licença de obra: 4 A 8-58

data entrada:

data de referência do projecto: 1958

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

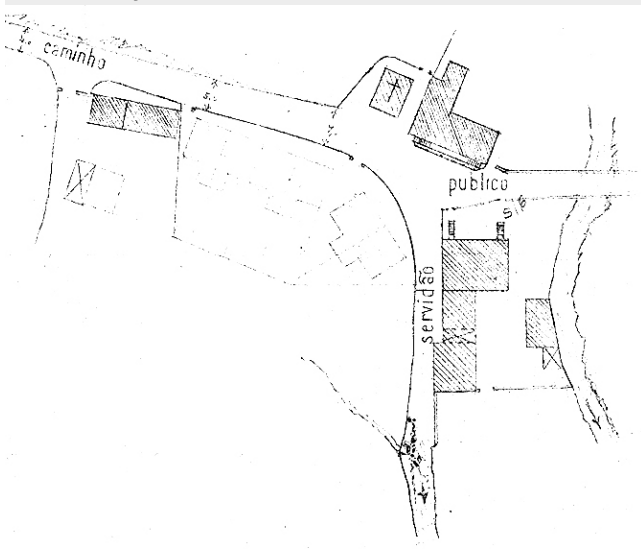


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

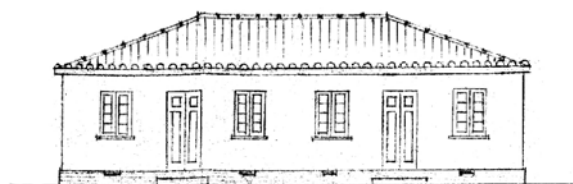
PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta



INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua Cruz

Guimarães

41°24'31.9"N 8°19'15.7"W

Nespereira

construido ☒

parcialmente construido ☐

demolido ☐

parcialmente demolido ☐

não construido ☐

fogos elegíveis/autorizados: 6

fogos representados: 6

área exterior: pátio frontal

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

promotor: Manuel Pereira

projectista: José da Costa

Construtor Civil

S1

S2

S1 individual agrupada: geminada: recuada

S2

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 2

área terreno<sup>m²</sup>: 898

equip. apoio: tanque comunitário

espaço público:

rua âncora: N105

sem distribuição ☒

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☐

faseamento

nº fogos/ solução: projecto: constr.: uso: data ref.:

F1 6 S1 1961 n/a n/a 1961

F2

renda

n/a

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒

estrutura cobertura em madeira ☒

tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota:

folhas:

licença de obra: 274/281

data entrada:

data de referência do projecto: 1961

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

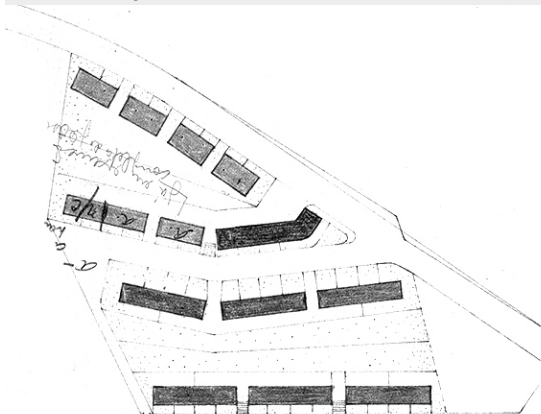


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

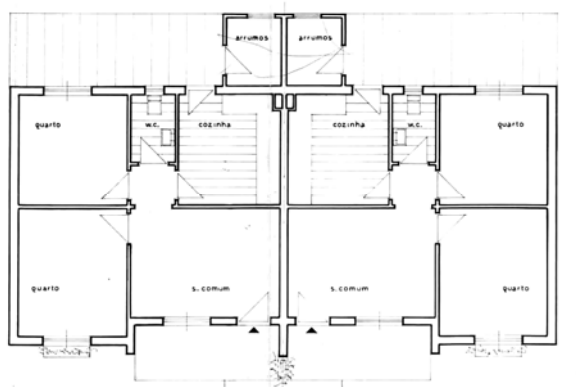
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



planta  
0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua Bairro Manuel Machado  
41°26'41.9"N 8°18'38.8"W  
construido ☒ parcialmente construido ☐  
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

Guimarães  
Creixomil  
não construido ☐

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 45 fogos representados: 50  
área exterior: pátio frontal, horta posterior

	soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m2</sup>	área ext <sup>m2</sup>
S1	45	0	1	1	2	0	1	0	1	1	1	45	80	
S2														

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada  
S2

sem distribuição ☐ distribuição axial ☐ distribuição centralizada ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário  
promotor: Manuel Machado & Filhos  
projectista: José Gomes Alves Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 13 área terreno<sup>m2</sup>: 10942  
equip. apoio: n/a  
espaço público: rua particular  
rua âncora: Rua Oneca Mendes

renda

150 / 180 escudos por mês

faseamento

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	24 S1	1960	1960	n/a	1962
F2	21 S1	1960	1962	n/a	1962

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☒ estrutura cobertura em madeira ☒ tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta  
licença de obra: ALV.264-280-62

cota:  
data entrada:

folhas: 3 a 7, 18 a 20, 30 a 32, 39, 41  
data de referência do projecto: 1962

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda obtida por testemunho oral, de actual morador do bairro, Sr. Manuel da Cunha. A promoção deste bairro, embora parta de uma empresa, não se destinava a operários da fábrica Manuel Machado & Filhos, não se enquadrando no paternalismo industrial, sendo um bairro de rendimento imobiliário, para classes pobres.

INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO

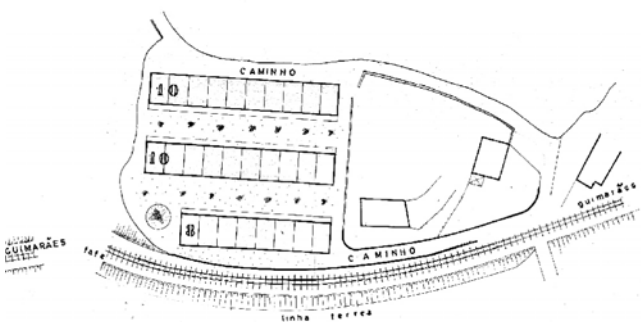


© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

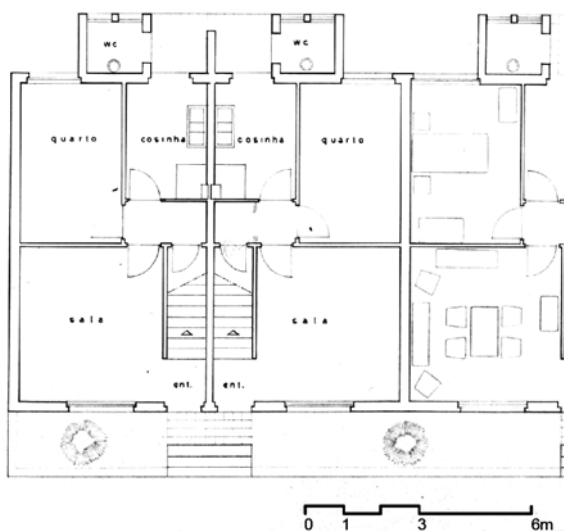
n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

associação e caracterização do fogo

Rua do Pinheiro

Guimarães

fogos elegíveis/autorizados: 28

fogos representados: 28

41°26'21.5"N 8°17'08.9"W

Costa

área exterior: pátio frontal

construido ☒ parcialmente construido ☐

demolido ☐ parcialmente demolido ☐

não construido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

promotor: Mª Clara do Espírito Santo Teixeira Ferreira

projectista: António R. de Araujo Pinheiro

Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: n/a

nº volumes: 3

área terreno<sup>m²</sup>: 3023

equip. apoio: n/a

espaço público: rua particular

rua âncora: Rua Dr. Raúl Alves da Cunha

S1

28

0

1

1

4

0

0

1

0

0

2

80

8

S2

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☒

renda

380 escudos por mês

faseamento

nº fogos/ solução: projecto: constr.: uso: data ref.:

F1 28 S1 1962 n/a n/a 1962

F2

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

cota:

folhas: 14 a 19

licença de obra: 242/276-63

data entrada:

data de referência do projecto: 1962

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Informação relativa a renda baseada em testemunho oral de moradora do bairro, D. Isilda Figueiredo.



INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA

n/a |

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



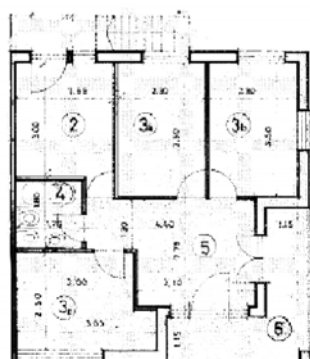
Câmara Municipal de Fafe

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



© Google Maps 2017

PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Câmara Municipal de Fafe

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Câmara Municipal de Fafe



Bairro de Antime

década de 1930

INFORMAÇÃO BÁSICA

localização e realização

Rua da Fábrica

41°26'18.0"N 8°10'06.8"W

construído ☐

parcialmente construído ☐

demolido ☐

parcialmente demolido ☐

não construído ☐

Fafe

Antime

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (Fábrica do Ferro)

projectista: n/a

caracterização urbana

nº parcelas:

nº volumes: 10

área terreno<sup>m²</sup>: 3825

equip. apoio: escola

espaço público: praça, ruas particulares

rua âncora: N207

renda

n/a

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 32

fogos representados: 32

área exterior: pátio frontal

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	8	1	1	1	3	0	0	0	1	0	1	50	8

S2

S1 individual agrupada: geminada

S2

sem distribuição ☐

distribuição axial ☐

distribuição centralizada ☒

faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1				1930
F2				

construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐

estrutura cobertura em madeira ☐

tabique interior ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1930

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Biblioteca Municipal de Fafe

- COIMBRA, Artur Ferreira, FAFE, A Terra e a Memória, 2ª edição, Fafe 2016

- MONTEIRO, Miguel, Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926), FAFE, 2000

NOTAS

Sabe-se que o bairro data de antes de 1932, pois estava já construído aquando da inauguração da escola, havendo no "Almanaque Ilustrado de Fafe", de 1930, a referência ao bairro: "*Possue uma cantina, uma maternidade, assistência médica, um belo e arejado bairro operário na Cruz de Antime, que em breve ficará concluído com casas higiénicas estilo – antiga portuguesa.*"

Os elementos gráficos apresentados foram disponibilizados pela Câmara Municipal de Fafe e fazem parte de um levantamento feito pela mesma em 1986.

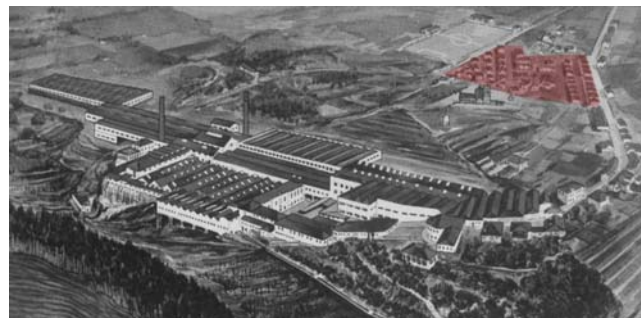
INFORMAÇÃO GRÁFICA

LOCALIZAÇÃO



© Google Maps 2017

LOCALIZAÇÃO EM FOTOGRAFIA AÉREA



Cedência de antigo trabalhador da fábrica

IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



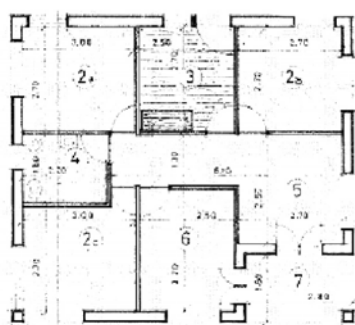
Câmara Municipal de Fafe

FOTOGRAFIA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



Fotografia da autora

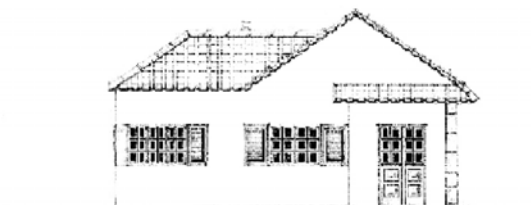
PLANTA DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Câmara Municipal de Fafe

ALÇADO DE HABITAÇÃO EXEMPLAR



0 1 3 6m

Câmara Municipal de Fafe

Bairro Manuel Cardoso Martins (antigo Bairro de S. José)

década de 1940

## INFORMAÇÃO BÁSICA

## localização e realização

Rua Bairro Manuel Cardoso Martins

Fafe

41°26'21.9"N 8°10'22.9"W

construído ☐parcialmente construído ☐não construído ☐demolido ☐parcialmente demolido ☐

## promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

promotor: Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (Fábrica do Ferro)

projectista: n/a

## caracterização urbana

nº parcelas: n/a nº volumes: 46 área terreno<sup>m²</sup>: 9785

equip. apoio: tanque comunitário, creche

espaço público: praça, rua particular

rua âncora: Rua José Ribeiro Vieira de Castro

## renda

n/a

## associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/autorizados: 51

fogos representados: 51

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átio	sala	cozinha	quartos	alcova	retrete int.	retrete ext.	banho	dispensa	nº pisos	área int <sup>m²</sup>	área ext <sup>m²</sup>
S1	?	1	2	1	3	0	0	0	1	0	1	60	5
S2													
S1													
S2													

sem distribuição ☐distribuição axial ☐distribuição centralizada ☒

## faseamento

nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1				1940
F2				

## construção (S1)

alvenaria ext. de pedra ☐estrutura cobertura em madeira ☐tabique interior ☐

## INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

arquivo: n/a

cota:

folhas:

licença de obra:

data entrada:

data de referência do projecto: 1940

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Biblioteca Municipal de Fafe

- COIMBRA, Artur Ferreira, FAFE, A Terra e a Memória, 2ª edição, Fafe 2016

- MONTEIRO, Miguel, Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926), FAFE, 2000

## NOTAS

Sabe-se que o bairro data dos anos 40. com base em testemunhos orais, pela Sra. Alcina Sampaio Alves e Sr. Maximino Guimarães Alves, antigos trabalhadores da Fábrica do Ferro.

Os elementos gráficos apresentados foram disponibilizados pela Câmara Municipal de Fafe e fazem parte de um levantamento feito pela mesma em 1986. Existem 5 tipologias distintas mas não há o registo de quantas unidades correspondem a cada tipologia e é algo que actualmente não se consegue apurar, pelas alterações profundas que sofreram a maioria das habitações.

